

# REVISTA CADERNOS *de* CIÊNCIAS SOCIAIS *da* UFRPE

Publicação do Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal Rural de Pernambuco



Ano V, volume I, número 8. - Jan - Jun, 2016  
ISSN Eletrônico: 2446-6662



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**

## **INDEXADORES**

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

**Sumários de Revistas Brasileiras** (Sumários.org)

**Latindex** (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

**Periódicos Capes** ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))

## **ASSESSORIA TÉCNICA**

Diagramação/Capa: Bruna Andrade

Bolsista: Wylma Tomas da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Ano V, v. I, n. 8 (jan./jun. 2016). - Recife: EDUFRPE, 2017. 193 p. : il.

ISSN: 2446-6662

1. Ciências Sociais – Periódicos I. UFRPE, Departamento de Ciências Sociais

CDD 300



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**

**Reitora:**

Professora Dra. Maria José de Sena

**Vice-reitor:**

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG**

Professora Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG**

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

**Pró-Reitoria de Atividades de Extensão – PRAE**

Professora Dr. Ana Virgínia Marinho

**Pró-Reitoria de Administração – PROAD**

Professor Dr Mozart Alexandre Melo de Oliveira

**Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – Progest**

Professor Dr Severino Mendes de Azevedo Júnior

**Pró-Reitoria de Planejamento – Proplan**

Carolina Guimarães Raposo

**Departamento de Ciências Sociais (DECISO)**

**Diretor** Professora Dra. Rosa Maria de Aquino

**REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**COMISSÃO DE PARECERISTAS**

Dr<sup>a</sup>. Maria de Nazaret Wanderley Baudel (UFPE), Dr<sup>a</sup>. Silke Weber (UFPE),  
Dr. Cristiano Welington Ramalho (UFRPE), Dr<sup>a</sup> Selene Herculano (UFF), Dr. José  
Nunes da Silva (UFRPE), Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFCG), Dr. José  
Sergio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ), Dr. Michel Zaidan (UFPE), Dr<sup>a</sup>. Maria  
Lúcia de Macedo Cardoso (FIOCRUZ/RJ), Dr. Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI),  
Dr. *André Gustavo Ferreira* da Silva (UFPE), Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição M. Cardoso van  
Oosterhout (UFCG), Dr. Amurabi Pereira de Oliveira (UFAL), Dr. César H. Maranhão

---

(UFRJ), Dr. José Glebson Vieira (UERN), Dr. *Marcelo Alario Ennes (UFS)*, Dr. Emílio de Britto Negreiros (UFPE), Dr. Gonzalo Adrian Rojas (UFCG), Dr<sup>a</sup>. Vilma Soares de Lima Barbosa (UFCG), Dr. José Luciano Lima Barbosa (UEPB), Dr. Edson Hely Silva (CAP/UFPE), Dr. Pedro Castelo Branco Silveira (FUNDAJ), Msc. Walber S. Batista (UFRPE), Dr<sup>a</sup>. Maria de Assunção Lima de Paulo (UFCG), Dr. Claudio Moraes de Souza, Dr. Marcos André de Barros (UFRPE), Fabio Bezerra de Andrade (UFRPE), Dr<sup>a</sup> Rosa Maria de Aquino (UFRPE), Dr. Humberto da Silva Miranda (UFRPE), Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito (UFRPE), Dr. Carlos Antonio Alves Pontes (UFRPE), Dr<sup>a</sup>. Júlia Figueredo Benzaquen (UFRPE), Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa (UFPI), Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição dos Reis.

**EDITOR**

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

## SUMÁRIO

### **EDITORIAL**

7

### **A IDEIA É BOA, MAS E A EFETIVAÇÃO? O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

9

*Edir Vilmar Henig*

*Irenilda Ângela dos Santos*

*José Manuel Mendes*

### **UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COM FOCO NO COMBATE À POBREZA NO CAMPO**

36

*Marco Aurélio Noce*

*José Ambrósio Ferreira Neto*

### **A CRISE DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: O ESTADO SOCIAL EM TEMPOS DE AJUSTE NEOLIBERAL**

57

*Iris Karine dos Santos Silva*

### **OS IMPACTOS DA REFORMA DO ESTADO E DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA HABITACIONAL**

81

*Rafaella Martins de Oliveira*

*Jussara Ayres Bourguignon*

---

**TEORIA CRÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS:  
CONVERGÊNCIAS, CONTRAPONTO E A CENTRALIDADE  
DA CULTURA COMO VETOR EXPLICATIVO**

*Aline Maria Matos Rocha*

102

**A PRÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:  
ENTRE REALIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVA**

*Eder Adriano Pereira*

121

**JUVENTUDES EM DEBATE: UMA ANÁLISE TEÓRICA  
A PARTIR DA RELAÇÃO ESCOLA, CULTURAS JUVENIS  
E GÊNERO**

*Ana Paula Leite Nascimento*

*Maria Helena Santana Cruz*

144

**O (DES)ENCANTAMENTO JOVEM NO MUNDO  
DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO  
E COMUNICAÇÃO**

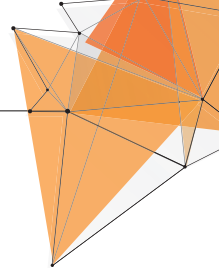
*Rildo Ferreira Costa*

171

**ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA  
CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE**

191

---



## EDITORIAL

O ano de 2016 ficou marcado, no Brasil, por uma série de eventos de ordem política que interferiram na estabilidade econômica do país. Esse contexto tem produzido uma crise financeira e afetado, principalmente, grupos sociais mais vulneráveis e a grande maioria da população brasileira pelo anúncio de medidas de austeridade com a contenção de gastos públicos em setores sociais.

O cenário se apresenta como um dos mais nebulosos pois, a agenda regressiva apresentada pelo e ao congresso nacional, avança impulsionando a redução de direitos sociais, investimentos em áreas estratégicas como, saúde, educação, ciências e tecnologia e ataques aos direitos trabalhistas.

A constatação de movimentos de resistência, como a greve das universidades estaduais e federais, entre outubro e novembro desse ano, serviu para anunciar e denunciar as várias frentes de luta e insatisfação da classe trabalhadora para com as medidas aprovadas pelo congresso nacional e senado. Entretanto, mesmo com o acúmulo de experiência que foi possível construir com a mobilização de movimentos sociais nesse período, a composição das duas casas legislativas, com a participação de um número majoritário de deputados e senadores afinados a uma agenda conservadora, tem se mostrado bastante resistentes e surdos aos apelos sociais.

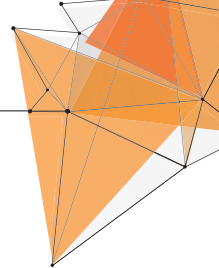
Além disso, a visibilização cada vez mais maior, de grupos de direita e extrema direita, seja nas ruas ou nas redes sociais, fizeram com que acirramentos entre diferentes percepções de fazer política se tornassem reais e violentos, impondo novas reflexões sobre os protestos que agitaram o País em julho de 2013.

Não obstante a esse contexto, a produção de uma revista científica se coloca diante dos desafios que essa crise apresenta, ou seja, a efetividade da redução de recursos para financiar a universidade pública e todas as atividades necessárias para que ela cumpra seu papel social. Aqui, apresentamos mais um número da Revista Cadernos de Ciências da UFRPE que mesmo, desde sua fundação, sem recursos para diagramação vem insistindo em se manter ativa.

O resultado desse esforço vem sendo reconhecido quando a avaliação Qualis/Capes 2015 anunciou em sua base a qualificação da revista em 3 áreas: Planejamento urbano e regional / demografia B4, Sociologia B4, Administração pública e de empresas, Ciências Contábeis e Turismo B4, Letras /Linguística C.

A todos e todas que participaram desse processo,  
nossos agradecimentos. ●





# **A IDEIA É BOA, MAS E A EFETIVAÇÃO? O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

*Edir Vilmar Henig<sup>1</sup>*

*Irenilda Ângela dos Santos<sup>2</sup>*

*José Manuel Mendes<sup>3</sup>*

## **RESUMO**

O presente trabalho busca discutir brevemente as relações que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar tem enquanto política pública no combater a fome, bem como à desigualdade e a pobreza. Para tanto analisamos a perspectiva da construção histórica da desigualdade e da pobreza no Brasil, as políticas públicas que são resultado das ações do Estado como objetivo de atender a população e posteriormente, colocamos em discussão o Programa de Aquisição de Alimentos enquanto política social que visa promover a agricultura familiar. Para tanto, usamos como referência autores e pesquisadores que possuem ampla experiência nesta discussão, além de utilizarmos legislação e dados oficiais para o embasamento do

- 
- 1 Doutorando em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra. Mestre em Política Social e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso, Bacharel em Ciências Contábeis pela faculdade UNICEN. Faz parte do Grupo de Pesquisa Serviço Social e Espaços Socio-ocupacionais. Bolsista Capes – Ciência sem Fronteiras. E-mail: edirhenig@hotmail.com
  - 2 Professora do Programa de Mestrado em Política Social e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso.
  - 3 Professor da Universidade de Coimbra.

debate. Temos como consideração a se levar em conta, que a iniciativa do Programa de Aquisição de Alimentos é importante, mas que necessita sua desburocratização e maior iniciativa dos promotores da política.

**Palavras-chaves:** Programa de Aquisição de Alimentos; Política Pública; Desigualdade; Pobreza. Estado.

## **THE IDEA IS GOOD, BUT THE EFFECTIVENESS? THE CASE OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM**

### **ABSTRACT**

This project seeks to briefly discuss the relations that the Food Acquisition Program of Family Agriculture provides as a public policy that intends to combat hunger, as well as inequality and the poverty. Therefore we analyzed the perspective of the historical construction of inequality and poverty in Brazil, public policies that are the result of government actions that are meant to serve the population and subsequently put into discussion the Food Acquisition Program as a social policy to promote family farming. For this, we use as reference, authors and researchers who have extensive experience in this discussion, as well as legislation and official data for the support of the debate. We determine that the initiative of the Food Acquisition Program is important, but it needs to be less bureaucratic and also needs more initiative by the policy makers.

**Keywords:** Food Acquisition Program; Public Policy; Inequality; Poverty; State.

## INTRODUÇÃO

A agricultura de base familiar é desprestigiada ao longo da história brasileira pelo poder público, e não se faz reconhecida pela sociedade como um todo. Isto explica o porquê se nega sua importância econômica, social e política da atividade, uma vez que é atrelado ao pensamento de atraso tecnológico, precariedade, pobreza e miséria.

Está concepção tem sido atacada pelos movimentos sociais, academia e pesquisadores que se debruçam em entender e interpretar a realidade social no campo. Como tal se percebe a existência de uma profunda desigualdade social, fundiária, econômica e política, que foi reforçada ao longo dos anos por políticas públicas que privilegiaram as elites agrárias, agravando as mazelas sociais oriundas do campo, mas que se expandiram e chegaram às cidades, fomentada ainda pelo projeto de industrialização nacional.

Apesar da desigualdade ser histórica no país, e estar presente desde a colonização, este problema no campo ao invés de ser atacado foi promovido, principalmente no período da Ditadura Militar (1964 – 1985) com a expansão da fronteira agrícola e da Revolução Verde. Estes fenômenos fortaleceram ainda mais a expropriação das terras, formação de latifúndios, o êxodo rural, o empobrecimento dos pequenos produtores.

Foi apenas na década de 1990 que o Estado se apercebeu da importância do segmento familiar na agricultura, seja pelo caráter econômico produtivo ou pela promoção de igualdade social. Baseado em estudos realizados pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), o Estado passa a desenvolver políticas públicas que promovam a atividade, mesmo que timidamente.

Apesar da iniciativa de criar políticas públicas promotoras da agricultura familiar, a desigualdade no campo persiste e com ela a pobreza. Esta questão social persiste sendo um desafio ao Estado, que por sua vez, se mostra omissa, e quando não, ineficiente no combate à desigualdade e a pobreza.

Esta questão social no meio rural se apresenta ainda mais perversa, pois estas comunidades se encontram distantes do acesso à educação formal,

postos de saúde, e aos demais direitos sociais que estão positivados na Constituição Federal de 1988.

Nesta perspectiva, surgem algumas políticas públicas que mesmo timidamente, promovem a agricultura familiar, na qual o trabalhador passa a ter crédito para fomentar a produção, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), outros que garantem a assistência técnica especializada como o Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e no caso deste trabalho o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que garante ao produtor a venda e o preço mínimo para sua produção.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar o PAA como ferramenta de combate à desigualdade e a pobreza rural, sendo este programa uma política pública que surge a partir do Programa Fome Zero, e tem como proposta o combate a fome a segurança alimentar dos trabalhadores rurais e suas famílias, ao passo que através da venda do seu excedente produtivo, oferece a comunidade alimentos saudáveis.

O trabalho se propõem a debater o PAA enquanto política pública que combate a desigualdade e pobreza rural, portanto, a metodologia usada é análise bibliográficas de autores experientes na temática, além da análise de indicadores oficiais, e legislação pertinente ao tema. A partir deste compilado de informações produzimos uma discussão em torno do PAA, e colocamos como consideração que esta política se apresenta eficiente ao que se propõem, mas que ainda encontra muitos entraves políticos que dificultam sua efetivação.

## **1. DESIGUALDADE E POBREZA RURAL: UM PROBLEMA REAL**

Apesar dos esforços dos últimos anos e dos significativos avanços sociais em todo o país, a desigualdade e a pobreza ainda permanecem como desafios a serem enfrentados e vencidos no Brasil. Os avanços na participação

econômica no cenário mundial e os programas de transferência de renda destacam-se como os fatores que contribuíram para que a redução desta questão social, principalmente no que diz respeito a pobreza extrema.

A realidade social brasileira é uma construção histórica pautada em vários fatores que contribuem para a desigualdade social que temos na contemporaneidade. Desta forma é necessário debater sobre a temática das políticas públicas de enfrentamento a questão social e com objetivo de produzir resultados que corroborem com a melhoria da situação do trabalhador, e na perspectiva desta discussão, privilegiamos os trabalhadores das zonas rurais.

Esses territórios são frágeis e concentram pobreza, pois foram abandonados no século XX, quando o Brasil privilegiou investimentos nos grandes centros urbanos, na ânsia de se tornar potência industrial no âmbito mundial. [...] O hiato entre o Brasil urbano e a grande maioria dos Territórios rurais é uma herança do processo de desenvolvimento herdado (ARAÚJO, 2010, p. 204).

Fato é que a desigualdade é presente em todo o território brasileiro, mas no meio rural essa realidade é ainda mais perversa, como destaca dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008, onde os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), que salienta que a taxa de analfabetismo no meio rural é o triplo da taxa urbana (cerca de 23,5% do total da população rural enquanto a urbana é de 7,5%), a renda *per capita* dos trabalhadores rurais é de 46% frente a da população urbana.

Barros, Henrique e Mendonça (2000) destacam que o Brasil não é um país pobre, porém temos um país de muitos pobres, o que reforça a ideia de que temos uma realidade de extrema desigualdade, produzindo através da má distribuição de renda e de recursos um cenário de pobreza, que pode ser enfrentado mediante políticas de distribuição de renda e fomento ao trabalho.

É fato que a desigualdade é entendida pela classe dominante como normal e necessária, uma vez que reforça sua posição hegemônica sobre as classes subalternizadas. Pereira e Pereira (2014, p. 17) ressaltam este pensamento dizendo que “não é de hoje que a utilidade da desigualdade é explorada teórica, doutrinária e ideologicamente pelas classes dominantes, como justificativa para o prevailecimento de um padrão de dominação em que estas classes se perpetuam no poder”.

A problemática da desigualdade do meio rural passa pela disparidade entre o tamanho das propriedades, sendo o Brasil a nação onde mais se concentra a propriedade fundiária no mundo. Nesta perspectiva, a reforma agrária tem um papel fundamental na equidade social, porém inexistentes nas agendas políticas do país na contemporaneidade.

Os contrastes sociais no Brasil são evidentes em muitos aspectos. No campo, uma economia agrícola altamente modernizada e dinâmica coexiste com uma sociedade pauperizada, na qual mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza. [...] De acordo com um levantamento realizado pelo governo, mais de 25 milhões de brasileiros, 14% da população, passam fome nos últimos anos. (CARTER, 2010, p. 57).

A pobreza não é realidade apenas do Brasil. Está presente em todos os países do planeta, sendo este um resultado do modo de produção capitalista e do seu desenvolvimento histórico, que exclui e concentra. Nas palavras de Siqueira (2012, p. 370) “o capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza, por outro; jamais eliminará um ou outro”.

Mas no caso brasileiro, está presente no decorrer da sua formação histórica, e contudo, pouco se foi feito pelos sujeitos políticos a fim de minimizar ou até mesmo eliminar esta questão social que afeta uma parcela significativa da sociedade. Esta mazela social sempre foi objeto de estudos, de

pesquisa, e até mesmo se fez presente nos debates públicos, mas a realidade é sempre foi esquecida pelo poder público.

[...] a pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco dos problemas e dilemas de um país que fez e ainda faz do progresso um projeto nacional. É isso propriamente que especifica o enigma da pobreza brasileira. Pois espanta que essa pobreza persistente, conhecida, registrada e alvo do discurso político, não tenha sido suficiente para constituir uma opinião pública crítica capaz de mobilizar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de vida para que esse país mereça ser chamado de civilizado. Sobretudo espanta que o aumento visível da pobreza no correr dos anos nunca tenha suscitado um debate público sobre justiça e igualdade, pondo um foco as iniquidades inscritas na trama social. (TELLES, 2006, p. 85)

Um dos fatores que fomentaram o processo histórico da construção e reprodução da pobreza, seja no meio urbano quanto no meio rural foi o avanço do latifúndio que expulsou os pequenos produtores do campo, os colocando nas periferias das grandes cidades. Substituiu o trabalho humano por tecnologia de ponta, agrotóxicos e fertilizantes químicos, contribuindo assim para o aumento do desemprego rural e urbano, uma vez que fomentou o êxodo rural.

A pobreza rural no Brasil é tributária da ocupação e formação econômica do país e, particularmente, do rápido processo de industrialização e de urbanização que comportou a contradição de promover grande expansão da produção econômica com danosos resultados sociais, notadamente, os elevados índices de pobreza. Esse modelo de desenvolvimento institucionalizou a pobreza rural através de mecanismos como a

concentração fundiária, o uso intensivo de tecnologias modernas que liberam mão de obra, relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada que esvazia o meio rural. Ademais, outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil somam-se a estes processos, tais como restrições no acesso à terra, limitações da educação oferecida, dificuldades no acesso aos mercados, privações de acesso a serviços básicos e deficiências de infraestrutura em várias áreas. (ZIMMERMANN *et al*, 2014, p. 544)

Os trabalhadores rurais que resistem a este processo enfrentam grandes dificuldade de se manter no campo, uma vez que a competitividade no mercado frente ao poder de barganha dos grandes produtores se torna desigual e injusta, empobrecendo ainda mais os pequenos agricultores, que só passa a ter uma perspectiva de revitalização econômica e social mediante políticas públicas.

Estes trabalhadores necessitam de atenção do Estado para fomentar e investir em sua produção, mobilizando ações que Pereira (2011, p. 143) chama de “[...] políticas sociais como resposta aos descontentamentos da sociedade civil [...]”. E de fato, políticas públicas sociais apenas são concretizadas mediante luta da classe trabalhadora, e pressão dos movimentos sociais que insurgem como sujeitos políticos, e em muitos casos são apenas compensatórias.

Alguns passos significativos foram dados em direção ao combate à desigualdade e pobreza rural. Entre eles podemos elencar o reconhecimento dos agricultores familiares como categoria produtiva através da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais, bem como a criação de programas que garantam a compra e o preço mínimo à produção, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Estas foram importantes conquistas dos movimentos sociais do campo, que resultaram no estabelecimento e efetivação de políticas públicas que fortaleceram a atividade e o trabalho deste segmento agrícola que sempre esteve às margens das agendas políticas do Estado, e que foram orientadas a partir do PRONAF.

[...] dois elementos foram centrais na configuração dessa agenda e das próprias condições para sua efetivação. O primeiro foi a transformação do paradigma da superação da fome e da pobreza, que tem no Projeto Fome Zero sua expressão mais acabada. O segundo foi a afirmação da identidade social da agricultura familiar e a legitimação de políticas públicas agrícolas diferenciadas (FRANÇA e SORIANO, 2010, p. 224).

Nesta perspectiva, podemos considerar uma evolução nas ações do Estado com a finalidade de combater e minimizar os efeitos da desigualdade e da pobreza no campo, muito embora, o problema ainda exige um interesse muito grande. Interesse este que não há, principalmente mediante um cenário político institucionalizado através da conhecida “Bancada do Boi” ou “Bancada Ruralista” presente no Congresso Nacional, que legisla em favor próprio.

Esta cena política prejudica imensamente o enfrentamento aos problemas dos pequenos produtores, que ficam segregados e excluídos do processo político que cria e efetiva leis que em muitos casos os prejudicam diretamente.

No entanto, a renda é apenas um componente da pobreza, ou seja, a pobreza é caracterizada também pela ausência de direitos sociais básicos, como saúde, educação, segurança, lazer. Neste sentido, não basta apenas lutar por melhor distribuição de renda, mas este processo de luta, implica na busca pela efetivação de direitos sociais básicos ao bem-estar individual e social, que Telles (2006, p. 88) acentua que “[...] o enigma da pobreza está

inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais[...]”.

O entendimento da desigualdade social como questão social que interfere na reprodução social da classe trabalhadora, mas em especial, no meio rural, facilita a compreensão um dos produtos desta desigualdade é a pobreza que está tão presente na vida dos agricultores. Estes trabalhadores necessitam de políticas públicas que promovam sua emancipação produtiva, ou seja, que dê a estes, condições suficientes para produzir, bem como vender seu excedente produtivo.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE É? PARA QUE SERVE?**

O desenvolvimento necessário para a agricultura familiar se dará através da intervenção do Estado no processo produtivo, com incentivos e políticas que venham ao encontro das necessidades dos agricultores familiares, pois como salienta Salama (2003, p. 53), “é inaceitável viver em uma sociedade que se fratura cada vez mais, onde as desigualdades na distribuição de renda são tão gritantes e continua em franca expansão”.

Eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação, ao menos no discurso, do governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores, que procuram suprir o estado de bem-estar da categoria, relevante enquanto políticas a serem efetivadas e disponibilizadas ao alcance de todos os que delas necessitarem.

Nesta perspectiva, a política é o que liga os homens enquanto sociedade ou os que vivem em coletividade, pode ainda ser utilizada como forma de dominação e também pode ser definida como a forma de governar com a finalidade de satisfazer o bem público no trato da organização social como totalidade ou como individualidade.

O nível de diversificação da economia, bem como o modelo adotado, o regime social, a percepção que os governantes têm do que é, e para que server o Estado no conjunto da sociedade e o grau de influência dos diversos grupos sociais que compõe a sociedade civil determinam as políticas (BOBBIO; MATTEOCCIO; PASQUINO, 1993).

Heidemann (2010), define como conceito de política pública “o conjunto de decisões e ações dos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais juntamente existentes com os outros atores sociais”. E para além desta definição, este autor ainda estabelece a política pública como ações, práticas, diretrizes positivadas em leis e que são empregadas por um governo com o propósito de resolver questões sociais.

Portanto, as políticas públicas têm por característica a ação do Estado no intuito de suprir demandas sociais, especialmente aqueles setores que se encontram com maior vulnerabilidade. Além disso, podem compensar outros ajustes já realizados e que podem interferir em determinados segmentos econômicos. Cabe ainda, o papel de regular conflitos entre atores sociais.

Pochmann (2003), ressalta que as políticas públicas estão alicerçadas em terrenos incertos, e estas formulações depende de diferentes variáveis como limitação orçamentária, informações deficitárias, resistência social, entre outras situações.

A formulação de uma política pública conta também com pressões sociais, conforme destaca Mendes *et al.* (2010, p. 5):

[...] políticas públicas são produtos de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo em se sensibilizar acerca dessas pressões. Esses grupos são detentores de agendas bem desenvolvidas e de redes de comunicação estabelecidas que permitem influenciar os tomadores de decisões dos Poderes Executivos a alocarem recursos e exercerem políticas públicas de

governo nos três níveis de poder: o federal, o estadual e o municipal.

Neste sentido, podemos afirmar que as políticas públicas envolvem vários sujeitos que podem estar localizados em vários níveis de decisão, embora seja no governo que se materializam sem restringir os participantes formais dos agentes informais. Quando os sujeitos sociais participam das formulações das políticas públicas, a possibilidade de serem contemplados na totalidade se torna mais provável.

O fato do sujeito que será alcançado pela política formulada ter participado no processo, facilita que os “[...] aspectos sociopolíticos da participação e das possibilidades de inclusão e aprofundamento democrático[...]” (BRASIL, 2007, p. 120). Portanto, a participação social necessita ser ativa em relação à formulação das políticas que irão atender quem contribuiu neste processo.

A incorporação da participação social na gestão de políticas públicas pode ocorrer em relação às diversas fases que envolvem o ciclo de uma política pública como no planejamento e formulação, implementação e até no acompanhamento e avaliação da política. (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 243)

As políticas públicas criam a possibilidade de vermos o que o governo pretende realizar e o que de fato, realiza, esta é a perspectiva da avaliação de uma política ou de um programa que tem como objetivo analisar a eficácia e a eficiência destas ações do Estado, e que Ericeira, Araújo, Pinto (2011, p. 3) definem como sendo,

[...]um meio possível de indicar para governos a necessidade de mudança ou redirecionamento de comportamento ou desempenho de uma política ou programa

social, visto que, no geral, o objetivo de uma avaliação é o de produzir conhecimento e assim oferecer informações para os decisores públicos acerca do impacto ou não das medidas até então adotadas, pode-se ainda dizer então se estas foram orientadas para mudanças e quais estas mudanças.

É através do processo avaliativo de uma política que agente público possibilita resposta para fomentar o exercício da cidadania, pois é por meio da avaliação que a informação é produzida e mobiliza a ação dos movimentos sociais organizados em seus diversos segmentos a exercer o controle social. Portanto, a produção e promoção dos resultados dos programas e políticas são feitos por meio de um criterioso processo, tecnicamente bem elaborado, comprometido com os interesses populares e assim permite a população exercer influência da ação do Estado.

Este processo, garante tanto para a população, que permite a democratização das políticas públicas que conta com sua participação na contração das mesmas em todos os estágios, e para o governo, pois possibilita controlar as instituições que executam as políticas.

As políticas públicas se tornam instrumentos do governo para intervir em vários setores da economia e da sociedade, como exemplo podemos utilizar o caso da agricultura, que Delgado (2001) afirma que o Estado pode interferir de duas formas distintas ou dois tipos particulares de políticas sendo que uma tem o caráter macroeconômico onde afetam os grandes agregados da econômica, e as políticas setoriais, e estas podem se subdividir no caso da agricultura em três formas, as políticas agrícolas, agrárias e política diferenciada de desenvolvimento rural.

A primeira delas, as políticas agrícolas são objetivas em influenciar os fatores estruturais como infraestrutura, tecnologia, e também na conjuntura dos mercados agropecuários e o comportamento dos agricultores. Orientando e regularizando as condições de comercialização e financiamentos, as relações de preços de produtos, incentivos fiscais, são alguns

exemplos de como este modelo de políticas pode contribuir para o desenvolvimento local.

De acordo com Rocha<sup>4</sup> o entendimento de políticas agrícolas parte da ideia de que são aquelas voltadas para as grandes propriedades, e para os grandes latifúndios, enquanto a política agrária de caráter meramente compensatório em favor dos pequenos agricultores, sejam eles posseiros, indígenas, quilombolas e demais produtores.

Em um segundo momento, e considerada como uma política estrutural de longo prazo, as políticas agrárias visam intervir na distribuição das terras, na regulamentação das posses e propriedades de terras no meio rural, desta forma a função deste modelo é interferir na distribuição das terras através da reforma agrária e na ocupação de novos espaços considerados de fronteira agrícola por meio dos programas de colonizações.

Estes dois tipos de políticas compartilham em momentos de intersecção ao passo que a política agrícola sempre traz implícita uma política agrária determinada, ou seja, os instrumentos utilizados pela política agrícola podem influenciar ou determinar as estratégias de estrutura fundiária adotado. É o caso, da política de modernização conservadora que ocorreu na década de 1970 no Brasil, onde se determinou as estruturas fundiárias brasileiras, com forte e intensa concentração de terra, renda, e resultante em um agravamento social, decorrente as desigualdades sociais por ela criada.

O terceiro modelo de política diz respeito às políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural, os quais são meios de intervenção estatal no campo, sendo que estas políticas são destinadas a camponeses empobrecidos e desapropriados de meios possíveis para sua manutenção. Tendo uma conotação de desenvolvimento regional, potencializa a produção dos pequenos produtores, tendo sempre em vistas os menos

---

4 ROCHA, J. H. de M. V. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e educação técnica: uma reflexão. *Caderno de Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional*, Boa Vista, n. 27, 2010.

favorecidos, excluídos ou deixados a margem de políticas públicas que fomentavam apenas as grandes propriedades. Este modelo tem ainda a preocupação nas particularidades de cada região e formas de produção.

Nesta perspectiva, é importante destacar que a agricultura de subsistência foi historicamente colocada à margem do processo de desenvolvimento brasileiro, a agricultura familiar se vê atualmente com um papel de destaque outrora negado, como importante ator social do segmento produtivo, capaz de gerar ocupação, emprego e renda, especialmente no meio rural, tal ordem é propiciada em virtude da mesma passar a ser protagonista de uma política pública voltada, especificamente, para o seu fortalecimento, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.

### **3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA)**

Em um país onde a miséria e a pobreza são as realidades de uma parcela considerável da população e encontram-se privada de direitos sociais básicos, a fome torna-se um problema potencial a ser combatido. O acesso a alimentação digna é o objetivo afirmativo do processo democrático e da promoção da cidadania da população brasileira que se encontrar nesta situação, sendo que,

Em função desse papel da agricultura familiar, as políticas públicas de caráter federal foram direcionadas para o desenvolvimento no campo, terminando por unir vários instrumentos cujo conteúdo manifesto seria apoiar agricultores familiares, de forma a oferecer programas baseados na garantia da segurança alimentar, mas que também que apoiassem a participação organizada no mercado. (SANTANA, BELO e PEDLOWSKI, 2015, p. 71)

O Programa de Aquisição de Alimentos se fundamenta na construção de condições a assegurar a segurança alimentar, tanto dos agricultores que produzem, quanto as comunidades, instituições e órgãos governamentais, privados ou do terceiro setor que serão atendidos. Paula (2012, p. 25), resalta que “esta estratégia busca a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome, pois se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional”, combatendo desta forma problema social brasileiro: A Fome.

Nesta perspectiva, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, pela Lei 10.696/2003, é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tem por objetivo a estruturação das ações no que diz respeito às políticas públicas direcionadas as populações tradicionais, ao pequeno produtor e a segurança alimentar, efetivando o Projeto Fome Zero.

O Programa Fome Zero, carro-chefe das ações do governo para o combate à fome, propõe o estímulo à produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, tanto para o consumo próprio como para a comercialização e geração de renda. A avaliação era que muitos agricultores familiares, em especial os mais pobres, não tinham incentivos para ampliar sua produção porque não conseguiram comercializar seus produtos a preços compatíveis com seus custos, especialmente porque ficavam reféns dos atravessadores. (PERACI e BITTENCOURT, 2010, p. 197).

Diferente da proposta de programas de microcrédito, como o PRONAF que tem por objetivo o financiamento da produção, o PAA, tem por objetivo a garantia da venda da produção e de preço justo junto ao mercado consumidor.



O programa é utilizado como mecanismo de comercialização da produção, o que favorece a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações envolvidas no programa, e estimula os processos de agregação de valor à produção, conforme destacam Delgado, Conceição e Oliveira (2005, p. 23):

Parte em resposta às sugestões do Consea, parte como fruto da iniciativa autônoma do Ministério de Combate a Fome, o governo federal toma a decisão de criar a Medida Provisória (posteriormente transformada na Lei 10.696 de 02 de julho de 2003) o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Este programa, financiado com recursos do Fundo da Pobreza, aliado a Política de Garantia de Preços Mínimos, deveria cumprir um papel central na garantia de condições de comercialização da produção familiar e dos assentados da reforma agrária, segundo sua concepção e aquela preconizadas nas Diretrizes do Consea<sup>5</sup>.

O PAA é uma política pública que está vinculada a uma das linhas estruturais das ações do Programa Fome Zero, e foi planejada desde 2002, sua implementação se concretizou a partir de parcerias entre instâncias de governo (federal-estadual-municipal) e entre governo e sociedade civil (ONG's, cooperativas, etc), o Estado ou o município firmam um convenio

---

5 Conselho Nacional de Segurança Alimentar, é uma instância de concertação política e social e, como tal, constitui-se em espaço privilegiado de articulação entre governo e sociedade civil com o objetivo de propor diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional. Criado em 1993, desativado em 1995 e recriado em 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria a Presidência da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada e saudável em todas as suas dimensões e, inclusive, em suas relações exteriores.

com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que libera os recursos, que passam a ser gerenciados pela instituição requerente do convênio.

Em 2013 uma nova estratégia de execução do PAA foi conduzida pelo MDS. Se, até 2012, Distrito Federal, estados e municípios operavam no programa por meio de convênios com o Ministério<sup>13</sup>, a partir de 2013 a execução do programa se deu, em grande medida, pela celebração de termos de adesão. Do total de recursos alocados no PAA Municipal, quase 80% se referiram ao novo modelo de operação. No que diz respeito ao PAA Estadual, a transição se revelou mais lenta: os termos de adesão foram responsáveis por 25% do total de recursos aplicado em 2013. (VALADARES e SOUZA, 2015, p. 8).

Esta mudança foi mediante autorização via Lei nº 12.512/2011 que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, teve por objetivo primordial, a ampliação do programa e do número de beneficiários, orientada para priorizar o atendimento ao público do plano Brasil Sem Miséria e povos e comunidades tradicionais. Quem realizava o diagnóstico era o Ministério do Desenvolvimento Social, bem como o estabelecimento e gestão dos convênios com as instituições que executam o PAA, conforme

A partir da instituição da Lei No 775/2012, o PAA passou a ser realizado sem a necessidade de que convênios fossem firmados. O objetivo desta nova forma de realização do PAA foi facilitar a sua ampliação, a partir da diminuição da burocracia, permitindo assim que a execução dos pagamentos seja feita por meio do MDS. (SANTANA, BELO e PEDLOWSKI, 2015, p. 71).

Os termos de adesão apenas estabelecem o contrato, mas não repassam os recursos financeiros, diminuindo desta forma a burocracia que entravava todo o sistema, e que prejudicava a execução do programa. Já os convênios regulamentam a transferência de recursos financeiros e são delegadas uma série de controles que dizem respeito ao acompanhamento da execução físico-financeira, às contrapartidas previstas, ao cronograma de desembolso e, à prestação de contas.

O programa funciona de forma que os alimentos são adquiridos pelos governos, seus órgãos ou fundações diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Nesta perspectiva Cyntrão (2008), ressaltam que cabe ao PAA estruturar os polos de demandas institucionais para garantir a compra e venda dos produtos oriundos da agricultura familiar, quanto a segurança alimentar, a garantia de alimento para as pessoas em situação de risco social.

Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações ou associações de agricultores familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma, é possível controlar a comercialização utilizar o estoque para interagir com os mercados públicos ou privados, permitir assim maior barganha no valor dos produtos.

A compra pode ser feita sem licitação conforme a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 9.648/98, ocorre dispensa de licitação conforme o Art. 24, § 2, na compra de produtos abaixo de R\$ 8.000,00. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar os valores praticados nos mercados locais. Por outro lado, facilitar o

agricultor no trato com a burocracia, que em muitos casos acabam travados e impedidos de se concretizarem diversos negócios.

O limite de venda da produção por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 8 mil reais por ano, independente de já fornecerem a outras modalidades do PAA ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>6</sup>.

Segundo Vieira e Viana (2006, p. 4), “a distribuição da renda, assegura a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo a agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional”, são também objetivos do PAA.

É importante destacar que o Programa conta com quatro modalidades importantes a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF), e a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), exclusiva para assentados da reforma agrária, não consta mais entre as modalidades atuais do PAA. Conforme destaca Mattei (2007, p. 6-7):

A gestão nacional está ao encargo de um comitê ministerial com participação do Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto que a operacionalizações das ações é de responsabilidade do MDS e da CONAB. [...]

---

6 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O programa, é composto pelas modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAP), e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF).

Outra modalidade que é importante ser destacada é o Incentivo à Produção e Consumo de Leite (IPCL), como o próprio nome já diz, é um incentivo à produção e ao consumo de leite pelos agricultores familiares, que surgiu pela necessidade de minimizar os efeitos da vulnerabilidade social, combate à fome e à desnutrição, garante ao produtor preço mínimo e garantia da compra da produção.

O PAA emergiu procurando exercer, simultaneamente, os papéis de política agrícola e segurança alimentar. Essa integração torna difícil a delimitação de fronteiras entre os papéis exercidos pelas diferentes modalidades que compõem o PAA, apesar de existirem funções preponderantes a cada uma delas (CYNTRÃO, 2008, p. 27).

O estudo do impacto do PAA como política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar é importante, uma vez que é através destes estudos que se verifica a influência que o PAA tem produzido na vida desse segmento de produtores, fundamental para auxiliar o governo a organizar os investimentos no programa, visa a obtenção dos resultados desejados, principalmente em termos do combate à desigualdade e a pobreza, pois traz consigo uma importante vantagem competitiva para esta categoria que é a eliminação dos atravessadores, e passam a comercializar diretamente com o consumidor final.

Estudos realizados pela CONAB (2006), apontam que por meio de ações do PAA, toda a cadeia produtiva da agricultura familiar é beneficiada, melhorando as condições sociais e econômicas, pois tem mercado

garantido para seus produtos. Refletindo também na economia local, pois com maior poder aquisitivo, gerando emprego e renda no comércio local, os municípios passam a arrecadar mais impostos, trazendo melhorias no atendimento básico da população.

O que se percebe também como vantagem é a eliminação de atravessadores, garante maior autonomia aos agricultores, além da barganha por melhores preços, ou mais justa em relação à atividade intermediada. Isso é garantido pela ação do Estado, que tenciona os preços e estipula um referencial de valor na produção, que Silva e Costa (2007, p. 5) fundamentam:

Público Alvo: numa ponta, os agricultores familiares não integrados ao mercado; e, na outra, as famílias mais pobres do meio urbano e rural, desempregados e sub-empregados, que, por não possuírem capacidade de sobrevivência, estão sujeitas a políticas. Assim, constituem beneficiários do PAA as famílias de assentados de Reforma Agrária, agricultores classificados como do Grupo B do PRONAF, acampados, remanescentes de comunidades quilombolas e demais agricultores familiares pobres que não acessaram o PRONAF. Na outra extremidade estão as famílias carentes, clientes potenciais de entidades assistenciais (hospitais, creches, centros de atendimento a menores, restaurantes populares, etc.), vítimas de catástrofes, etc..

O PAA representa ao agricultor familiar um avanço, viabilizado como política pública, garante renda, possibilita a concretização de direitos sociais, combate à desigualdade e a pobreza rural, mas ainda assim é necessário que as partes envolvidas no programa desempenhem suas funções corretamente com a finalidade de satisfazer as necessidades, principalmente, em termos de infraestrutura, logística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou desenvolver um debate que levasse um entendimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar como política pública que combata a desigualdade social e a pobreza no campo através da compra da produção excedente das famílias produtoras.

Procuramos estabelecer a compreensão do que é desigualdade e pobreza no contexto brasileiro, sua construção histórica e os (des)caminhos para a eliminação desta questão social. Percebemos desta forma que a desigualdade produzida no campo através das políticas agrícolas adotadas ao longo dos anos, acentuou o processo de desigualdade na cidade, abarrotando as periferias e empobrecendo ainda mais os trabalhadores que permaneceram no campo.

A mudança deste paradigma surge quando o Estado percebe que a agricultura familiar tem um papel fundamental para economia do país, e neste momento passa a fomentar a produção através de incentivos e políticas públicas que promovam a atividade, garantam a permanência dos trabalhadores no campo e até mesmo motivem o retorno ao rural, daqueles que outrora o tenha deixado. Mas, nesta perspectiva há ainda muito a que ser feito, a começar por uma reforma agrária séria e compromissada com os interesses dos trabalhadores.

A efetivação das políticas passou por lutas incessantes por parte dos movimentos sociais camponeses, que reivindicam o papel estratégico da atividade no desenvolvimento social, econômico e político destes sujeitos.

O PAA é resultado destes embates. Construído a partir do Programa Fome Zero, tem um papel importante no cenário econômico, principalmente das economias locais, fortalecendo os laços comerciais locais e regionais, promovendo desta forma o trabalho e renda, componentes necessários para o combate à desigualdade e a pobreza.

É importante ressaltar que apesar de ser uma ideia interessante politicamente falando, esta iniciativa ainda encontra fatores limitantes,

principalmente no que diz respeito as parcerias e neste sentido, a burocracia, a falta de interesse das prefeituras e dos governos estaduais representam os desafios a serem transpostos.

As parcerias contam com vários itens a serem atendidos pelas partes, mas que a logística e a distribuição dos produtos se apresentam como ponto a serem considerados, uma vez que os agricultores não possuem meios de transporte que possibilite a logística da produção, se veem reféns dos parceiros, e estes quando não desempenham a sua função na parceria, prejudica diretamente o produtor, que pode perder a produção.

Quando estes acordos não são cumpridos, uma alternativa encontrada pelos trabalhadores é fundar cooperativas agrícolas que através da participação dos associados adquirem meios logísticos para fazer a distribuição dos produtos, o que garante desta forma que os produtos não se perderam, e que a comunidade seja atendida com eficácia.

As perspectivas das políticas públicas de combate à desigualdade e pobreza, necessitam ainda de maior empenho das autoridades, uma vez que as comunidades não disponibilizam de recursos e condições para isso, e também porque cabe ao Estado dar condições dignas de emancipação social para os trabalhadores.

Recebido em outubro de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar (COORD.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCIO, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C, Varriale et al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. geral



João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL, F. P. D. A Participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potenciais e desafios. In.: FAHEL, J. M.; NEVES, J. A. B. (Org.). **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. P. 115-153.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In.: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, N. G. Política macroeconômica, ajuste externo e agricultura. In. LEITE, Sérgio. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CONAB. **Oficina de documentação participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA**. Região Sul. Curitiba, 26 a 28 de abril de 2006.

CYNTRÃO, Felipe Medeiros Corrêa. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio)–Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. do.; OLIVEIRA, J. J. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. In.: Texto para discussão nº. 1145, IPEA. Brasília: 2005. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1145.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf)>

ERICEIRA, A. do C. C.; ARAÚJO, A. dos S.; PINTO, C. C. Avaliação de políticas sociais: um meio do exercício da cidadania. In.: **Jornada de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital**. 2011.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In. HEIDEMANN, Francisco G. SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2006**.

MATTEI, Lauro F. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepções e concepções gerais do programa.** In.: Sociedade e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22> Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira. et. al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In.: SILVA, Christian Luiz da.; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Saraiva, 2010.

NATIVIDADE, Elisângela Abreu; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. Gestão de Política Pública de Geração de Trabalho e Renda: uma análise do programa nacional de incubadoras de cooperativas populares. In. **Revista de Políticas Públicas.** São Luís, V. 17, n. 1, p. 241-250, jan./jun. 2013.

PAULA, Érika Karla Lucena de. **Políticas públicas para agricultura familiar: uma avaliação sobre a correspondência do PAA e do PRONAF nos Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte – 2008 a 2010.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, RN, 2012. 82 F.

PERACI, Adoniram Sanches; BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** In.: GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão (orgs.). **Fome Zero – a experiência brasileira.** Brasília: MDA, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à críticas dos mínimos sociais.** 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P.; PEREIRA, Camila Potyara. Desigualdades existentes e violações sociais ampliadas. In.: **SER Social, Brasília**, v. 16, n. 34, p. 13-29, jan.-jun./2014

POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

ROCHA, J. H. de M. V. **Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e educação técnica: uma reflexão.** *Caderno de Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional*, Boa Vista, n. 27, 2010.

SANTANA, C. M.; BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. **Os principais desafios para a institucionalização do PAA no Assentamento de Reforma Agrária no Norte**

**Fluminense.** IN.: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 10, nº. 20. P. 62-87. Jul. 2015.

SILVA, A. G. da; COSTA, F. B. **O programa de aquisição de alimentos: uma avaliação institucional.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, [S.l.: s.n.], 2007.

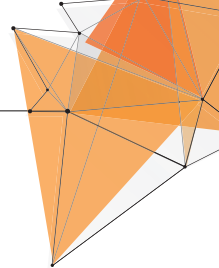
SIQUEIRA, Luana Souza. **Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica.** In.: Temporalis, ano 12, n. 24, p. 353-384. Brasília – DF, jul/dez. 2012.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. de. **A trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa.** In.: **Notas Técnicas**, IPEA, nº 21. Brasília: IPEA, 2015.

VIEIRA, D. de F. A.; VIANA, C. A. dos S. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf> . Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Et al. **Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil.** In.: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr., 2014. ●



# UMA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COM FOCO NO COMBATE À POBREZA NO CAMPO

*Marco Aurélio Noce<sup>1</sup>*

*José Ambrósio Ferreira Neto<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho busca analisar iniciativas do governo brasileiro, que visam melhorar a situação de um significativo segmento da população brasileira, que vive no meio rural em condições de pobreza ou de miséria absoluta. São avaliados os fatores históricos que nortearam as políticas públicas para o setor, bem com os fatores e conceitos, segundo os estudiosos, que determinam o sucesso ou o fracasso destas políticas. São enfocadas ainda as ações mais recentes empreendidas pelo estado, buscando compreender as razões pelo cumprimento ou não de seus objetivos e metas. Finalmente buscamos determinar as principais ferramentas e estratégias de combate à

- 
- 1 Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (1986) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal de Lavras (2008). Atualmente é analista A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Milho e Sorgo. Está atualmente em fase de conclusão de curso de doutorado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: marco.noce@embrapa.br.
  - 2 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestrado em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa (1994) e doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1999). É Professor Associado IV da Universidade Federal de Viçosa.

miséria, de acordo com estudiosos e executores de políticas públicas, além das dificuldades e gargalos para sua implementação. Concluímos que os atuais programas derivados de políticas públicas, que visam o combate à pobreza rural, não são eficientes, necessitando ser modificados e melhorados. Assim, tais ações não são suficientes para atingir o objetivo estipulado no programa do atual governo, de erradicação da miséria no campo.

**Palavras-chaves:** Renda; pobreza; desenvolvimento rural

## **AN ANALYSIS OF BRAZILIAN PUBLIC POLICY FOR RURAL DEVELOPMENT, WITH A VIEW TO FIGHTING POVERTY IN THE FIELD**

### **ABSTRACT**

This work seeks to analyze initiatives of the Brazilian government to improve the situation of a significant segment of the population that lives in rural areas in absolute poverty. Stated the historical factors that have guided public policy for the sector, as well as the factors and concepts, according the researchers, that determine the success or failure of these policies. Also focused the most recent actions taken by the state, trying to understand the reasons for compliance or otherwise of its objectives and goals. Finally we sought to determine the key tools and strategies to combat poverty, according the researchers and policy implementers, beyond the difficulties and bottlenecks for its implementation. We conclude that the current derivative programs of public policies aimed at combating rural poverty, are not efficient and needs to be modified and improved. Those actions are not

enough to achieve the stated objective in the current government program to eradicate poverty in the countryside.

**Keywords:** Income; Poverty, Rural development.

## INTRODUÇÃO

A pobreza rural não é exclusividade brasileira, ocorre em grande parte do mundo, marcadamente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Dados do Banco Mundial, citados em documento do IICA, mostram que, tomando-se como linha de pobreza o patamar de US\$ 1/dia, haviam em 2007 aproximadamente 800 milhões de pessoas pobres em áreas rurais, significando que mais de 50% da população rural do planeta podia ser caracterizada como pobre (Miranda et al, 2011). No Brasil dados do IBGE (PNAD/IBGE, 2009) indicam que para uma população rural total de 30.7 milhões de pessoas, 16,5 milhões de pessoas foram classificadas como pobres (renda familiar per capita mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo), aproximadamente 54% da população. Destas, 8.1 milhões de pessoas foram classificadas como extremamente pobres (renda familiar per capita mensal de até  $\frac{1}{4}$  salário-mínimo). Os dados demonstraram ainda que a região Nordeste do país concentrava 70% daqueles considerados extremamente pobres.

De acordo com Maluf e Mattei “a pobreza rural no Brasil está fortemente atrelada ao rápido processo de industrialização e de urbanização do país, ocorrido na segunda metade do século XX” (Maluf e Mattei, 2011). A política instituída para o setor agrícola se norteava pela visão predominante na época, que entendia a função do rural como um espaço de produção agrícola do tipo empresarial. Partindo deste pressuposto o crescimento da produção agrícola moderna seria suficiente para, além de atender a demanda por produtos agropecuários, resolver o problema da pobreza entre as famílias rurais. Como se sabe, tal não ocorreu como previsto, pois um grande

contingente de pequenos agricultores que permaneceu no campo, ora denominados agricultores familiares, não foi beneficiada pelo processo, ou mesmo, em alguns casos, viu agravada a sua situação de pobreza.

Atualmente, apesar dos números indicarem uma queda nos índices de pobreza rural nos últimos 15 anos, o contingente de produtores rurais que permanecem abaixo da linha de pobreza ainda é bastante elevado. Helfand (2011) destaca a política de aposentadoria rural e o Programa Bolsa Família como as razões mais importantes para redução da pobreza. O autor afirma que a extrema pobreza caiu de 25% para 12% de 2001 para 2009, enquanto que a pobreza reduziu de 52% para 31% no mesmo período. No entanto, o autor observa que somente esses programas já não são suficientes para retirar da condição de pobreza aquele percentual significativo de produtores rurais que ainda se encontram nesta situação. O governo federal reconhece, apesar de alardear a saída de 28 milhões de brasileiros da pobreza absoluta nos últimos anos, que 16 milhões de pessoas ainda permanecem nesta condição de pobreza extrema. Ainda segundo o governo, são pessoas desamparadas que não conseguem se inscrever nem mesmo em programas sociais como o Bolsa Família, além de não ter acesso a serviços essenciais como água, luz, educação, saúde e moradia (Brasil, 2012).

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM), lançado em 2011 pelo Governo Federal, tinha o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O plano, de acordo com o divulgado pelo governo, possui três diretrizes básicas: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres (Brasil, 2012). No entanto, o que se observa atualmente é que pouco mudou neste período no que se refere ao desenvolvimento social deste público. Resta saber por que as medidas adotadas não estão sendo eficazes em seu objetivo de tirar este público da miséria, propiciando sua escalada social, de forma a que tenham acesso a direitos e benefícios que nunca tiveram. Este trabalho tem por objetivo analisar as ações governamentais até então efetuadas, buscando entender

as razões que determinaram a relativa ineficiência das mesmas, no cumprimento de suas metas de combate á miséria no campo.

## **1. DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 As políticas públicas e os programas derivados visando o desenvolvimento rural**

De acordo com Höfling (2001) as políticas públicas são o resultado do “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001 p. 31). Assim, a autora entende que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado, que é responsável por sua implementação e manutenção, mas que envolvem diferentes organizações tanto públicas quanto privadas; não se reduzindo, portanto, em simples políticas estatais. Para Dias (2008) política pública é

O processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na visão dos gestores públicos, merecem ser enfrentados (DIAS, 2008 p. 102).

Ainda de acordo com Dias tais políticas assumem, na prática, a forma de estratégias de ação em planos, programas ou projetos, onde é diagnosticado o problema e proposta a sua solução.

Stein et al (2006) produziram documento para o Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre as políticas públicas na América Latina, no qual analisam erros e acertos de políticas públicas. De acordo com os autores são inúmeros os fatores que determinam o sucesso ou o insucesso das



políticas públicas. Um deles diz respeito à capacidade dos atores políticos de cooperar ao longo do tempo, que consideram fator-chave da qualidade das políticas públicas, principalmente pelo grande número de atores envolvidos, como políticos, administradores e grupos de interesse, que atuam em diferentes momentos do processo de formulação das políticas. Segundo os autores os diferentes agentes que atuam em cada segmento dentro da política devem coordenar suas ações para produzir políticas coerentes. Isso, no entanto, nem sempre ocorre já que muitas vezes os atores não se comunicam adequadamente entre si. Esta descoordenação pode ocorrer tanto entre diferentes órgãos dentro do governo central, quanto no plano estadual ou municipal, ou mesmo entre agentes que operam em diferentes estágios do processo de formulação das políticas. Os autores citam ainda como características essenciais das políticas públicas, além da coordenação eficaz, a estabilidade, a adaptabilidade, a coerência, a qualidade da implementação e da aplicação efetiva, a consideração do interesse público e a eficiência no uso dos recursos que assegure retornos sociais elevados. A eficiência, segundo os autores, diz respeito à alocação dos recursos pelo Estado, geralmente escassos, em ações que obtenham os maiores retornos, sempre diretamente relacionados ao interesse público. Ainda segundo os autores o índice de eficiência pode ser mensurado pelo grau em que a composição dos gastos públicos gera desperdícios e pelo grau em que os recursos são direcionados para as atividades em que são mais efetivos. Outra questão importante, de acordo com os autores, diz respeito à burocracia adotada nas políticas, que deverá ser eficiente e independente, de forma a que se possa delegar parte das tomadas de decisões durante a implementação e na execução das políticas públicas. A conclusão dos autores é que o desenvolvimento não depende tanto de escolher as políticas certas numa perspectiva técnica, mas de negociá-las, aprová-las e implementá-las de uma maneira que permita a sua sobrevivência política e a sua aplicação eficaz. As colocações e sugestões dos autores para a elaboração e a execução eficiente de uma política pública, de forma a que se

obtenham os resultados desejados, ainda que relevantes, necessitam um esforço considerável dos políticos e demais articuladores das políticas que, no Brasil atual, não tem acontecido. Ao se confrontar as características que os autores consideram essenciais para que uma política pública obtenha sucesso, com a atual política brasileira visando o desenvolvimento social no meio rural, observa-se que ainda há muito a ser melhorado no que diz respeito à elaboração, coordenação, articulação e execução das ações, de foram a garantir a eficiência no uso dos recursos que possibilitem os retornos sociais almejados.

De acordo com Druck e Filgueiras (2007), as políticas públicas de interesse social se originaram ainda no século XIX, quando passou a predominar o capitalismo industrial, em função das intensas disputas originadas pelo novo sistema entre o indivíduo e seus direitos e o mercado regido pela economia liberal, amparado na relação de exploração ilimitada do trabalho assalariado. Assim, ainda de acordo com os autores, tal situação de esfacelamento da sociedade deu origem aos serviços públicos e às instituições, com a função de mediar as disputas e de limitar o caráter dominador e repressor do capital sobre o trabalho. Segundo Gehlen (2004)

As políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, sendo que, aos poucos, essa “vantagem” em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária (GEHLEN, 2004 p. 96).

O autor entende que as ações derivadas de tais políticas devem se basear fundamentalmente no capital social da região em foco, que define os recursos humanos potenciais e sua relações, bem como os recursos institucionais e naturais. Assim deve-se partir de diagnósticos que identifiquem

tais potencialidades quando da formulação de uma proposta ou projeto. Tal conhecimento é necessário para a definição dos objetivos, metas e estratégias para operacionalização dos mesmos.

Da mesma forma, as ações, programas e/ou projetos derivados de políticas públicas visando o desenvolvimento do meio rural, necessitam ser específicas e direcionadas à cada situação local já que, além de representarem uma realidade em tudo distinta do meio urbano, diferem entre si pela peculiaridade de suas características edafoclimáticas e socioculturais. De acordo com Mielitz Neto et al (2010), as políticas públicas no setor agrícola se diferem das demais em função das singularidades do setor, sujeito a eventos que fogem do controle como as variações no clima e o comportamento dos preços nos mercados. Assim as políticas em cada contexto devem ser diferenciadas objetivando reduzir as incertezas e melhorar a alocação dos recursos de acordo com suas especificidades. Segundo o autor tais ações são extremamente complexas, principalmente no Brasil onde, além da multiplicidade de realidades no meio rural, a existência de dois ministérios que tratam das questões agrícola e agrária constituem, muitas vezes, um empecilho ao desenvolvimento das políticas, já que costumam ter visões divergentes, de acordo com seus grupos de interesses. No entanto, desde meados do século passado os governos brasileiros têm dado maior atenção às políticas públicas visando o desenvolvimento social no campo por meio, dentre outras ações, da criação de novas leis, programas e/ ou projetos objetivando melhorar as condições de vida dos agricultores.

O atual governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2013), cita os seguintes planos, programas e projetos derivados da atual política pública para a agricultura familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), Programa Terra

Legal, Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Terra Forte, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, Garantia-Safra, Reforma Agrária, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Organização Produtiva das Mulheres Rurais. Territórios da Cidadania, Arca das Letras, Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF). Como se vê, são ações variadas objetivando proporcionar o desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar no país. No entanto tal objetivo, apesar de alguns resultados positivos, não foi atingido, já que persistem as dificuldades vivenciadas pelos agricultores familiares para se sustentarem em suas atividades produtivas nas propriedades rurais. As razões para semelhante discrepância parecem ser várias e diversificadas, podendo-se citar: equívocos na concepção e/ou na execução dos programas, descontinuidade dos programas em função de mudança na política, limitações de recursos, falta de interação entre os agentes envolvidos, dentre outras.

A partir do início do século XXI, o governo brasileiro, dentro de sua política de combate à miséria, instituiu programas de caráter assistencialista como o Bolsa Família que, dentre os demais brasileiros de baixa renda, atende boa parte dos agricultores familiares. Sob este mesmo enfoque assistencialista disseminam-se por todo o país projetos custeados pelo governo federal contemplando a doação de insumos e sementes aos agricultores familiares. Sabourin (2007), no entanto, critica o desenvolvimento deste tipo de políticas que pregam o tratamento social da agricultura familiar apenas com programas de combate à pobreza. Segundo o autor estes programas assistencialistas terminam por transformar camponeses mais ou menos autônomos em cidadãos de segunda classe, dependentes de ajuda para sua reprodução social. Sob este prisma, segundo o autor,

As políticas públicas levam a uma disjunção entre políticas sociais e políticas produtivas, contrária ao princípio

tripartite do desenvolvimento sustentável (equilíbrio entre social, econômico e ambiental). Esses enfoques (previdência, aposentadoria rural, bolsa- alimentação, bolsa-família) reduzem o econômico ao princípio do acesso das populações rurais pobres ao mercado capitalista e mantêm sua dependência dos supermercados e das firmas agroalimentares, já não como produtores, mas como consumidores (SABOURIN, 2007 p. 739).

Alguns programas de desenvolvimento rural, apesar de suas deficiências, têm sido incrementados pelo atual governo e obtido relativo sucesso no atendimento a pelo menos uma parcela dos agricultores familiares. O PRONAF constitui-se no principal exemplo deste sucesso relativo. O programa, segundo Ribeiro (2007), previa, além do crédito rural, a assistência técnica a estes agricultores, definindo, a partir daí, a agricultura familiar como o foco para os serviços públicos de extensão rural. Dias (2008) enfatiza a importância do vínculo entre extensão rural e políticas de promoção do desenvolvimento rural. O autor entende que qualquer política visando o desenvolvimento rural depende da existência e da capacidade de profissionais que orientem localmente as mudanças propostas. No entanto, para Sabourin (2007), apesar dos resultados espelhados nos números oficiais de atendimentos, o PRONAF esbarra em sérias limitações, principalmente pelo fato de o Estado não garantir os ativos e as infraestruturas de base, além do apoio específico aos agricultores como o custeio. Assim, regiões que já disponham de infraestruturas e condições de mercado capazes de absorver a produção destes agricultores, se aproveitam melhor do programa, enquanto aqueles situados em regiões carentes de infraestrutura e de outros recursos, têm dificuldades em usufruir dos benefícios do programa. Schneider et al (2004) apontam como uma das principais distorções que impedem o bom desempenho do PRONAF, a maior concentração dos recursos de custeio das safras naqueles agricultores familiares mais capitalizados, já inseridos no mercado, em detrimento das demais categorias geralmente em maiores dificuldades.

Assim como o PRONAF, existem outros programas importantes e interessantes, mas que necessitam ajustes e incrementos para que possam funcionar de forma adequada. O Programa Territórios da Cidadania é um exemplo. Segundo o coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário NEAD/MDA em 2011, o objetivo do Programa era contribuir para a superação da pobreza através da geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (Soriano, 2011). O autor explica que os objetivos do programa visavam a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, a ampliação da participação social e a integração de políticas públicas. No entanto os últimos governos não têm dado a devida atenção ao programa, que carece de recursos, normas claras e ações concretas de integração entre os agentes locais, regionais e federais. Sem isto, corre-se o risco da desintegração do programa, que deixa de ser uma alternativa nos projetos de desenvolvimento da agricultura familiar. Leite e Wesz Júnior (2012) entendem que o desafio ao bom funcionamento do programa é grande, pois envolve ações oriundas de distintos ministérios que, historicamente, tem dificuldades de articulação. O Programa Territórios da Cidadania foi incluído, a partir de 2012, no Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo governo Dilma Rousseff, em nova estratégia do Governo Federal para o combate à miséria tanto no meio urbano quanto no campo.

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi oficializado em 02 de junho de 2011 pelo Governo Federal, com o objetivo, segundo a propaganda governamental, de “superar a extrema pobreza” até o final de 2014. De acordo com o documento oficial (BRASIL, 2012) o Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres. Ainda segundo o governo, o público do Brasil Sem Miséria no campo é formado por agricultores

familiares, assentados da reforma agrária, acampados, extrativistas, pescadores, quilombolas, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais e o objetivo é proporcionar a este público a inclusão produtiva rural, com foco no aumento e no aprimoramento da produção, melhorando assim a renda e a alimentação das famílias. Como o foco é o processo produtivo, as famílias teriam acompanhamento individualizado e continuado de técnicos agrícolas, com a função de buscarem formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. Essas famílias recebem ainda 2,4 mil reais em recursos não reembolsáveis, para usar na implantação do projeto produtivo construído em conjunto com os técnicos agrícolas. Além disso, são distribuídos insumos e sementes para aumentar a qualidade da produção. O governo garantiria ainda canais de comercialização para escoamento da produção cujo principal instrumento seria o programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção de agricultores familiares sem precisar de licitação. Ainda, para os que ainda não têm acesso à água ou luz, o programa Água para Todos constrói cisternas no semiárido e o Programa Luz para Todos garante o acesso à energia elétrica (BRASIL, 2012). Cazella e Búrigo (2011), no entanto, entendem que o Plano Brasil Sem Miséria não contempla as especificidades da pobreza rural no Brasil. Segundo os autores ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visam garantir o escoamento da produção dos agricultores familiares, e o Bolsa Verde, que prevê pagamentos trimestrais de R\$ 300,00 por família que preserve o meio ambiente nos seus locais de moradia e de trabalho, apesar de sua importância, são políticas eficazes apenas para uma parcela da agricultura familiar que já se encontra razoavelmente inserida nos mercados, não privilegiando aqueles agricultores que estão abaixo da linha da miséria e sem inserção no mercado. Assim, segundo os autores, seriam necessárias medidas específicas para este público, como a disponibilização de microfinanças específicas para esta população não contemplada por outros programas de fomento e, em especial, o acesso à terra. Finalmente os autores criticam a falta de assistência e estímulo às iniciativas de desenvolvimento

territorial, com destaque para os Territórios da Cidadania, concebidas no governo anterior, que eles entendem como instrumentos importantes de descentralização e de integração das políticas de enfrentamento da pobreza rural.

Outra crítica ao PBSM diz respeito ao estabelecimento do valor de R\$ 70,00 mensais de renda familiar máxima, como ponto de corte para definição do público alvo do programa. Questiona-se primeiramente o uso do fator renda como ponto de corte, já que existem inúmeras outras variáveis que deveriam ser levadas em consideração. Questiona-se ainda o valor adotado, que deixa de fora ampla faixa da população que, sob outra análise, também pode ser considerada miserável. Dedecca (2011) considera tal indicador, baseado em valor estipulado pela ONU, uma aberração, já que não acha possível sobreviver com um dólar e pouco por dia. Segundo o autor, além do valor muito baixo, sua adoção como indicador único não é exata, já que não considera outros bens públicos que não podem ser monetarizados, como é o caso da saúde e da educação.

## **1.2 Definições e estratégias de combate à miséria no campo**

O tema, políticas públicas para o enfrentamento da pobreza no meio rural, foi intensamente debatido durante o V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial (2011). No evento surgiram inúmeras críticas sobre os métodos utilizados pelo governo para a aplicação de tais políticas. Criticou-se o fato de que ainda persistem políticas de enfrentamento da pobreza dominadas pela concepção de que trata-se de um problema individual e não social em termos de seus determinantes e estratégias de superação. Desta forma, prevaleceriam programas de promoção individual e não programas universais com enfoques sociais ou coletivos. Tais ações teriam alcance limitado e resultados duvidosos. Também foi alvo de críticas a concepção, usualmente adotada nas políticas públicas para o setor,



que condiciona o enfrentamento da pobreza à existência de crescimento econômico, desconsiderando fatores sociais que deveriam ser inerentes à melhoria nas condições de vida destas populações. Foram igualmente criticadas as ações baseadas em simples transferência de renda, já que, apesar de sua importância na resolução de situações críticas de extrema necessidade, as famílias não podem permanecer indefinidamente na dependência desse tipo de auxílio. Segundo Dedecca (2011) são necessárias modificações profundas nas estruturas e modos de organização e regulação do Estado e das políticas públicas. Coloca como um dos principais entraves aos bons resultados das políticas públicas sociais, a falta de diálogo e de articulação entre os agentes promotores (ministérios, etc.). Cita como exemplo o Número de Identificação Social (NIS), indicador que está presente em todas as políticas sociais brasileiras (educação, saúde, trabalho, etc.), mas, inexplicavelmente, tem um formato diferente para cada ministério, impossibilitando a sincronização dos trabalhos. Assim, ainda segundo o autor, as políticas públicas no Brasil se encontram fragmentadas em programas que tem objetivos comuns, mas que padecem da total falta de integração entre eles.

A concepção de que apenas políticas universais combinando diversos instrumentos, possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da mesma, é quase consensual entre os estudiosos. Não há, no entanto, uma definição clara de quais são estes instrumentos. O documento "Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas" (2011), elaborado a partir das apresentações e discussões ocorridas durante o V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, já citado, propõe que as estratégias para enfrentamento da pobreza rural requerem o reconhecimento do papel central do Estado e sua capacitação com vistas à adoção de políticas públicas em diversas áreas e destaca as principais áreas de atuação: promover a inclusão social; desenvolver capacidades; ampliar a educação no campo;

transferir renda; propiciar o acesso aos bens e serviços; relacionar as políticas sociais a uma estratégia de desenvolvimento rural; propiciar o acesso aos recursos naturais; ampliação do acesso a terra; geração de emprego e renda; dinamização das áreas rurais; diversificação produtiva; pesquisa e ATER adequadas; canais de comercialização para acesso aos mercados; matriz energética (Miranda et al, 2011). São medidas importantes e necessárias, mas que ainda carecem dos instrumentos e metodologias adequadas para sua efetiva implementação.

Existem ainda diversos outros trabalhos buscando encontrar caminhos e soluções para que ações de combate à miséria no campo alcancem seus objetivos. Uma equipe de pesquisadores da Universidade de Harvard efetuou em 2008, estudo sobre alternativas de uso do conhecimento e da pesquisa para alívio da pobreza e promoção da sustentabilidade. Concluíram que é necessária a interação constante e substancial entre pesquisadores, tomadores de decisão e o público alvo, de forma a assegurar a participação significativa no diálogo de todas as partes interessadas, com enfoque para o sistema de aprendizagem participativa e adaptativa, já que as realidades em cada região são diversas e peculiares. De acordo com os pesquisadores, o êxito do trabalho inclui construir pontes entre a comunidade de pesquisa de um lado e a comunidade de usuários no outro. Assim os elos criados constroem “espaços seguros”, em que os gerentes do projeto podem promover a interface pesquisa-extensão-produtor para definição do produto em conjunto (KRISTJANSON, 2008). Já Chambers (2010) propõe que as políticas de combate à pobreza devem se iniciar com o conhecimento da realidade destas pessoas. De acordo com o autor esta realidade pode ser descrita a partir do conhecimento das condições que eles experimentam, suas aspirações e prioridades. O autor cita, no entanto, algumas dificuldades na construção deste conhecimento em função do estereótipo comum dos agricultores familiares, que costumam diversificar seus meios de subsistência fora da agricultura, muitas

vezes informalmente, visando reduzir os riscos inerentes à sua pobreza e à vulnerabilidade das condições incontroláveis e imprevisíveis de suas vidas. Desta forma eles necessitam se adaptar continuamente às novas condições, que mudam muito rápido.

Guanziroli et al (2012) consideram que para este grupo de agricultores familiares com baixa inserção no mercado, que eles chamam de periféricos, as políticas de crédito de custeio, por mais subsídios que se aplique, não resolverão o problema da pobreza no campo. Segundo os autores são necessárias políticas específicas, focalizadas no grupo em questão, envolvendo outros aspectos como o acesso à água, à terra e à educação, dando maior ênfase às políticas agrárias e sociais do que às políticas agrícolas. Também Bresnayan (2011) enumera os fatores que considera chaves na redução da pobreza: acesso à terra; à água, à infraestrutura; à educação; a formas de organização, à tecnologia, aos mercados; às atividades não agrícolas e a sua ligação com a agricultura, a técnicas de enfrentamento das mudanças climáticas. Relaciona ainda as seguintes estratégias como orientação para as políticas públicas de desenvolvimento rural regional: promover uma agricultura comercial mais dinâmica por meio de parcerias com a agricultura familiar; promover o crescimento do setor não agrícola nos setores de processamento, serviços e infraestrutura; promover a migração para essas regiões através do investimento na educação (capital humano migrável); promover políticas de proteção social. Tais estratégias, contudo, independente de sua relevância, necessitam para sua implementação estar embasadas por projeto bem estruturado, dotado de estruturas física e financeira adequadas e amparadas por estudos aprofundados, de acordo com as especificidades regionais e/ou locais. A formulação e a execução apropriadas de tais projetos, ao que parece, faltam nos esforços políticos para resolução do problema em questão.

## 2. DISCUSSÕES

As considerações dos estudiosos citados acima permitem tecer alguns comentários relativos aos possíveis equívocos da atual política objetivando o desenvolvimento da agricultura familiar. Tomando-se como exemplo o PBSM, principal programa do atual governo para tal objetivo, verifica-se que foi arquitetado como um projeto único para todo o território nacional e não foram realizados estudos prévios sobre as populações foco do projeto. Por outro lado, sua execução, como já citado, tem como ponto principal o favorecimento individual do agricultor familiar com assistência técnica e recursos a fundo perdido. Presume-se, no entanto, que, considerando-se as dimensões do território nacional, com sua enorme diversidade de ambientes, povos e costumes, não é viável um programa único, com base nos mesmos planos de ação para sua execução. Fica evidente a necessidade da divisão do programa em projetos de caráter regional e/ou local, que levem em consideração as peculiaridades de cada região e de seus habitantes. Neste contexto, entende-se que todo o conjunto de estratégias, instrumentos e demais sugestões apresentados e discutidos neste texto, deve ter sua exequibilidade avaliada para cada região alvo dos projetos. Para tanto torna-se fundamental o diagnóstico preciso das reais condições das populações foco dos projetos locais e/ou regionais, suas peculiaridades, tradições, necessidades, demandas, dificuldades, etc, de forma a atuar buscando a melhoria das comunidades como um todo.

Aliado ao conjunto de estratégias discutidas acima, necessárias para o êxito das políticas visando o desenvolvimento da agricultura familiar, deve-se acrescentar aquelas responsáveis por levar a estes agricultores os conhecimentos e tecnologias gerados, com potencial para incrementar o seu processo produtivo, melhorando sua rentabilidade na atividade. Face ao acesso limitado destes agricultores às novas tecnologias, seja por restrições financeiras, educacionais ou de ordem técnica, os programas e

projetos derivados de políticas públicas, principalmente por intermédio da ATER, se constituem no principal instrumento para fazer chegar as tecnologias aos agricultores familiares. Está claro que os procedimentos a serem adotados para tal intento deverão estar ajustados para este público, buscando tecnologias realmente demandadas pelos agricultores em função de suas dificuldades e limitações; que sejam adaptáveis ao processo produtivo e aos conhecimentos tradicionais empregados. Da mesma forma, os métodos e ferramentas utilizados para que tais tecnologias sejam reconhecidas e adotadas pelos agricultores, devem ser motivo de análise e de ajustes, buscando processos participativos e dialógicos, que respeitem a realidade e as necessidades do público em questão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas públicas de combate à pobreza rural, no formato atual, não são capazes de cumprir o objetivo proposto de erradicação da miséria no campo. Apenas a vontade política e o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, baseados simplesmente na enumeração do que se acredita ser necessário para o desenvolvimento daquelas populações, não são suficientes. Levantamentos de informações e análises criteriosas nas regiões alvo do programa são determinantes para o estabelecimento de estratégias, adaptadas às diferentes realidades das populações alvo. Sob este enfoque torna-se necessária a descentralização dos programas, através da concepção de projetos de caráter regional e/ou local, que levem em consideração as peculiaridades de cada região e de seus habitantes. Estudos e levantamentos devem ser realizados ao nível destes projetos, visando o diagnóstico preciso das reais condições destas populações, suas peculiaridades, tradições, necessidades, demandas, dificuldades, etc. Entendo ainda que as estratégias devam visar à coletividade e não o indivíduo, buscando a melhoria das comunidades como um todo. Com este objetivo enfatizamos

a importância do reconhecimento e do uso de ferramentas apropriadas para o estudo e execução das estratégias estabelecidas. Finalmente, é fundamental a interação entre os diversos agentes e atores do processo, envolvendo os representantes do governo federal (ministérios, etc.), lideranças regionais e produtores.

Recebido em setembro de 2016  
Aprovado em dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **É o Estado Chegando Onde a Miséria Está**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Políticas públicas para agricultura familiar**. Outubro 2013. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>

BRESNYAN, Edward William. Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 60-67. (Desenvolvimento Rural Sustentável). V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. O Plano Brasil sem Miséria não contempla as especificidades da pobreza rural. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, n. 38, p. 1-4, jul. 2011.

CHAMBERS, Robert. **Paradigms, poverty and adaptive pluralism**. Brighton: Institute of Development Studies at the University of Sussex, 2010. (IDS Working Paper, 344).

DEDECCA, Cláudio. Construção de uma agenda de proposições de políticas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.).

**Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas.** Brasília: IICA, 2011. p. 151-154. (Desenvolvimento Rural Sustentável). V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

DIAS, M.M. **Políticas públicas de extensão rural e inovações Conceituais: limites e potencialidades. Perspectivas em Políticas Públicas.** Belo Horizonte, vol. 1, nº. 1, p. 101-114, Jan/Jun 2008.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24-34, jan./jun. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2009.** Disponível em [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2009/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../pnad2009/)

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, nº 18(2), p. 95-103, 2004.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, jun. 2012 .

HELFAND, Steven. Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas.** Brasília: IICA, 2011. p. 58-59. (Desenvolvimento Rural Sustentável). V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

KRISTJANSON, Patti et al. **Linking international agricultural research knowledge with action for sustainable poverty alleviation: what works?** Cambridge: Center of International Development at Harvard University, 2008. (CID Working Paper, n. 173).

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 50, n. 4, dez. 2012.

MALUF, Renato; MATTEI, Lauro. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 15-26. (Desenvolvimento Rural Sustentável). V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

MIELITZ NETO, C.G.A.; MELO, L.M.; MAIA, C.M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2010.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. (Desenvolvimento Rural Sustentável). V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al . Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 45, n. 4, dez. 2007.

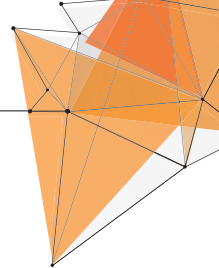
SABOURIN E. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SORIANO, Joaquim. Pobreza rural no marco da política de desenvolvimento do Brasil rural: o papel dos territórios rurais. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 122-125. (Desenvolvimento Rural Sustentável). V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

STEIN, E.; TOMMASI, M.; ECHEBARRÍA, K.; LORA, E.; PAYNE, M. **A política das políticas públicas. Progresso econômico e social na América Latina**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, David Rockefeller Center For Latin American Studies, Harvard University, Editora Elsevier Campus. Relatório 2006. ●





# **A CRISE DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: O ESTADO SOCIAL EM TEMPOS DE AJUSTE NEOLIBERAL**

*Iris Karine dos Santos Silva<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de tecer breves considerações acerca da crise do capital na contemporaneidade, atentando para falência do Estado Social, a luz da teoria social histórico crítica. As medidas de ajustes neoliberal são implementadas enquanto resposta a essa conjuntura, em que pese as alterações provocadas no bojo da produção capitalista e que exercem fortes efeitos para as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora. Frente a esse cenário, o padrão de financiamento que acaba de se instaurar, pauta contundentemente a manutenção da produção capitalista com vistas a assegurar a reprodução do capital. Esse quadro é bastante perverso para o conjunto da classe trabalhadora, que além de serem os maiores financiadores na composição do fundo público através da tributação regressiva presente nos países de capitalismo periférico em que se destaca

---

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UFS, linha de pesquisa Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social. Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2010-2015). Participou enquanto bolsista do grupo PET Serviço Social (2011-2015). Estudou sobre a estrutura fundiária de Sergipe, com foco no debate da questão agrária. Participou de um projeto de pesquisa sobre financiamento das políticas destinadas a pesca, ao meio ambiente e a agricultura. E-mail: iriskariness@yahoo.com

a particularidade do Brasil, se veem dependentes de um sistema de proteção social insuficiente. A atual etapa do desenvolvimento do capital mostra índices de sua falência, tendo como sustentáculo a esfera das finanças, que mascara sua real situação. As aproximações com o tema se deram através de pesquisa exploratória, recorrendo-se a revisão bibliográfica para a coleta dos dados.

**Palavras-chave:** Crise do capital; Estado Social; Ajuste Neoliberal; Capitalismo Financeiro.

## **THE CRISIS OF CAPITAL IN CONTEMPORARYITY: THE SOCIAL STATE IN NEOLIBERAL ADJUSTMENT TIMES**

### **ABSTRACT**

This study aims to brief considerations about the crisis of capital in contemporary times, noting failure of the welfare state, the light of historical critical social theory. The measures of neoliberal adjustments are implemented as a response to this situation, despite the changes brought about in the midst of capitalist production and exert strong effects on the living conditions of the entire working class. Faced with this scenario, the pattern of funding that has just been set up, strikingly agenda the maintenance of capitalist production in order to ensure the reproduction of capital. This picture is quite perverse for the whole working class, which besides being the largest lenders in the public fund composition through regressive taxation present in the countries of peripheral capitalism which highlights the particularity of Brazil find themselves dependent on a system inadequate social protection. The current stage of capital development shows indices of its bankruptcy,

taking as the basis the sphere of finance, which masks their real situation. The approaches to the subject were through exploratory research, making use of literature review for data collection.

**Keywords:** Capital Crisis; Social State; Neoliberal Adjustment; Financial Capitalism.

## INTRODUÇÃO

A crise instaura uma série de mudanças na produção capitalista e no mundo do trabalho, principalmente a partir do final dos anos 1960. Surge enquanto uma estratégia de reorganização do capital em termos de reprodução social, à medida que são expressão do desequilíbrio entre produção e consumo, estagnando os mecanismos de acumulação capitalista, ao impedir a transformação da mais-valia em lucro. Frente a esse cenário, tem-se o acirramento das contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que afetam diretamente as relações antagônicas entre as classes sociais, gerando impactos tanto para os trabalhadores como para os capitalistas.

O conjunto da classe trabalhadora padece perante os desmontes dos direitos sociais, mediante um processo de contrarreforma. O capital por sua vez, ver seu poderio ameaçado, com os indícios da falência do sistema capitalista. Enquanto alternativa, tem-se início uma série de ofensivas para o mundo do trabalho, ao momento em que preza-se um novo perfil de trabalhador – polivalente e multifuncional – em um universo de trabalho cada vez mais precarizado, fragmentado e desterritorializado.

Este trabalho tem o intuito de subsidiar o debate acerca da crise do capital na contemporaneidade, atentando para o desmonte do Estado de Bem Estar Social. A pesquisa baseou-se no referencial teórico Materialista Histórico Dialético, por se tratar de uma perspectiva que contribui para desvelar a realidade, por meio de mediações que permitem a apreensão do

real em sua totalidade. Consistiu em um estudo exploratório e enquanto procedimento de coleta de dados, optou-se pela revisão bibliográfica da literatura encontrada que tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com a produção escrita, dita ou filmada sobre determinado assunto. (GIL, 2010).

## 1. CONTEXTUALIZANDO A CRISE DO CAPITAL

Com a fusão dos monopólios industrial e bancário o capital, na segunda metade do século XXI, presenciou um período denominado “onda longa expansiva”, sendo possível, sobretudo, graças a superexploração da classe trabalhadora com o fascismo e a Segunda Guerra Mundial. A partir daí acumulou-se capitais aplicados posteriormente na terceira revolução tecnológica, o que levou ao acúmulo de mais valia relativa, o superlucro dos monopólios e permitiu a expansão da taxa de lucro, ao passo que as massas trabalhadoras viviam em condições aceitáveis.

Dessa forma, até o começo dos anos 1970 as sociedades capitalistas, em especial a Europa ocidental, vivenciaram os “30 anos gloriosos”. Nessa época configurou-se o chamado “Estado de Bem Estar Social”, marcado pela responsabilização do Estado por boa parte da reprodução da força de trabalho e pelo crescimento econômico. Viana (1988) destaca que a ideia de um *Welfare State* (Estado de Bem Estar) vem para se diferenciar do Estado nazista que até então subjugava parte da humanidade, como também divergia do modelo de Estado liberal defendido por Adam Smith. O conceito de um Estado de Bem Estar é atravessado pela própria noção de Seguridade Social.

Seus traços marcantes estão no papel desempenhado pelos fundos públicos no financiamento da reprodução da força de trabalho e do próprio capital, na

emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de políticas sociais (educação, saúde, previdência, etc.) e na expansão do consumo de massa, padronizado, de bens e serviços coletivos. (VIANNA, 1998, p. 18).

No entanto, os anos de ouro não foram um desdobramento “natural” do capitalismo, mas sim uma estratégia de resposta à tendência a crise e a organização da classe trabalhadora, mediante o pacto keynesiano, em que foi instituída uma política de consenso e de coesão social, tendo o papel fundamental de minimizar os conflitos de classe. Nessa lógica o Estado intervinha ampliando direitos políticos e jurídicos, concedendo a parte da massa trabalhadora um mínimo de bem estar. Por meio disso há desmobilização dos trabalhadores, que deixam de lutar por suas demandas.

Por outro lado, o fordismo-taylorismo constituiu-se em uma importante estratégia para a retomada do crescimento. Assentado no modo de produção em massa, na produção em série e no controle do tempo, separa-se a concepção da execução do processo de trabalho, e por meio da linha de montagem introduzida por Ford, tudo é racionalizado, tabulado e formulado em busca do aumento da produtividade. Essa foi uma das condições que levaram a hegemonia norte-americana, no que concerne ao poderio industrial, tecnológico, financeiro e militar, em conjunto com os acordos e organismos internacionais, a exemplo do acordo Bretton Woods, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com o esgotamento dos fatores que permitiram a longa expansão, com a baixa do percentual de lucros e a sobra de mercadorias nas prateleiras (a produção em massa não significou o consumo em massa), em meados dos anos 1975 ocorre a primeira recessão generalizada do pós-guerra. Tratou-se de uma crise clássica de superprodução, marcada por quedas nas taxas de crescimento e altas nas taxas de inflação, que são traços imanentes do sistema capitalista, afirmando a impossibilidade de gerir sem crises. Assim, “a

onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 224).

As políticas keynesianas não conseguem lidar com a internacionalização do capital, e em vista a queda da taxa de lucro, o capital capitaneia uma nova ofensiva contra as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores, dando lugar a uma grande recessão,

As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais. (BEHRING, 2009b, p. 09).

A crise atual aparece somada à ofensiva do capital contra o Estado Social, e vem expor as contradições do próprio sistema, que por um lado dispensa força de trabalho com a inserção de novas tecnologias, assinando a sentença de morte do pacto dos anos de crescimento (pleno emprego e

proteção social). Com a diminuição da força de trabalho empregada, tem-se uma queda considerável no valor das mercadorias, o que contribui para a desvalorização do capital<sup>2</sup>, haja vista o enfraquecimento do mercado consumidor. Diante deste cenário,

A solução local, orquestrada por uma aliança entre os poderes do Estado e as instituições financeiras, foi pioneira na virada ideológica e política neoliberal, que veio a ser implementada em todo o mundo na luta para perpetuar e consolidar o poder da classe capitalista. A receita era simples: esmagar o poder da classe trabalhadora, dar início ao arrocho salarial, deixando o mercado fazer seu trabalho e, ao mesmo tempo, colocando o poder do Estado a serviço do capital, em geral, e do investimento financeiro, em particular. Esta foi a solução da década de 1970 que está na raiz da crise de 2008 a 2009. (HARVEY, 2011, p. 141).

Essa ofensiva se assenta na reestruturação produtiva, na mudança da composição do exército industrial de reserva, na mundialização do capital, na contrarreforma neoliberal. O neoliberalismo se constitui em uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao Welfare State, e que responsabilizam o poder dos sindicatos e os gastos sociais pela crise. Surge no contexto

---

2 “O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais a acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e, se prolongado, acaba produzindo uma crise de desvalorização.” (HARVEY, 2011, p. 46-47).

de decadência econômica entre os anos 1960 e 1973, se estendendo a partir dos anos 1990 para todos os países ao redor do mundo.

Dada a situação concreta, o aumento da taxa de lucro só poderia ser obtido por meio de uma enorme intensificação da exploração dos trabalhadores. Essa intensificação, por sua vez, tanto poderia resultar do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), como da introdução de novas tecnologias e novas relações no trabalho (mais-valia relativa) ou, o que é mais comum, da combinação de ambos. Daí o surgimento do chamado “toyotismo” e sua articulação com a forma anterior da produção, chamada “fordismo”, a precarização e a terceirização no âmbito do trabalho, a erosão dos direitos trabalhistas e sociais, a desregulamentação da economia e todo o conjunto de privatizações. (TONET, 2009, p. 109).

A crise atual possui abrangência global, não se trata apenas de uma crise financeira, mas se refere a uma crise estrutural do capital, que pode ser comparada a crise de 1929, ou apresentar efeitos ainda mais catastróficos. Outro aspecto refere-se que o mundo inteiro está envolvido na atual crise, devido a mundialização do capital, agora não é possível transferir as consequências da crise para os países de capitalismo periférico, muito embora a crise apresente especificidades de um local para o outro.

[...] as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável. (HARVEY, 2011, p. 65).



Harvey (2011) aponta ainda que a crise é definida, como falta de crescimento, se constitui em um elemento inerente a história do desenvolvimento capitalista, pois esse modo de produção é permeado por uma séria de crises econômicas<sup>3</sup>.

---

3 “Principais crises e ajudas estatais a empresas (1973-2009):

1973-1975 Colapso dos mercados imobiliários nos EUA e na Inglaterra; crises fiscais dos governos federal, estadual e local nos EUA (a cidade de Nova York à beira da falência); aumento do preço do petróleo; e recessão.

1979-1982 Alta da inflação e o choque de Volcker na taxa de juros levam à Recessão Reagan, com um índice de desemprego acima de 10% nos EUA e consequências em outros países.

1982-1990 Crise da dívida dos países em desenvolvimento (México, Brasil, Chile, Argentina, Polônia etc.), causada pelo choque de Volcker na elevação da taxa de juros. Banqueiros de investimento nos EUA são socorridos por ajudas a países em dívida organizadas pelo Tesouro estadunidense e um FMI revitalizado (livre dos keynesianos e armado com programas de “ajuste estrutural”).

1984 O banco Continental Illinois é socorrido pelo Fed, pelo Tesouro e pela agência de controle de investimentos bancários dos EUA.

1984-1992 Falências de instituições de poupança e empréstimos estadunidenses que investiam no mercado imobiliário. Fechamento e socorro do governo a 3.260 instituições financeiras.

Recessão no mercado de propriedades na Inglaterra após 1987.

1987 Furacão nos mercados financeiros, em outubro, que leva a injeções de liquidez em massa pelo Fed e o Banco da Inglaterra.

1990-1992 Crises nos bancos nórdicos e japoneses em consequência das dinâmicas do mercado imobiliário. Ajuda financeira ao City Bank e ao Bank of New England, nos EUA.

1994-1995 Socorro ao peso mexicano para proteger os investidores estadunidenses com participações na dívida de alto risco do México. Perdas maciças em derivativos que culminaram na falência do condado de Orange e perdas severas em outros governos municipais com investimentos de alto risco semelhantes.

1997-1998 Crise da moeda na Ásia (em parte causada pelo mercado imobiliário). A falta de liquidez leva a falências em massa e aumento do desemprego, criando oportunidades para instituições predatórias fazerem lucros rápidos após intervenções punitivas do FMI (Coreia do Sul, Tailândia etc.)

1998 Socorro financeiro do Fed ao Long Term Capital Management, nos EUA

1998-2001 Crise da fuga de capital na Rússia (que vai à falência em 1998), Brasil (1999), culminando na crise da dívida argentina (2000-2002), a desvalorização do peso, seguida de desemprego em massa e revoltas sociais.

[...] a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (NETTO; BRAZ, 2006, p. 167).

Na história do desenvolvimento capitalista as instituições financeiras internacionais passaram a exercer um poder significativo, no domínio do dinheiro e do crédito. Tanto que um bloqueio no sistema de crédito representa um risco para a acumulação do capital. A questão da urbanização no capitalismo tornou-se um negócio bastante rentável, útil na absorção dos capitais excedentes e de certo modo, se pautam na expectativa de valorização futura através da geração de lucros. O cerne da crise vivenciada na atualidade, tem seu centro na desregulamentação do sistema de crédito, mas tem como pano de fundo a repressão salarial, que ocasiona baixa demanda efetiva. (HARVEY, 2011).

Tonet (2009) apresenta que a crise possui enquanto fundamento material a queda da taxa de lucro, é em função da busca incessante pelo aumento da taxa de lucro que se desenvolve toda a lógica capitalista. Frente a isso, recorrer a especulação foi a saída possível encontrada pelo capital para a tendência a queda da taxa de lucro.

---

2001-2002 Colapsos da bolha ponto.com e dos mercados financeiros; falência da Enron e da WorldCom. O Fed corta a taxa de juros para equilibrar o mercado de valores e futuros (a bolha do mercado imobiliário começa).

2007-2010 Crises ligadas ao mercado imobiliário nos EUA, Inglaterra, Irlanda e Espanha, seguidas por fusões forçadas, falências e nacionalizações de instituições financeiras. Socorros estatais em todo o mundo a instituições que investiram em derivativos, fundos de cobertura etc., seguidos de recessão, desemprego e colapsos no comércio internacional, além de variados pacotes de estímulo no estilo keynesiano e injeções de liquidez pelos bancos centrais." (HARVEY, 2011, p. 226).

Fugindo da baixa rentabilidade, os grandes capitais privilegiaram, em suas novas aplicações, o setor financeiro. O conseqüente processo especulativo que se acentuou no fim da década de 1970 foi favorecido pela quebra do acordo de Breton Woods em 1971 e pela política de endividamento externo seguida por diferentes países. Fortalece esse processo a elevação das taxas de juros internacionais determinada pela política norte-americana no início dos anos 80 e, mais para o fim, o fenômeno de “titulização” das dívidas de diferentes estados. (CARCANHOLO, 2009, p. 52).

Netto e Braz (2006) destacam que a fase contemporânea do capitalismo, ampliou sobremaneira os fluxos econômicos mundiais, com a particularidade que não derivam apenas da sua expansão. As transações comerciais se dão especialmente, entre os países centrais – a Tríade – Estados Unidos, União Européia e Japão. Uma outra característica, é a formação de blocos geoeconômicos, que estabelecem normas específicas para as negociações, estabelecendo também a interlocução entre mercados e investimentos.

Contudo, a alteração que mais se sobressai é a *financeirização do capital*

[...] que ocorreu a partir de meados da década de 1970 foi espetacular por seu estilo predatório. Promoções de ações e manipulações de mercado; esquemas Ponzi e fraude corporativa; parcialização de ativos por fusões e aquisições; promoção de níveis de facilitação do endividamento que reduz populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a escravidão pela dívida; expropriação dos ativos (o assalto dos fundos de pensão e sua dizimação pelos colapsos das ações e corporações) – todas essas características são fundamentais para explicar o capitalismo contemporâneo. (HARVEY, 2011, p. 198).

Observa-se agora, o controle por um número reduzido de bancos das finanças internacionais, impulsionado pelas novas ferramentas informacionais, que permitem a comunicação instantânea entre sujeitos econômicos onde estiverem dispostos. A financeirização é derivada de um padrão de produção em que a indústria vinha gerando lucros não satisfatórios, mediante a superacumulação<sup>4</sup>.

Ameaçados na esfera da produção, os EUA contra-atacaram impondo sua hegemonia através das finanças. Mas para que este sistema funcionasse efetivamente, os mercados em geral, e os mercados de capital em particular, deviam ser forçados a abrirem-se para o comércio internacional – um processo lento que exigiu da pressão interna dos EUA respaldada pelo uso de fatores de influência internacional tais como o FMI e do compromisso igualmente intenso com o neoliberalismo como a nova ortodoxia econômica. (HARVEY, 2004, p. 113).

A economia fundamentada nas finanças mascara a dominação exercida pelo setor financeiro e pelo capital transnacional sobre os países subjugados, obedecendo a cartilha das grandes corporações financeiras internacionais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio. A primeira vista, tem-se finalmente a mágica de que dinheiro se reproduza enquanto um ente autônomo e seja capaz de gerar mais dinheiro, o que seria cômico se não fosse trágico. Pois, conforme já advertia Marx (1996), só é possível gerar mais dinheiro

---

4 “A sobreacumulação em um determinado sistema territorial supõe um excedente de trabalho (crescente desemprego) e excedente de capital (expresso como uma superabundância de mercadorias no mercado que não pode se vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável).” (HARVEY, 2004, p. 96).

através da incorporação de mais-valia obtida através do emprego da força de trabalho.

À medida que esses governos ampliaram as condições de crédito, compraram títulos podres, compraram ações das empresas produtivas e financeiras em risco de quebra, retiraram das mãos dessas empresas aquele capital fictício que estava sendo desvalorizado ou que simplesmente se destruía. Aquilo que já era fumaça, pura ficção, voltou a ser realidade, pelo menos parcialmente pela ação desses governos. Eles, apoiando-as, retiraram por um lado capital fictício do mercado, mas voltaram a recriá-lo, por outro, uma vez que esse apoio esteve baseado em crescimento da dívida pública. (CARCANHOLO, 2009, p. 54).

A crise atual não é apenas uma crise cíclica do capital, de que o sistema é capaz de se reestabelecer e de retornar ao seu funcionamento normal, não é atribuída apenas a política sem freios de desregulamentação financeira, mas é a ponta do iceberg de um processo mais amplo, que reflete a falência da atual etapa do capitalismo (CARCANHOLO, 2009).

A relação entre representação e realidade no capitalismo sempre foi problemática. Dívida refere-se ao valor futuro de bens e serviços. Isso sempre envolve um palpite, que é definido pela taxa de juros, descontando no futuro. O crescimento da dívida desde os anos 1970 se refere a um problema fundamental subjacente, que eu chamo de “problema da absorção do excedente de capital”. Os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas. (HARVEY, 2011, p. 30).

## 2. ALTERAÇÕES NO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO E CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Conforme sinalizou-se o *Welfare State* consistiu no padrão de financiamento público da economia capitalista, pode ser entendido como uma esfera pública que se sustenta em regras pactuadas, em que o fundo público corrobora com a acumulação do capital e com o financiamento da reprodução da força de trabalho. O capital de uma forma ou de outra, sempre contou com a participação do Estado através do provimento de recursos públicos, mesmo que isso não fosse a regra no âmbito do sistema capitalista.

No entanto, “[...] o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável, e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos, criou-se como já se assinalou, uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado.” (OLIVEIRA, 1998, p. 21). O fundo público contribui a partir de agora para os capitais particulares, para assegurar as condições de vida dos trabalhadores e se constitui em um componente estrutural insubstituível ao atuar na formação da taxa de lucro.

Oliveira (1998) expõe que o padrão de financiamento público do Estado-providência está em crise, que através do constante aumento do déficit público, tem levado a crise fiscal do Estado, marcada pela inflexão na receita e no gasto público. Na verdade, o que ocorre é a falácia de que a maior demanda por proteção social acarreta um maior gasto público, no entanto na prática esse maior percentual se dá em virtude do socorro ao empresariado. Há a reorientação do fundo público para atender aos requisitos de reprodução do capital, aliado a baixa taxação sobre o empresariado e a papel exercido pelas dívidas públicas na canalização de recursos do Estado<sup>5</sup>.

---

5 “As políticas ‘desenvolvimentistas’ a que se refere a presidente do Brasil integram um conjunto de políticas econômicas e sociais baseadas em tendências como destinação do fundo público para pagamento da dívida pública, manutenção de elevadas taxas de juros, carga

Laurell (1995) destaca que a crise fiscal dos estados latino-americanos, não se deve aos gastos sociais conforme amplamente divulgado, mas sim a questão da dívida pública, impulsionada por relações econômicas nacionais e internacionais. A título de informação, a taxa de juros da dívida externa aumentou de 4% para 17% em 1980, em vista a queda dos preços dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos. Além disso, a desregulamentação financeira contribuiu sobremaneira para o crescimento desordenado do serviço da dívida, o que gerou, para garantir seu pagamento, em profundos cortes nos gastos públicos, com ênfase para o social<sup>6</sup>.

E qual a base do fundo público? A tributação. No Brasil, a título de ilustração, há o predomínio de uma maior tributação através de impostos indiretos, que incidem sobre os rendimentos dos trabalhadores assalariados. No que toca a diferença entre tributação progressiva e regressiva, a

---

tributária elevada e regressiva, redução ou não ampliação de recursos para as políticas sociais universais, aumento do gasto social em políticas sociais focalizadas de transferência de renda, contingenciamento de gastos sociais, congelamento de salários no setor público, prioridade para as metas de “superávit primário” e controle da “inflação”, realização de reformas de caráter neoliberal com redução de direitos da previdência social e privatizações, além de ausência de controle de capitais.” (FATORELLI, 2011 *apud* BOSCHETTI, 2013, p. 356).

- 6 “O governo anunciou nesta sexta-feira (19) um corte de R\$ 23,4 bilhões no Orçamento de 2016, em meio a dúvidas sobre a possibilidade de cumprir a meta fiscal do ano. O corte vai atingir o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em R\$ 4,2 bilhões. Os ministérios da Saúde e Educação terão os maiores contingenciamentos - de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. O governo também revisou a projeção de queda do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano de -1,9% para -2,9%. Sobre 2015, o governo estima que a economia tenha recuado 3,7%. Para o IPCA, a projeção é de 7,1%, acima do teto da meta de 6,5%, para 2016. O ministro Nelson Barbosa (Fazenda) apresentou ainda uma proposta de “readequação fiscal”, que acomoda frustrações de receita na meta de superavit primário (diferença de receitas e despesas do governo, exceto gastos com juros da dívida). Pela proposta, o limite de deficit permitido para 2016 ficará em R\$ 60,2 bilhões para o governo federal, o equivalente a 0,97% do PIB. A meta aprovada no Congresso é uma economia para pagamento da dívida de 0,5% do PIB, ou R\$ 30,5 bilhões (R\$ 24 bilhões de responsabilidade do governo federal e R\$ 6,5 bilhões de Estados e municípios).” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1741101-governo-corta-r-234-bilhoes-no-orcamento-e-ve-retracao-maior-do-pib.shtml>>. Acesso em 01 abr. 2016.

primeira baseia-se em tributos diretos advindos da renda e do patrimônio, por não poderem ser transferidos para outros, pelo menos em linhas gerais, já a segunda refere-se a aplicação de tributos indiretos, como na produção e no consumo de bens e serviços, ou seja, para os preços dos produtos adquiridos pelos consumidores. (SILVA, 2011).

Melo (2009) apresenta as particularidades da tributação no Brasil, que explora insuficientemente os impostos sobre a renda e a propriedade, configurando-se como um sistema regressivo. Também o patrimônio é pouco tributado no país, gerando a “[...] a supertributação na atividade econômica, onerando a produção e o consumo, aumentando os custos de produção, elevando os preços e diminuindo a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.”

A carga tributária concentrada em tributos indiretos, que podem ser repassados para outros consumidores, faz com que os consumidores finais sejam os responsáveis majoritários pelo pagamento desses encargos, o que não favorece a população com renda mais baixa. O que acontece nesse caso, é que as classes menos favorecidas, comprometem uma parte maior do salário para o pagamento dos tributos, já que a grande parte dos tributos incide sobre a produção e a circulação de bens e serviços, que podem ser repassados para terceiros, através do consumo dos produtos.

Além de predominar a tributação sobre o consumo, que onera exacerbadamente a classe trabalhadora, a tributação sobre a renda também é extraída em boa parte dos trabalhadores, pois a tributação sobre o capital via Contribuição Social sobre Lucro Líquido, pode ser repassada para o preço das mercadorias. Logo, os trabalhadores são os financiadores majoritários do orçamento público, e as próprias políticas sociais ficam a cargo da população pobre, sem falar no financiamento do rentismo.

Vemos assim que grande parte do orçamento é financiada pela classe trabalhadora diretamente (previdência) ou indiretamente (contribuições repassadas para o preço dos produtos). Embora todos os cidadãos



paguem o mesmo valor nos impostos dos produtos, proporcionalmente paga mais quem ganha menos. (SILVA, 2011).

Salvador (2010) alerta que as contribuições sociais destinadas para o fundo público são frequentemente canalizadas para políticas fiscais, mais especificamente para a amortização e juros da dívida e para a realização de reservas com vistas a alcançar as metas do superávit primário. Detendo-se a essa questão, temos que o pagamento da dívida se dá mediante a geração de um elevado superávit primário, o que acarreta a precarização das políticas sociais, sabendo que essa medida macroeconômica assinada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), é mantida com recursos extraídos do orçamento da seguridade social. (BOSCHETTI, 2010).

O superávit primário é uma ferramenta contábil, que se transformou em um elemento estratégico para a política econômica. Com estabelecimento da “meta do superávit primário” o governo passa a buscar o aumento excessivo da arrecadação e a diminuição das despesas. É importante enfatizar que no cálculo do superávit primário não estão incluídas as despesas com a dívida, por isso denomina-se dessa forma, para distinguir do déficit ou superávit total, que inclui o pagamento da dívida.

Comumente o governo usa os números do superávit primário para ilusoriamente afirmar que está realizando uma política de austeridade fiscal, ao manter as contas equilibradas ao assegurar que as despesas não são maiores que a receita. No entanto, a fazer isso, o governo está maquiando a real situação das contas públicas, pois o superávit primário não inclui o dispêndio de recursos para o pagamento da dívida, o que acaba escondendo o déficit ocasionando com esse pagamento. (FBO, 2004).

Um outro agravante é sinalizado por Boschetti (2010), pois mesmo com o regime de “apertos de cintos” que o governo impõe para gerar superávits superiores ao percentual exigido pelo o FMI, a dívida pública continua crescendo em proporções alarmantes. Isso justifica-se pelo fato de que o superávit não é a única ferramenta utilizada para o pagamento da dívida, que é

executado também via renegociações e rolagem, por meio da emissão de novos títulos. Daí decorre a perversa alquimia que circunda a dívida pública, pois os títulos públicos que a constituem são capital fictício, não possuem valor real. No entanto, esses títulos dão direito aos credores terem acesso ao montante da riqueza produzida socialmente através do trabalho.

Com esse processo, observa-se que um pequeno grupo de capitalistas se apropria de boa parte da parcela de tributos onerados pelo Estado, por meio dos impostos cobrados da classe trabalhadora. É importante ressaltar ainda, o caráter “sanguessuga” que esses capitalistas assumem, pois além de ter acesso a uma parcela significativa da riqueza socialmente produzida, costumeiramente esses credores pagam um percentual de impostos muito aquém do que deviam, devido ao cariz regressivo da tributação no Brasil, sem falar nos incentivos fiscais e isenções que a eles são concedidos.

E quem são os credores da dívida? Os grandes bancos multinacionais que estão cada vez mais presentes no país e os fundos de investimento. Nesse último, leia-se fundos de investimentos que beneficiam credores em potencial, empresas privadas e também investidores estrangeiros, mesmo que qualquer um possa participar desses fundos ao aplicar o que resta na sua conta bancária.

Assim, a quebra do Estado-providência se justifica em virtude da internacionalização financeira e produtiva da economia capitalista. Veja bem, “a regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos da produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo –, da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto.” (OLIVEIRA, 1998, p. 26).

Em suma, a internacionalização do capital fez com que os ganhos fiscais decrescessem, deixando ainda para os fundos públicos nacionais a responsabilidade pela manutenção do capital e da força de trabalho, assim tinha-se uma receita menor, para um déficit bem maior, sendo que os retornos fiscais oriundos de uma multinacional, por exemplo, não ficam restritos ao

país em que se situa a sede, já o financiamento público se restringe a territorialidade. Frente a esse cenário, o capital reagiu na tentativa de diminuir a carga fiscal.

O ajuste tem passado, na verdade, pela desregulamentação dos mercados, pela redução do deficit fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos dos países da periferia. Para a política social, assim, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil [...]. (BEHRING, 2009a, p. 12).

As promessas neoliberais não foram exitosas<sup>7</sup>, o capitalismo desde então não conseguiu se reerguer em bases estáveis conforme registrado anteriormente, não alcançando os níveis de crescimento almejado. O controle da inflação e a retomada da taxa de lucros se deu calcado no aumento do nível do desemprego e na queda da tributação, esse primeiro elemento

---

7 “Para que a acumulação do capital volte a 3% de crescimento composto será necessária uma nova base para lucrar e absorver o capital. A forma irracional de fazê-lo, no passado, foi com a destruição dos êxitos de eras precedentes por meio de guerra, desvalorização de bens, degradação da capacidade produtiva, abandono e outras formas de “destruição criativa”. Os efeitos são sentidos não apenas no mundo da produção e comércio de mercadorias. Vidas humanas são afetadas e até fisicamente destruídas, carreiras inteiras e sucessos de uma vida ficam sob risco, crenças profundas são postas em questão, mentes são feridas e o respeito pela dignidade humana fica de lado. A destruição criativa detona o bom, o belo, o mau e o feio do mesmo modo. Crises, pode-se concluir, são os nacionalizadores irracionais de um sistema irracional.” (HARVEY, 2011, p. 175).

elevou a demanda por proteção social e em consequência, elevou o gasto público. Somado a isso, as operações especulativas começaram a marcar cada vez mais presença no cenário econômico, impulsionadas pela desregulamentação financeira. (BEHRING, 2009b).

O capitalismo será capaz de sobreviver ao presente trauma? Sim, e claro. Mas a que custo? Essa pergunta encobre outra. A classe capitalista poderá reproduzir seu poder em face do conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos e geopolíticos, além das dificuldades ambientais? Novamente, a resposta é um sonoro “sim”. Mas as massas terão de entregar os frutos de seu trabalho para quem está no poder, ceder muitos dos seus direitos e ativos (de todos os tipos, desde habitação a previdência) conquistados com dificuldade e sofrer degradações ambientais em abundância, sem falar nas serias reduções em seus padrões de vida, o que significa fome para muitos daqueles que já lutam para sobreviver no fundo do poço. Mais do que um pouco de repressão política, violência policial e controle militar do Estado vão ser necessários para conter a agitação resultante. Mas também haverá apertos e mudanças dolorosas na localização geográfica e setorial do poder da classe capitalista. A classe capitalista não pode, se a história for um guia, manter seu poder sem mudar seu caráter e mover a acumulação para uma trajetória diferente e novos espaços (como o Leste Asiático) (HARVEY, 2011, p. 175-176).

No âmbito do trabalho, a crise atual leva a crescente diminuição do trabalho formal<sup>8</sup>, em virtude do incremento as novas tecnologias e as novas

---

8 “Segundo o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e da Previdência Social), a agropecuária foi o único setor de atividade econômica

formas de gestão e organização do trabalho. Por outro lado, tem-se o crescimento do desemprego, do trabalho informal, e a precarização exacerbada do trabalho, com cortes de direitos trabalhistas, sem falar na existência de formas análogas a escravidão.

As consequências da crise não se restringem apenas aqueles trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho, mas se estendem também para aqueles que estão em vínculos de trabalho formal, que se veem diminuídos em virtude da introdução de novas tecnologias. Além disso, este último grupo padece com a flexibilização das leis trabalhistas e o incremento as novas formas de organizar a produção, que versam sobre controle de qualidade pelos próprios trabalhadores, abertura para a participação e colaboração em algumas decisões da empresa.

Essas estratégias levam ao aumento da produtividade do trabalho e consequentemente a ampliação dos lucros capitalistas, em face a um cenário de superexploração do trabalhador, que padece com baixos salários e condições de vida precária. Ademais, a classe trabalhadora em nenhum outro momento se viu tão minada e fragmentada, os trabalhadores diante destas novas estratégias são levados a competir entre si, surgem novos segmentos a e exemplo dos trabalhadores terceirizados, precarizados em um grande volume de desempregados.

O mais surreal desse contexto é que os males dos quais padecem a classe trabalhadora, não advém da ausência de capacidade de produzir riquezas, mas contraditoriamente, se justificam por essa capacidade ter sido levada a sua última instância. Tal fato, obedece a lógica contraditória de desenvolvimento do capital, a riqueza ao ser produzida enquanto propriedade privada serve apenas ao pequeno grupo que a detém, em detrimento da situação

---

que gerou postos de trabalho (com carteira) em 2015, embora em número pequeno. Em 2015, o Caged apontou a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho com vínculo de trabalho celetista, isto é, emprego com carteira assinada, exclusive o emprego doméstico. Em números absolutos, o setor de atividade que mais eliminou postos foi a indústria de transformação. Em termos relativos, a construção civil lidera a perda de empregos." (DIEESE, 2016, p. 02).

de vida da classe trabalhadora, que são seus produtores, através da produção social do trabalho. O objetivo primário do capital é obter lucro, não, pelo contrário atender as necessidades humanas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento infinito é o patamar impossível de ser alcançado dentro dos limites do sistema capitalista, a acumulação do capital beira a estagnação decorridos os últimos trinta anos, e traz em seu percurso uma história assentada na extrema desigualdade entre as classes. Nessa mesma lógica, a crise é muito mais nociva para os segmentos da classe trabalhadora, do que para a classe capitalista.

O fundo público é utilizado como mecanismo de acumulação e manutenção do capital, o que acarreta consequências para a configuração das políticas sociais na contemporaneidade, com sua composição de caráter regressivo, mediante maiores encargos para classe trabalhadora impulsionada pela desigual distribuição de renda, em que quem paga a conta são os trabalhadores. É o paraíso dos ricos que possuem todas as condições para aumentar suas riquezas em larga escala, ao gozarem de pequena tributação em relação aos seus rendimentos e assim poderem acumular mais dinheiro que é investido em títulos da dívida pública, permitindo realizar uma sangria no fundo público.

Assim, esses recursos podem ser apropriados pelo capital portador de juros mediante o pagamento da dívida pública, acarretando a destituição dos direitos sociais conquistados, com a perversa lógica orçamentária contra reformista, regida pelo capital financeiro. A única saída para reverter essa situação seria a auditoria da dívida, indo de encontro aos preceitos dos credores nacionais que seguem sugando a riqueza do país. Analisar minuciosamente cada operação, seja de troca de título ou de resgate, atentando

também para todos os investidores da roleta da dívida, seja ele de grande porte ou de pequeno.

Recebido em outubro de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Política social no contexto da crise capitalista**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009b.

BOSCHETTI, I. **Crise do capital e custos para a Política Social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12, 2010, Brasília. Anais... Rio de Janeiro; CFESS, 2010. CD ROM.

\_\_\_\_\_. **Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais**. SER Social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. - dez. 2013.

CARCANHOLO, R. A. **A atual crise do capitalismo**. Crítica Marxista, n.29, p.49-55, 2009.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura: a economia em um mundo de incertezas**. n. 6. mar. 2016.

FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO. **Cadernos para discussão: Superávit Primário**. 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MELO, A. L. D. **A estrutura da carga tributária brasileira e o seu impacto na distribuição de renda**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Econômicas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

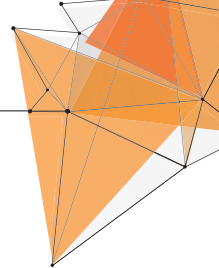
SALVADOR, E. V. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, G. S. **Fundo Público e Políticas Sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros**. Anais... Circuito de Debates Acadêmicos, 1. IPEA, 2011.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1988. ●





# OS IMPACTOS DA REFORMA DO ESTADO E DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA

*Rafaella Martins de Oliveira<sup>1</sup>*  
*Jussara Ayres Bourguignon<sup>2</sup>*

## RESUMO

O artigo coloca em perspectiva o contexto de reforma do Estado em resposta à ideologia neoliberal. Será demonstrado que o movimento reformador, no entanto, não se mostrou apto a beneficiar os cidadãos nem representou uma autonomia em relação às imposições da fase da acumulação de capital. Assim, observou-se que o processo de reforma do Estado significou uma dificuldade no direcionamento de políticas públicas, como é caso das políticas habitacionais, particularmente no Brasil, razão pela qual, por meio de pesquisa interdisciplinar e baseada em uma análise bibliográfica,

- 
- 1 Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Pós-Graduada pela Escola da Magistratura do Paraná, núcleo de Ponta Grossa, Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Advogada. E-mail: rafamartins.oliveira@hotmail.com
  - 2 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1984), Mestrado em Prática Profissional e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é membro do Conselho Editorial da Revista Emancipação (UEPG) e professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa junto ao Curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa social, prática profissional do Serviço Social, família, interdisciplinaridade e representações sociais. E-mail: jabourg@uepg.br

objetivou-se analisar o rebatimento do avanço neoliberal na política habitacional brasileira. Partindo-se, então, da formação do Estado Moderno, discorreu-se acerca do neoliberalismo e seus impactos para a política social, concluindo-se que se faz necessária a ação reguladora do Estado para a criação de padrões sociais de igualdade.

**Palavras-chave:** Estado; Neoliberalismo; Política habitacional.

## **THE IMPACTS OF STATE REFORM AND NEOLIBERALISM IN POLICY**

### **ABSTRACT**

The article brings up the context of state reform in response to neoliberal ideology. It will be shown, however, that the reform movement was neither able to benefit citizens nor represented an autonomy from the impositions of capital accumulation's phase. Thus, it was observed that the process of reforming the state meant a difficulty towards public policy, so as the case of housing policies is, particularly in Brazil, which is why, through interdisciplinary research and based on a literature review, it was aimed to analyze the questioning of the neoliberal advance in Brazilian housing policy. Starting, then, from the shaping of the Modern State, it was discussed about neoliberalism and its impacts on social policy, and it was concluded that it is necessary to have the state regulatory action to create social standards of equality.

**Keywords:** State; Neoliberalism; Housing policy.

## INTRODUÇÃO

Os processos de reforma do Estado, contidos nos planos de ajuste estrutural em vários países, têm sua compreensão a partir da análise do contexto em que houve as mais profundas transformações na economia, sobretudo a partir da década de 1970, época na qual se vivenciou o período neoliberal. Como resposta à ideologia neoliberal, no transcorrer dos anos 1990, assistiu-se a um contexto reformador, concentrando-se na redução da atuação do Estado e na valorização do mercado, tendo em vista que foram privilegiados os aspectos fiscais e financeiros da crise do Estado e sua organização.

No entanto, tem-se que o movimento reformador impossibilitou que houvesse benefícios aos cidadãos e que existisse uma maior autonomia em relação às imposições da atual fase de acumulação do capital. No Brasil, propalou-se a ideia de reforma com vistas a tomar providências para que o país fosse integrado à nova ordem econômica mundial, de forma a ajustar sua economia à nova competitividade internacional, por meio de uma operação de reforma intensiva, baseada na dimensão fiscal, organizacional e patrimonial do Estado, posto que, em décadas anteriores, vivenciaram-se os auspícios de um Estado gigante, ineficiente e perdulário.

Apesar das importantes conquistas obtidas com a democratização do Estado brasileiro, por meio da Constituição da República de 1988, ainda que se apresentassem como uma importante reforma democrática do Estado e da política social, verifica-se que as condições econômicas internas e externas não eram favoráveis. Ainda que se tenha vivenciado a intensificação das lutas democráticas e dos movimentos sociais, apontando condições políticas e uma forte base de legitimidade para a realização de reformas efetivas, essa possibilidade foi contraposta por muitas contra tendências.

Assim, tendo-se passado de uma fase em que ao Estado cabia regular o mercado e promover o bem-estar até se chegar a outra em o Estado se viu atacado pelo mercado e comprimido pela globalização, verifica-se

a existência de diversas dificuldades para a reposição e recomposição da ordem social.

Desse modo, tendo em vista o processo de Reforma do Estado e a dificuldade no direcionamento das conquistas brasileiras de 1988, objetivou-se analisar o rebatimento do avanço da lógica neoliberal na política habitacional.

O artigo é resultado de pesquisa bibliográfica em uma perspectiva interdisciplinar abrangendo aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Assim, iniciou-se o presente estudo com abordagem acerca da formação do Estado Moderno até se chegar no que culminou com a denominada “falência do Estado”, para, então, discorrer-se a respeito do Neoliberalismo e seus impactos mais gerais para a política social. Na sequência, analisou-se as mudanças ocorridas como reação à política neoliberal, para, por fim, relacionar essas características à configuração das expressões da questão social no Brasil contemporâneo, especialmente no aspecto concernente à habitação.

## 1. FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

A discussão acerca do papel do Estado é desencadeada por volta dos séculos XVI e XVII, época da acumulação primitiva do capital, quando se verificava a decadência da sociedade feudal e da lei divina como hierarquias políticas. Dessa forma, ao fazer remissão a Maquiavel, pode-se perceber que se tinha uma abordagem racional do Estado em relação ao poder político, sendo o Estado visto como uma espécie de “mediador civilizador” (CARNOY *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 57), cabendo a ele o controle das vantagens materiais dos homens que viviam em estado de natureza.

Thomas Hobbes, em seu *Leviatã*, considerou que, ao viver no estado da natureza, o homem seria “o lobo do homem” em razão de agir de acordo com suas ações voluntárias. Assim, ao entender que a teoria do direito divino dos reis já não convencia as pessoas e tendo em vista a instabilidade nas relações sociais em decorrência da natureza humana, a qual gerava,

por consequência, a existência de um ambiente permanente de guerra, Hobbes propõe a figura do Estado como poder de contenção do *bellum omnium contra omnes* para minimizar a insegurança, conter a guerra e criar um ambiente de paz.

Dessa forma, para ele, “[...] uma grande multidão institui a uma pessoa, mediante pactos recíprocos uns com os outros, para em nome de cada um como autora, poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum” (HOBBS, 2002, p.131). O Estado, nessa perspectiva, tem objetivos próprios, porém absorve a vontade coletiva e garante os direitos e deveres de cada indivíduo.

John Locke, por sua vez, assim como Hobbes, considera que os homens se unem para defender a guerra de todos contra todos. No entanto, havia a necessidade da criação do Estado, por meio de um pacto com os indivíduos, como forma de assegurar a liberdade e o direito de propriedade (visto como um direito natural), em que os cidadãos consentem em ser governados e aceitam a utilidade do Estado. Dessa forma, ao Estado caberia assegurar as liberdades e a propriedade, sob pena de perder legitimidade e abrir espaço para novas rupturas sociais.

Com “O Contrato Social” (2002), Jean-Jacques Rousseau defende que o homem em estado de natureza é naturalmente bom e a sociedade civil representaria a vivência em sociedade, não podendo ser entendida como uma construção ideal, posto que aquela teria sido corrompida pela propriedade em decorrência da voracidade do homem visando à proteção de seus interesses. Desse modo, infere-se da leitura de Rousseau que, até então, o Estado não se destinava à proteção do bem comum, mas seria uma criação dos mais abastados para propalar a desigualdade e para preservar a propriedade. A solução encontrada por este contratualista foi o contrato social, no qual o Estado se configuraria pelo poder residente no povo, na cidadania, tendo em vista a vontade geral. Assim, o pacto envolveria a todos os cidadãos nos moldes de uma democracia direta e não apenas os detentores da propriedade. O que se percebe, conforme destaca Elaine Behring (2010, p. 58), é

que em razão de Rousseau ter a preocupação com a “desigualdade social, às vésperas da revolução Francesa de 1789, expressa o avanço da subsunção do trabalho ao capital, ainda que não na sua generalização, e suas consequências nefastas, mesmo que encobertas pela luta contra a aristocracia”.

Até então, verifica-se que o debate se concentrava em torno das consequências políticas dos interesses. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, a consolidação econômica e a política do capitalismo introduziram nova roupagem na relação Estado, sociedade civil e bem-estar. Isso porque, se para os contratualistas no período de formação do estado Moderno o Estado era entendido como mediador civilizador, para o Estado liberal emergente o mesmo Estado era visto como um mal necessário. Assim, ao se tratar da sociedade, do mercado, da economia e das forças de trabalho, verifica-se sempre a presença do Estado.

O liberalismo, pautado na expressão “*laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même*” (deixar fazer, deixar passar, o mundo caminha por si mesmo), exigiu o retraimento do Estado, determinando sua ausência em determinados aspectos. Tal ideologia sustenta “[...] o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado” (BEHRING, 2010, p. 56).

Desse modo, o que se percebe, nesse momento, é que o Estado ora se afirma, ora se nega, ocupando espaços maiores ou menores, encontrando-se diante da “necessidade de criar condições para o aumento da taxa média de lucro, alimentando a acumulação de capital, ou então diante de pressões de uma sociedade mais ou menos organizada, capaz de possuir classes sociais com recursos para encaminhar e para impor seus reclamos ao poder político”, formando, de um lado, o que se entende por “Estado Mínimo” e, lado outro, o que se denomina de “Estado Providência” (VIEIRA, 1992, p. 78), como respostas às determinações socio-históricas de certas sociedades.

Os princípios emanados pelo liberalismo visando à reduzida intervenção estatal na forma de políticas sociais foram defendidos pelos liberais e assumidos pelo estado capitalista, reprimindo as questões sociais incidentes no século XIX. Além disso, foram incorporadas apenas algumas demandas da

classe trabalhadora, “[...] transformando as reivindicações em leis que estabeleçam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social” (BEHRING, 2010, 63). Desse modo, é de se dizer que não houve ruptura radical entre o Estado Liberal do século XIX e o Estado Social capitalista do século XX, o que houve foi uma mudança de perspectiva do Estado, abrandando seus princípios liberais e incorporando “orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e de luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais” (PISÓN *apud* BEHRING, 2010, p. 63).

Não existiu uma linha evolutiva tênue entre Estado liberal e Estado social, mas ambos têm em comum a característica de reconhecer direitos, porém sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. Em razão disso, passam-se a tencionar, de um lado, os princípios econômicos do liberalismo, como a defesa da propriedade privada e a extração dos benefícios gerados pelo trabalho assalariado, e, lado outro, a consolidação dos direitos políticos, resultantes das lutas da classe trabalhadora – desequilíbrio na relação entre patrões e empregados –, que contribuiu para ampliar os direitos sociais e mudar o papel do Estado no âmbito capitalista, no final século XIX e início do século XX.

Adveio das lutas operárias a inclusão da proteção social, o que, por sua vez, originou a responsabilidade pública e privada de preservação da sociedade e de sustento ao investimento privado, passando o Estado a regular os desequilíbrios sociais.

Ao gerir, então, o patrimônio coletivo e por meio da criação de políticas sociais, o Estado consolidou os fundamentos de uma economia de mercado, por meio da atenuação dos conflitos e estabilidade no que se refere aos investimentos privados, legitimando sua autoridade e aperfeiçoando a subordinação do trabalho ao capital.

Em razão da luta da classe trabalhadora, verificou-se, então, a emergência das políticas sociais, resultando no chamado “Estado de Bem-Estar Social”, passando as políticas sociais a assumir um caráter de regulação

do livre mercado, a universalização dos direitos sociais e sua garantia pelo Estado.

O *welfare state* “[...] significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política” (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.1), sendo que nessa forma de Estado os direitos sociais deixaram de estar vinculados à relação contratual de trabalho, o que conferiu um perfil democrático ao Estado liberal e a ampliação do direito de cidadania.

No entanto, com a Segunda Guerra Mundial, foram muitas as consequências sofridas pelas sociedades industrializadas, não somente realçando os aspectos do Estado de bem-estar social, bem como multiplicou as demandas sociais tendo em vista o crescente intervencionismo estatal no campo econômico e social, tanto nos países industrializados como nos não industrializados. Desse modo, tem-se que foram alargadas as “funções econômicas e sociais do Estado nas sociedades industriais: de um lado, ele procura o controle da produção ou participação nela; de outro lado, toma para si defesas muito mais pesadas e volumosas” do que teria assumido, sendo que a ampliação das chamadas despesas do Estado passa a recair sobre o mercado e a influenciar bastante o valor dos meios de produção. (VIEIRA, 1992, p. 88).

O que se verifica, então, é que nessa fase de intervencionismo estatal os novos campos de emprego ficam sujeitos mais à ação do Estado que à ação privada e isso porque as “[...] transformações do Estado acabam por determinar novas zonas de emprego, que tendem a acompanhar novas prioridades de despesa, em geral relacionadas com a urbanização de seus problemas, com a segurança pública e seus problemas, com a educação e a cultura” (VIEIRA, 1992, p. 88).

Da intervenção do Estado, especialmente na década de 70, visualizam-se, naquele momento, dificuldades para a continuidade e progressão das atividades estatais, ocasionando no que se denomina impropriamente de



“falência do Estado”, e o surgimento de uma nova corrente doutrinária, denominada de Neoliberalismo, conforme se verá na seção que se segue. Para Costa (2006, p. 77), o Estado se constitui o foco dos interesses neoliberais, na medida em que enquanto “[...] movimento político-ideológico visa essencialmente usar o poder político para dar liberdade de ação para o grande capital.”

## **2. ESTADO NEOLIBERAL: DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO E RETAGUARDA ECONÔMICA**

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, surge uma nova doutrina denominada de neoliberalismo, que teve suas origens na região da Europa e da América do Norte, localidades essas onde imperava o capitalismo, tendo surgido como uma veemente forma de reação teórica e política contra o Estado intervencionista e o Estado de bem-estar (PETRAS, 1997, p. 16).

Enquanto se construíam as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra, visualizou-se a ascensão da Nova Direita como força política ideológica, tendo Hayek reunido seus seguidores e formado uma sociedade organizada e dedicada a “[...] combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1996, p. 10), propósito este que não era tão simples, posto que vivenciava-se a “idade de ouro” do capitalismo, com avançado crescimento nas décadas de 50 e 60.

Entretanto, a um primeiro momento, não pareceram plausíveis as propostas dos neoliberais no que tange aos perigos de a regulação do mercado continuar a ser exercida pelo Estado. Já no que tange à regulação social, a repercussão foi maior (ANDERSON, 1996).

No entanto, com a crise sofrida pelo modelo econômico capitalista em 1973, em razão da combinação de baixas taxas de crescimento, com as altas

taxas de inflação, as ideias neoliberais passaram a tomar visibilidade. Isso se deu especialmente em razão de as raízes da crise se encontrarem no poder dos sindicatos e do movimento operário, em razão das pressões pela melhoria salarial e dos pleitos voltados para que o Estado aumentasse as despesas com os gastos sociais.

Dessa forma, tais processos foram contundentes para causar uma queda na lucratividade das empresas, gerando altos níveis de inflação e, conseqüentemente, uma crise generalizada das economias de mercado. Assim, tinha-se que a solução seria a manutenção da força do Estado para romper com o poder dos sindicatos e para realizar o controle do dinheiro, mas o mesmo Estado deveria ser bastante modesto em relação aos gastos sociais e nas intervenções econômicas, devendo a estabilidade monetária ser a meta de todo governo (ANDERSON, 1996, p. 11).

Como explicação para a crise, os neoliberais sustentaram que seria o mercado o melhor mecanismo para os recursos econômicos e para a satisfação das necessidades dos indivíduos, entendendo que todos os processos que significassem qualquer obstáculo, controle ou supressão das forças de mercado teriam efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos (LAURELL, 1997, p.161).

Como os neoliberais defendiam que tais processos negativos derivaram do intervencionismo estatal, expresso na política Keynesiana e nas instituições de bem-estar, os neoliberais sustentavam que a política intervencionista seria antieconômica e antiprodutiva. Além disso, provocaria uma crise fiscal do Estado e a revolta dos contribuintes, e ainda desestimularia o investimento do capital e o trabalho dos trabalhadores (LAURELL, 1997, p.162). Além disso, conforme Laurell (1997, p. 162), os neoliberais consideraram ser o intervencionismo estatal ineficaz e ineficiente: ineficaz, por se voltar “[...] ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado”; e ineficiente “[...] por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas

tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade”, imobilizando os pobres e tornando-os dependentes do paternalismo estatal.

Portanto, para os neoliberais, a solução da crise estaria, por um lado, na reconstrução do mercado, na competição e no individualismo, por meio da total eliminação da intervenção do Estado na esfera econômica, seja nas funções de planejamento e condução da economia, seja na função de agente econômico, devendo, por outro lado, reduzir as funções relacionadas ao bem-estar social.

No que tange ao bem-estar social, a doutrina neoliberal o considerou como pertencente ao âmbito privado, devendo ser nutrido pela família, pela comunidade e pelos serviços privados, sendo que ao Estado cabia agir de forma mínima a fim de aliviar a pobreza e produzir serviços que os particulares não quisessem ou não pudessem fazer. Nesse sentido, o neoliberalismo rechaçou os conceitos de direito social e a obrigatoriedade de estes serem garantidos por meio da ação estatal.

O que se pode inferir do projeto neoliberal é a existência das enormes disparidades entre o discurso neoliberal e o conteúdo das políticas sociais dos governos inspirados nessa nova ideologia. Requer-se “mais mercado livre e menos Estado social” (BEHRING, 2003, p. 58). Porém, enquanto se verifica ter sido possível vencer a resistência em relação à retirada do Estado da economia, nota-se não ser possível desmantelar as instituições sociais básicas, posto que uma atitude voltada a abandonar a garantia dos direitos sociais, “[...] transformam o tema numa controvérsia política com implicações eleitorais de primeira ordem”, o que confirma a “irreversibilidade do Estado de bem-estar” (LAURELL, 1997, p. 164).

Nesse cenário, tem-se, então, que as políticas sociais não passam de meros discursos ideológicos, deixando de ser vistas como direitos sociais e caracterizando a desresponsabilização e o desfinanciamento da proteção social pelo Estado (BEHRING, 2003, 64), ou, diga-se, a configuração de um Estado mínimo para os trabalhadores, enquanto para o capital há a configuração de um Estado máximo.

### 3. A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

As dívidas contraídas pelos Estados os tornam dependentes do mercado financeiro, retirando-lhes a autonomia na formulação de sua política econômica, o que afeta os governos nacionais, inclusive no que tange à questão fiscal, levando à deterioração da capacidade de investimento e dificulta o crescimento econômico.

Tendo em vista a necessidade de serem adotadas medidas para conter o *déficit* orçamentário, as reformas do Estado foram tomadas como medidas pragmáticas voltadas à dinamização do país para que pudesse haver sua inserção na economia global. Dessa forma, encontrando-se o Estado em crise, suas funções e papéis precisavam ser redefinidos por meio da reforma. Tal situação aconteceu em diversos Estados, mas tratar-se-á especialmente do Estado brasileiro, conforme se passa a discorrer.

Diante dos fatores históricos, a reforma do Estado no Brasil foi colocada como condição imprescindível para a retomada do crescimento econômico e a melhoria do quadro social do país. Assim, o processo de abertura econômica no Brasil se deu, sobretudo, na década de 1990, juntamente com a política de câmbio sobrevalorizado – início do Plano Real –, favorecendo uma industrialização velada, fomentada pelas importações. Alguns setores econômicos sofreram com a perda de competitividade, decorrente de medidas de política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, em razão “[...] do longo período de taxa de câmbio apreciada, e da falta de uma política de incentivos para exportação do país” (COSTA, 2006, p. 163-165).

Nesse governo, a reforma do Estado foi associada à crise fiscal, tendo em vista a incapacidade de investimento por parte do Estado e da promoção do processo de desenvolvimento. Em razão disso, conforme Costa, (2006, p. 165) a crise fiscal foi identificada como a crise da administração pública, tendo sido transformada “[...] em discussão técnica, administrativa,

sendo esvaziada de conteúdo político a ela inerente e desvinculada de política econômica”.

Observa-se que o Brasil careceu de articulação com a sociedade no seu processo de reforma, posto que muitas decisões se deram por meio de medidas provisórias, submetendo-se o Congresso Nacional ao Poder Executivo. A apresentação da reforma do Estado se deu, então, por meio da mídia, colocando como “[...] imprescindíveis as reformas constitucionais para garantir o processo de estabilidade monetária e o controle do processo inflacionário”. Dessa forma, o “[...] medo da inflação e da ingovernabilidade do estado foi fomentado pelo discurso ideológico, para que a sociedade aceitasse, sem debate, a reforma do Estado, operacionalizada por meio das reformas constitucionais” (COSTA, 2006, p. 166).

O que se verifica, então, é que no governo de Fernando Henrique Cardoso o Estado teve ampliado seu poder de mercado e isso se deu por meio da reforma constitucional. Em 1988, ocorreu a promulgação da Constituição da República de 1988, vivenciando-se um avanço nas forças democráticas do país e formando-se as bases legais para um Estado voltado às responsabilidades sociais. Dessa forma, tem-se, então, que a Reforma do Estado foi colocada como um pressuposto para que o país pudesse participar do processo de globalização. Outrossim, a reforma no Estado brasileiro não foi vista como uma forma de se proceder a uma reforma social ou no combate às desigualdades sociais, mas “[...] como um elemento de ampliação da lógica da economia de mercado para o conjunto da sociedade” (COSTA, 2006, p. 167).

Diante disso, em razão das diversas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, é crescente o interesse pelo estudo das políticas públicas, uma vez que o intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado

brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo.

### **3.1 Políticas públicas no Brasil: a política habitacional**

Política pública, na acepção de Potyara Pereira (1996), vai se referir à linha de ação coletiva que se destina a concretizar direitos sociais que foram declarados e garantidos em lei. Di Giovanni (2009), por sua vez, entende que política pública é uma “forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, [...] que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia”. O autor destaca, ainda, que é “exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal”.

Assim, o Estado se apresenta como arena de luta de diferentes interesses e, quando atua na área de habitação, incorpora “interesses empresariais, mas também assume uma atuação com a lógica de legitimação e neste sentido cria políticas voltadas para os diversos setores, entre estes para os mais precarizados” (SCHEFFER, 2003, p. 13).

Tem-se, então, que o Estado não atua somente em direção aos interesses da classe dominante, mas concilia também os interesses das classes dominadas, sendo sua ação marcada pela correlação de forças sociais.

A ação do Estado perpassa, então, as contradições que se passam na sociedade. Por isso, reflete a sociedade de classes e, ao atuar na regulação e uso do espaço urbano, o faz dentro da lógica da sociedade capitalista, visando manter as condições de reprodução do capital e do trabalho.

O espaço urbano pode ser definido como “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais

aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA *apud* SCHEFFER, 2003, p. 6). Desse modo, sendo o Estado um dos autores da promoção do solo, muitas vezes produz mecanismos que conduzem à segregação residencial, seja por meio de leis e impostos, seja por meio de companhias que se destinam ao atendimento do problema habitacional. Estas companhias, por sua vez, redirecionam seus programas em áreas periféricas para as populações com menor poder aquisitivo, enquanto as áreas mais privilegiadas quanto à infraestrutura e o acesso a equipamentos coletivos pré-existentes são direcionados para as classes de maior renda (SCHEFFER, 2003).

Sendo assim, quando o Estado atua sobre o espaço urbano pode tornar ainda mais intensa a segregação de classes sociais. Ademais, as companhias habitacionais públicas interferem na dinâmica do espaço urbano e a implantação de programas que atendem às demandas, tendo como um dos principais critérios a renda salarial, proporcionará um perfil semelhante dos usuários, “[...] criando-se bairros padronizados, podendo ser para famílias de menor poder aquisitivo ou para a formação de bairros seletivos na cidade, ou seja, bairros de status, de famílias de maior poder aquisitivo” (SCHEFFER, 2003, p. 12).

É o caso do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, como uma das tentativas desenvolvidas para tentar suprir a crise de moradias no decorrer da história brasileira, criado num contexto de intenso crescimento habitacional, aliado a uma forte crise mundial que, posteriormente, veio a se instaurar. Dessa forma, para se compreender o atual estágio da questão, faz-se necessário retornar ao ano de 2007, quando o Governo Federal lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), visando intensificar a inclusão social e a melhora da distribuição de renda, estimulando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do emprego. Neste plano incluíram-se diversos programas, dentre os quais o “Minha Casa, Minha Vida”, criado por meio da Lei n. 11.977, de 25 de março de 2009, desenvolvido pelo governo federal, regulado pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” se destina à criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos, prescrevendo sua lei instituidora, em seu artigo 2º, os recursos federais destinados ao financiamento destas ações, os quais advirão de múltiplas fontes de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária da União.

Referido Programa, inicialmente, objetivou a construção de um milhão de novas unidades habitacionais, selecionando e classificando os beneficiários de acordo com a sua faixa de renda (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2009).

Em relação à Caixa Econômica Federal incide a aquisição de terreno e construção ou requalificação de terrenos contratados. Refere-se, na realidade, a empreendimentos habitacionais em regime de condomínios, conjuntos ou loteamentos, constituídos de apartamentos ou casas, que depois de concluídos são alienados às famílias que se enquadrem no perfil do programa.

As condições determinadas pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” para que a família possa ser contemplada com uma das casas financiadas pelo programa, programa é que seja pessoa física que não seja proprietária de outro imóvel, que não tenha sido anteriormente beneficiada com subsídios orçamentários da União e que não esteja participando de nenhum outro financiamento imobiliário em outro local do país. Ademais, o Programa prioriza famílias de baixa renda, dando preferência ao atendimento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e em áreas de risco (LOMBARDI, 2014).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, representa um programa que concede condições para que muitas famílias de baixa renda venham a ter uma habitação, também possui muitas fragilidades. Ainda que exista a possibilidade de aquisição da casa própria de interesse social a partir do pagamento de parcelas mínimas, contando com descontos, isenções, subsídios e redução do valor de seguros habitacionais, parecendo ser um ótimo negócio que aparentemente privilegia as



famílias pobres, corresponde a mais uma estratégia do setor público voltada ao barateamento da habitação popular (AZEVEDO, 1981).

Em muitas situações, as habitações do Programa “Minha Casa, Minha Vida” são erguidas fora da malha urbana e se consolidam em virtude do barateamento dos custos. Além disso, situam-se, em sua maior parte, em terrenos que são desprovidos ou que têm baixa oferta de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços essenciais e emprego, intensificando o fenômeno excludente da periferização (LOMBARDI, 2014).

Conforme destacam Rolnik e Nakano (2009), incide sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” uma intensa operação de *marketing* sobre seus benefícios. No entanto, referido programa habitacional se vale para retomar a ideologia da casa própria difundida no período militar. Isso se justifica em razão de o Banco Nacional da Habitação (BNH) operar, de um lado, como uma política social voltada a apresentar benefícios no setor habitacional destinado às necessidades das massas populares, e, lado outro, os benefícios do desenvolvimento econômico, no que se refere à construção civil e empregadores em geral.

No Brasil, a história de programas e políticas voltadas à habitação se reduz, desde o princípio, “a um produto como outro qualquer, e o morador a um consumidor passivo, cujas opções resumem-se a escolhas limitadas dentro de um rol pré-concebido determinado por outro”. Dessa forma, tem-se, nesse caso, que o direito à moradia, em virtude das implicações políticas em todas as etapas do processo, é substituído “pelo mero acesso a uma unidade habitacional definida a partir de padrões existentes no passado” (LOMBARDI, 2014, p. 91).

Além disso, ainda que o Ministério das Cidades reconheça “a produção de moradia social em zonas consolidadas e bem localizadas como necessária, em contraponto ao planejamento historicamente construído por padrões elitistas e segregadores de regulação urbanística” (LOMBARDI, 2014, p. 91), apresenta também diretrizes que levam a crer na continuidade dos antigos padrões.

Apreende-se que o atual Programa “Minha Casa, Minha Vida” permanece com a mesma lógica de funcionamento, ou seja, visando a geração de lucros das empresas, bem como reforça a exclusão socioeconômica das famílias de baixa renda, quem têm como única opção as moradias fornecidas pelo Estado. Mesmo que com referido programa tenham sido vivenciados avanços sociais, são também nítidos os problemas e equívocos voltados aos reais interesses, tendo em vista, por exemplo, as contradições existentes entre um programa social e econômico e as demandas urbanísticas (LOMBARDI, 2014).

Portanto, o que se tem é a atuação de um Estado brasileiro mínimo com base neoliberal e que pouco avança no que tange aos projetos sociais. Assim, percebe-se que é o mercado o responsável pela satisfação de se ter uma habitação, mas a mercadoria habitação não está da mesma forma ao alcance de todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se analisar os aspectos do neoliberalismo, constata-se que tal fenômeno é eminentemente político e dependente do Estado. Assim, pelo exposto, pode-se perceber que essa corrente ideológica serviu para justificar e promover a reconcentração de riquezas, reorientar as ações do Estado em favor dos mais favorecidos e foi utilizado como uma forma de transferência de riquezas para o capital estrangeiro.

No entanto, tais políticas voltadas para a implementação da liberdade dos mercados foram determinantes para colocar em risco a economia de diversos países e a qualidade de vida da população, gerando desemprego e inflação, bem como o perigo de abandono da democracia.

Assim, num contexto de grande desigualdade social, o pacto democrático encontra legitimidade, posto que o mercado é eficiente no que tange à alocação de recursos, porém, incapaz no desenvolvimento de uma

sociedade igualitária. Ao revés, para que se atinjam padrões de igualdade social, é necessária a ação reguladora do Estado, uma vez que o mercado é incapaz de resolver tudo (COSTA, 2006, p. 165).

Nesse contexto, sendo o Estado produto da razão humana e os pactos devendo ser revisados para garantir sua legitimidade, conforme já defenderam os contratualistas, deve ser o Estado utilizado para a firmação de um novo pacto, baseado na lógica da construção de um mundo democrático, com vistas a promover a igualdade social, a pluralidade política e a autonomia do cidadão. Nesse sentido, necessário se faz que se discorde do processo de naturalização da pobreza e de que o mercado seria a única lógica aceitável para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que o poder de capital não é hábil à produção do bem-estar social, à geração do trabalho e distribuição de riquezas e rendas.

Conforme exposto, a política habitacional, considerada como uma política pública, está vinculada ao planejamento urbano, sendo o aumento da demanda habitacional uma das consequências do processo de urbanização. Por essa razão, e, em virtude do intenso processo de reforma do Estado, as classes populares passaram a se utilizar de diversas formas para resolver seu problema com habitação, seja por meio de programas habitacionais específicos, por meio do mercado privado ou mesmo por meio de ocupações irregulares, visualizando-se, assim, que as determinações econômicas, sociais e políticas caracterizaram a expansão da malha urbana, desemboçando em periferias e no crescimento horizontal da cidade.

Assim, ao se tratar da reforma do Estado, visualiza-se as consequências de tal processo, especialmente no que tange à operacionalização das políticas públicas, como é o caso da habitação. Desse modo se percebe que a construção do Estado Democrático de Direito brasileiro foi marcado pela política neoliberal e que existe um campo de lutas na sociedade que passa o Estado.

Recebido em setembro de 2016  
Aprovado em dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Parte I, p. 09-23.

AZEVEDO, S. Política de Habitação Popular e Subdesenvolvimento: Dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, E. **Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. ed. v. 2. Biblioteca básica de serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Lei n.11.977, de 07 de julho de 2009. **Regulamenta sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm)>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Apresentação do Programa Popular do Governo: “Minha Casa Minha Vida”**. Governo Federal, 2009. Disponível em: <<http://www.ltiweb.org/XP/editor/assets/TIC-CIB2009/CAIXA-SOLANGE.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2014.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista**. Uma análise da reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa n. 82, Unicamp: NEPP, 2009. Disponível em <[http://www.nepp.unicamp.br/nepp\\_2.5/pdfs/livrosdonepp/pdfs/caderno82.pdf](http://www.nepp.unicamp.br/nepp_2.5/pdfs/livrosdonepp/pdfs/caderno82.pdf)>. Acesso em 20 de junho de 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. Lua Nova, n.35, São Paulo: CEDEC, 1995.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LAURELL, Asa Cristina (org.). Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no**

**neoliberalismo**. 2. ed. Revisão técnica de Amelia Cohn. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1997.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOMBARDI, Anna Paula. **Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência: os espaços de morar do Programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa, PR**. 2014, 173 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2014.

PETRAS, James. **Os fundamentos do neoliberalismo**. In: RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.) *No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.

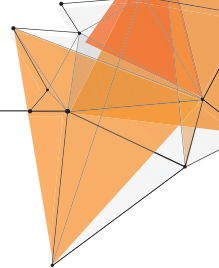
PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. In: *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, n. 20, p. 4-5, mar. 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SCHEFFER, Sandra Maria. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa – PR**. 2003, 101 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. v. 49. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. ●



# **TEORIA CRÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONVERGÊNCIAS, CONTRAPONTO E A CENTRALIDADE DA CULTURA COMO VETOR EXPLICATIVO**

*Aline Maria Matos Rocha<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta a vertente teórica e epistemológica da Teoria Crítica e sua contribuição ao estudo dos movimentos sociais. O artigo ampara-se num cotejo analítico que situa a contribuição desta corrente como marco interpretativo relevante ao entendimento do potencial emancipatório das mobilizações coletivas. Fazem parte do estudo uma síntese das teorias clássicas dos movimentos sociais e o gradual reconhecimento das condições culturais como chave explicativa central ao estudo da ação coletiva. Apresenta-se convergências e contrapontos quanto à contribuição da Teoria Crítica ao entendimento da ação coletiva e de seu projeto emancipatório. A teoria sociológica há muito tematiza e problematiza o estudo da formação do ator coletivo e o processo de mudança social inerente à agenda dos movimentos sociais. Deste modo, o presente trabalho pretende contribuir com a ampliação do debate que envolve o tema, e com pesquisas no âmbito da sociologia da cultura e da política.

---

1 Socióloga, Mestra em Sociologia, Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora na Universidade de Fortaleza. E-mail: alinemmatos@gmail.com

**Palavras-chave:** Teoria crítica; Movimentos sociais; Projeto emancipatório; Mudança cultural.

## **CRITICAL THEORY AND SOCIAL MOVEMENTS: CONVERGENCES, CONTRAPTS AND THE CENTRALITY OF CULTURE AS AN EXPLANATORY VECTOR**

### **ABSTRACT**

This paper presents the theoretical and epistemological aspect of Critical Theory and its contribution to the study of social movements. The article is supported in the analysis of this current as interpretive significant milestone in understanding the emancipatory potential of collective mobilizations. In the study are present a synthesis of the classical theories of social movements and the gradual recognition of cultural conditions as central explanatory key to the study of collective action. It presents convergences and counterpoints on the contribution of Critical Theory to the understanding of collective action and its emancipatory project. Long ago, the sociological theory has been studying the formation of the collective actor and the process of social change that is part of the social movements. Therefore, this study aims to contribute to the wider debate surrounding the topic, and research in the sociology of culture and politics.

**Keywords:** Critical theory; Social movements; Emancipatory project; Cultural change.

## INTRODUÇÃO

Não é de hoje que o estudo das formas de organização e atuação coletivas tem sido tematizados na agenda de pesquisa das ciências sociais. Deste modo, neste trabalho proponho realizar uma discussão acerca das proximidades e potencialidades da Teoria Crítica como marco interpretativo relevante ao estudo dos movimentos sociais. Essa articulação, entretanto, não vem isenta de contrapontos e novas perspectivas, que dão visibilidade às experiências sociais e culturais, as quais contribuem ao entendimento do potencial emancipatório das mobilizações.

Apoiado no estudo analítico da Teoria Crítica e das teorias clássicas dos movimentos sociais, o trabalho apresenta uma síntese conceitual da Teoria Crítica e de seus desdobramentos no estudo dos movimentos sociais. Também são consideradas a trajetória analítica dos movimentos sociais na teoria sociológica e o reconhecimento das condições culturais para seu estudo. Ao mesmo tempo, é fundamental identificar o lugar da mudança social nessa discussão, principalmente quando as perspectivas da Teoria Crítica resvalam-se no estreitamento das condições sociais e estruturais que possibilitariam uma ruptura com “a ordem totalizante” com que enxergam a sociedade moderna, situando marcos conceituais que contribuem à problematização desta visão.

Considero relevante destacar o momento em que as teorias clássicas dos movimentos sociais foram gradualmente “ajustando” a cultura ao entendimento das ações coletivas, as quais vêm estruturando-se nas complexas sociedades contemporâneas. Na última década do século XX a cultura assume centralidade na explicação dos movimentos sociais, tendo esse movimento ilustrado sobreposições necessárias entre a sociologia da cultura e a teoria política.



## 1. TEORIA CRÍTICA: SÍNTESE, CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Na segunda década do século XX o Instituto de Pesquisa Social é fundado na cidade de Frankfurt, Alemanha. Um de seus fundadores foi Max Horkheimer, que viria a dirigi-lo em 1930. O instituto estabelece um rigoroso programa de pesquisa, tendo como referência basilar a obra de Marx. Tal programa de estudos viria a ser conhecido como Teoria Crítica.

Ao publicar o artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, em 1937, Horkheimer delimita a “Teoria Crítica” como vertente teórica e metodológica oposta à Teoria Tradicional. Esta é limitada para compreender a sociedade em seu conjunto, tendo em vista seu caráter essencialmente descritivo; aquela, em contraposição, mostra-se como condição para o entendimento da sociedade, à luz da emancipação. Tal condição emancipatória seria afastada e encoberta pelos teóricos tradicionais, limitados pelo trajeto descritivo de seus métodos e epistemologia. A Teoria Crítica, entretanto, propõe-se a romper com tal limitação, passando a antever a possibilidade emancipatória como ao mesmo tempo possível e estagnada, tendo em vista a lógica da organização social vigente. Conforme Nobre (2009, p. 9, grifos do autor) pontua: “[...] a orientação para a emancipação que caracteriza a atividade do teórico crítico exige também que a teoria seja expressão de um comportamento crítico relativamente ao conhecimento produzido e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender”.

Assim, são a orientação para a emancipação e o comportamento crítico dois princípios herdados diretamente da teoria marxista, cujos fundamentos para a superação estão inscritos na própria lógica da organização social. Contudo, é possível perceber que tanto Horkheimer como Adorno, a partir de 1940, e Habermas, mais tardiamente, se distanciam das soluções apontadas por Marx. Esse distanciamento não representa um “abandono”

de suas premissas fundamentais, mas uma reformulação de seus princípios (NOBRE, 2009).

Na “Dialética do Esclarecimento”, Adorno e Horkheimer (1944; 1985) analisam as formas sociais da racionalidade produzida na sociedade moderna e capitalista. Chegam à conclusão que a racionalidade instrumental daí resultante reduziria o potencial emancipatório em conformação, traduzindo-se numa forma de dominação não mais superada pelo comportamento crítico. Quando analisam a padronização advinda com os processos de industrialização, tanto de bens quanto de “produtos” culturais, advertem que:

[...] o que explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114).

Adorno e Horkheimer passam a descrever no processo emancipatório, dadas as condições em que a razão instrumental instaura-se na organização social. Deste modo, perverte-se o potencial de superação, condição mesma do comportamento e da teoria críticos.

Será Habermas (2012), contudo, que retomará o projeto crítico quanto à orientação para a emancipação, ao formular um novo conceito de racionalidade. Trata-se de sua preocupação em reativar o projeto emancipatório, situando a racionalidade em dois níveis: a instrumental e a comunicativa. A produção material da sociedade e da vida ficaria a cargo da racionalidade instrumental, enquanto a reprodução simbólica da sociedade, parte essencial do processo de socialização do indivíduo, é constituinte da razão

comunicativa. Essa dupla racionalidade, em Habermas, evitaria o “sufocamento” do mundo da vida pela razão instrumental.

Mais atualmente, Axel Honneth propõe seguimento renovado à Teoria Crítica, advertindo os impasses encontrados em seus antecessores. Segundo Honneth (2009), Habermas não teria conseguido resolver o dilema de Adorno e Horkheimer, uma vez que se limitou a ampliar a noção de racionalidade, acrescentando a esta outra dimensão (o agir comunicativo) que operaria em lógicas opostas. Conforme Nobre (2009) esclarece, no entendimento de Honneth, a concepção de sociedade daí resultante estaria firmada entre dois polos sem nada que lhes servisse de mediação. O autor sugere a necessidade de se tomar a ação social como mediador entre as estruturas reinantes na economia e os processos de socialização.

Honneth (2009) entende que o sistema e a lógica instrumental que lhe é inerente resultam de conflitos constantes, uma vez que considera o conflito como base da interação social. Seria exatamente esta dimensão que Habermas teria ignorado como fundamento da Teoria Crítica. Em síntese, a Teoria Social Crítica proposta por Honneth ancora-se no processo de construção social da identidade pessoal e coletiva. Os teóricos críticos das gerações anteriores concebiam a sociedade como estando presa a estruturas dominantes e determinantes sem considerar a ação social como mediadora. Em Honneth, essa mediação não é mecânica, mas impulsionada pela lógica do conflito, cuja ação é direcionada para restaurar as relações de reconhecimento.

Sabe-se que a Teoria Crítica foi moldada pela obra de Marx, cujo potencial emancipatório perante a dominação capitalista estava nas mãos da classe operária. Entretanto, pensadores como Adorno e Horkheimer entendiam que a classe operária havia se submetido à razão instrumental, perdendo seu caráter revolucionário. Deste modo, temas como o do movimento social operário, presentes na obra marxiana, não são mais considerados, uma vez que o projeto emancipatório e seu caráter verdadeiramente transformador estariam confinados à lógica da racionalidade instrumental (BRINGEL; DOMINGUES, 2014).

Marcuse (1998, p. 78) denuncia o mesmo processo, ao apontar a condição do indivíduo na sociedade instrumental como “objeto de organização e coordenação em larga escala, e o avanço individual se transformou em eficiência padronizada”. Na análise de Marcuse (1998), os indivíduos estão subsumidos a uma ordem racionalizadora. Qualquer possibilidade de libertação pareceria “recalcada” e irracional. A padronização tornaria o trabalho da individualização desnecessário; mas ao mesmo tempo em que o processo tecnológico reduz e padroniza as individualidades, pode se tornar uma nova forma de desenvolvimento humano. Tal entendimento daria a Marcuse um tom mais brando, porém ainda pessimista.

Ortiz (1986) comenta que o homem unidimensional de Marcuse é comumente interpretado como submetido a uma consciência uniformizada, o que levaria os indivíduos a pensarem da mesma forma. Segundo Ortiz (1986), seria mais coerente reconhecer que a unidimensionalidade diz respeito a uma imposição comum das consciências. O mesmo autor pondera que as análises dos pensadores de Frankfurt são, antes de tudo, uma reflexão sobre o mundo desencantado, aproximando-se mais de Weber que de Marx. Ortiz situa o pensamento da Escola de Frankfurt – como viria a ser reconhecida a Teoria Crítica – na conjuntura política dos anos 1930, dando destaque às condições sociais em que os autores promoveram sua reflexão, sobretudo enfatizando a natureza filosófica, e não histórica, da crítica.

Sobre esse aspecto é importante sublinhar que a Teoria Crítica não nega totalmente a potencialidade de uma transformação social, em dois pontos essenciais e concomitantes. Primeiro, pelo fato da crítica que realizam ser superlativa, acabam por negar a liberdade da consciência na sociedade industrial, o que não permitiria a separação entre realidade e ilusão. Segundo, como consequência disso, uma vez que a ideologia não mais se refere ao mundo das ideias, mas ao próprio processo produtivo, o conceito de alienação passa a adquirir um significado positivo, sendo a arte o principal vetor que provocaria uma ruptura com a realidade e conduziria à sua crítica e superação (ORTIZ, 1986).

No entanto, a tematização dos movimentos sociais em si não será objeto da Teoria Crítica. É importante validar que Habermas “verá nos movimentos sociais aqueles agentes que, surgindo do mundo da vida e expressando-se na sociedade civil, levantam questões que se põem na esfera pública [...]” (BRINGEL; DOMINGUES, 2014, p. 63). Mas as condições que envolvem a estrutura e a dinâmica dos movimentos são postas de lado, não sendo objeto central em sua teoria. Nem mesmo Honneth, ao tematizar as lutas e conflitos sociais, atribui uma teorização mais sistemática aos movimentos sociais, ainda que os reconheça como aqueles que podem levar a mudanças de ordem institucional e político-comportamental.

O breve panorama apresentado confirma a Teoria Crítica junto ao projeto emancipatório necessário à superação de uma ordem que exige crítica imanente. Tal projeto é parte constante em sua gênese, contendo rupturas e descontinuidades. Não se perde de vista, por sua vez, a problematização quanto à perda da capacidade de emancipação social, cuja retomada “restaura” as condições que devem dar continuidade à crítica.

## **2. MOVIMENTOS SOCIAIS: GÊNESE E ATUALIDADE**

Bringel e Domingues (2014) denunciam que a tradição clássica da Teoria Crítica não reúne condições suficientes para analisar as transformações das sociedades contemporâneas, ainda que hajam esforços nesse sentido. Os autores esclarecem que Marx está no centro da Teoria Crítica e dos movimentos sociais. Quando identifica o conflito e a ação coletiva no cerne da estrutura social, Marx embriona a primeira teoria dos movimentos sociais, a qual sofrerá intensas revisitações, demarcando posturas divergentes e convergentes.

Objeto de preocupação da sociologia, as teorias dos movimentos sociais acompanham o processo de mudança social, buscando “acomodar” o entendimento acerca das dinâmicas que envolvem a ação e a organização coletivas em diferentes perspectivas. Passando por leituras dos

movimentos sociais que vão desde a sociedade industrial à pós-industrial, a análise sociológica tem se ocupado em interpretar o processo que leva à formação do ator coletivo, revelando um panorama de variadas posturas teórico-metodológicas que se revezam nessa compreensão (ALEXANDER, 1998; GOHN, 2000; ALONSO, 2009).

Uma dessas abordagens será a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que teve como expoentes os sociólogos norte-americanos McCarthy e Zald (1977 apud ALONSO, 2009). Os movimentos, sob esta ótica, foram avaliados como um fenômeno social como outro qualquer, e possuíam características semelhantes àsquelas que compunham a organização e funcionamento dos partidos políticos. A TMR gerou rechaço por parte da esquerda, tendo pouca ressonância na Europa e inexpressividade na América Latina. As críticas à TMR situam-se na sua negligência às questões culturais e identitárias, atreladas à ação política, uma vez que seu enfoque privilegia a faceta racional e estratégica da ação coletiva.

No estudo dos movimentos sociais ainda aparecerão como fonte explicativa a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), protagonizadas, respectivamente, por autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow; Touraine, Habermas<sup>2</sup> e Melucci. Tanto a TPP quanto a TNMS repelem o viés econômico como “chave explicativa” determinante e aliam política e cultura na explicação dos movimentos sociais (ALONSO, 2009).

A TPP também é uma vertente explicativa dos movimentos sociais norte-americanos. Um dos seus expoentes, Sidney Tarrow, reconhece a existência de uma “estrutura de oportunidades políticas”, entendida como dimensões formais, ou informais, do ambiente político. Segundo Tarrow (2009),

---

2 Habermas entende os movimentos sociais como expressões que surgem na sociedade civil, representando a luta contra a colonização do mundo da vida pela razão instrumental. Esse entendimento serviu como referência às formulações de Touraine e Melucci sobre o potencial emancipatório dos movimentos sociais. Ver Alonso, 2009.

em condições em que a estrutura de oportunidades políticas é favorável, grupos insatisfeitos atuam para expressar suas demandas. Esse “ambiente favorável” se daria em condições de maior permeabilidade das instituições políticas formais às pressões da sociedade civil organizada. Alonso (2009) reconhece que a TPP cede maior espaço às condições culturais na explicação da ação coletiva e, nos Estados Unidos, esta corrente acabou por suprimir a TMR; mas será a Teoria dos Novos Movimentos Sociais que efetivará uma interpretação cultural aos movimentos sociais.

A TNMS, vertente explicativa europeia, não é uma escola coesa, e tem entre seus expoentes, críticos do marxismo ortodoxo. Essa teoria entende os movimentos sociais

[...] como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

A abordagem da TNMS conclui que os atores constroem a ação coletiva na medida em que se comunicam. Simultaneamente, essa comunicação os leva a produzir e negociar significados, avaliando os pontos em comum e seu direcionamento à tomada de decisões.

Para Melucci (2001), os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva, surgida diante de um campo de oportunidades e constrangimentos, possuindo organização, liderança e estratégia. Existiria um senso de “nós” definido e redefinido constantemente em torno de orientações comuns. A liderança e a organização seriam os condicionantes da estabilidade dessas orientações. Para o autor, relações e organizações já existentes facilitariam o engajamento, enfatizando as “redes de relacionamento” como catalisadoras da motivação rumo à ação coletiva e à interação.

Melucci (2001) insere a liderança e a organização como elementos condicionantes das orientações comuns dos novos movimentos sociais, assim chamados por terem sido pautados por demandas “pós-materiais”, tais como: movimentos em prol de direitos civis, questões de gênero, étnicas, estilo de vida, ambientais, dentre outras. Sua interpretação considera que a motivação para a ação coletiva e a decisão que leva ao engajamento, ao mesmo tempo em que está circunscrita a um processo racional, é produto de um “reconhecimento emocional”, complexo e irreduzível à relação binária custo-benefício.

Em síntese, deve-se sublinhar que tanto a Teoria do Processo Político, como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais reconhecem que não se pode ficar indiferente à cultura como condição para o entendimento dos movimentos sociais. A TPP anuncia a importância da cultura, mas não a problematiza numa sociedade assentada em bases desiguais. A TNMS, cujos expoentes são marxistas não ortodoxos, incluem a cultura não como termo assessorio ou refratário, mas essencial, reconhecendo as formas culturais que estruturam os movimentos como apegadas tanto às condições sociais objetivas como subjetivas – oriundas das dimensões do afeto, das emoções e do simbólico. Esse reconhecimento assinala um movimento importante quanto às contribuições da Teoria Crítica como vertente de questionamento da modernidade, anunciando continuidades e redirecionamentos.

### **3. A CENTRALIDADE DA CULTURA NO ENTENDIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

O estudo dos movimentos sociais não se esgota em suas vertentes já existentes. A partir do momento em que a cultura ganha relevância e protagonismo na explicação dos movimentos sociais, passa-se à necessidade de compreender tal categoria tão complexa e cara às ciências sociais, de modo a situá-la junto ao caráter emancipatório dos movimentos sociais contemporâneos.



Nota-se que a partir dos anos 1990, o “pêndulo explicativo” dos movimentos sociais, que em décadas anteriores ainda centrava-se na questão estrutural dos movimentos, desloca-se de vez para a dimensão cultural. Alonso (2009, p. 77) explica que:

Ao mesmo tempo em que o debate abriu a angular do nacional para o global, focalizou a maneira como a cultura comparece nos processos de mobilização política. Abordagens do campo da sociologia da cultura, seja em chave pós-estruturalista, seja bourdiesiana, adentraram a conversa sobre o vínculo entre cultura e ação política. O efeito foi atrair a polêmica sobre o próprio conceito de cultura para o coração dos embates entre as teorias da mobilização coletiva.

Reiterando a importância da sociologia da cultura ao entendimento dos movimentos sociais, cabe destacar algumas considerações sobre as noções de cultura e que vêm a ser cruciais para o debate sobre os movimentos sociais na atualidade. Para tanto, as contribuições de Raymond Williams – herdeiro do pensamento crítico e do marxismo – oferecem um importante contraponto à dimensão da cultura, na medida em que não a considera como mero rebatimento e reflexo da infraestrutura econômica. Williams (1992, p. 12) defende que a prática cultural e sua produção “não procedem apenas de uma ordem social diversamente constituída [sua dimensão material], mas são elementos importantes em sua constituição”. Tal concepção muda e reestrutura a definição de cultura no seio da tradição materialista, incorporando novas percepções e contrapontos relevantes ao estudo dos movimentos sociais e de seu caráter não estagnante.

Nas palavras do autor, “uma sociologia da cultura deve [...] preocupar-se com os processos de ‘reprodução’ social e cultural”. Williams (1992, p. 13) reconhece a existência de necessárias sobreposições no estudo das formas culturais com a teoria política, ao enxergar na cultura uma dimensão

ampla, assentada ao mesmo tempo na convergência entre “modos de vida” e “sistema de significações”, e estando envolvida em “todas as formas de atividade social”.

É nesse sentido que as contribuições de Williams sobre o entendimento da cultura reforçam sua dimensão político-social. Ao inscrever os “modos de vida” como atrelados às condições objetivas, o autor não reduz a cultura à reprodução de uma ordem determinante e totalizante, paralisando o eixo da articulação e da mudança social. Simultaneamente, compreende a base material da existência coletiva em termos não fixos, sendo pautada, também, pelo que o autor entende como “estrutura de sentimentos”. Tal estrutura é “produzida” a partir do compartilhamento de experiências comuns entre os grupos sociais. Estas experiências situam-se no âmbito de práticas vividas e sentidas, sendo relevantes à compreensão dos modos de vida que permeiam a definição de cultura (CEVASCO, 2003; FILMER, 2009).

Um dos contrapontos oferecidos por Williams está, deste modo, assentado na concepção não estanque dos modos de vida, os quais estão certamente relacionados às condições materiais de existência, e não esgotam a prática humana. Esta concepção produz um significado diferenciado daquele proferido pelos expoentes da Teoria Crítica, uma vez que estes acabariam por reduzir as possibilidades de emancipação social, ao identificarem a colonização da cultura e das formas de vida e de consciência pela razão instrumental.

Raciocínio semelhante está presente em Hoggart quando chama atenção para o exercício tensional que constitui o fazer sociológico. Em sua acepção, o estudo das formas culturais requer o dever de “[...] tentar ver, para além dos hábitos, aquilo que os hábitos representam, ver através de declarações e respostas o que estas realmente significam [...], detectar os fatores emocionais subjacentes às frases idiomáticas e observâncias ritualísticas” (HOGGART, 1973. p. 20).

Esse exercício tensional e de abertura do ângulo de visão advém do reconhecimento da riqueza e variedade de atitudes dos sujeitos, os quais ao

mesmo tempo em que estão situados em condições objetivas materialmente semelhantes, podem produzir significados distintos em relação às condições em que vivem e partilham sentimentos. O entendimento de tais nuances adverte para a inexistência de condições culturais homogeneizantes.

A concepção da cultura e de sua vinculação às condições materiais de existência, portanto, também estão presentes, além de Williams (1992), em Hoggart (1973) e Bourdieu (2003). Este, como reconhece Ortiz (1986), também analisou o conceito de indústria e das instâncias de legitimação cultural, antecipados por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento. Bourdieu (2003) assegura que vivemos numa sociedade profundamente hierarquizada, a qual se organiza a partir de uma distribuição desigual de poder. Para o autor, a estrutura social espelha essa divisão a partir de uma determinação tanto material como simbólica e cultural. A visão de Bourdieu sobre as práticas culturais converge com a de Williams e Hoggart no ponto em que tais práticas são vistas em relação a condições de existência materialmente definidas.

Tecendo maiores detalhes sobre o pensamento de Bourdieu (2003; 2007), percebe-se que é conclusivo para o autor que as práticas culturais dos agentes sociais vinculam-se às suas trajetórias educativas e de origem social. Sendo assim, as condições culturais passam a ser entendidas dentro de um amplo espectro de variações e hierarquias dispostas, construídas e reconstruídas socialmente, não sendo mero produto das subjetividades ou qualidades inatas dos sujeitos.

O autor denuncia que a desigualdade material, experimentada no capitalismo, reflete-se na desigualdade de acesso, produção e consumo dos bens culturais. As instituições responsáveis por “inculcar” hábitos relativos ao gosto cultural são a escola e a família. Isso se confirma quando a aquisição, percepção e usufruto de certos bens culturais dependem do “acionamento” de um conhecimento e competência cognitiva que nem sempre está disponível a certos grupos e segmentos sociais. Por exemplo, a apreciação de determinadas obras de arte dependem de alguns mecanismos

que as instituições propagadoras do conhecimento formal nem sempre disponibilizam. Tal competência, em geral, está associada à trajetória e à origem social, que por sua vez, produz e reproduz as desigualdades sociais, econômicas e simbólicas (BOURDIEU, 2003).

A contribuição de Bourdieu para o estudo dos movimentos sociais adquire maior ênfase quando a cultura assume centralidade em sua explicação. Nesse sentido, quando a cultura é entendida como campo de disputa, sendo perpassada pelas relações de poder, a teoria bourdiesiana é um forte referencial, principalmente no sentido da articulação entre as práticas e estratégias de ação dos sujeitos. O reconhecimento desse potencial está presente nas formulações sobre os movimentos sociais de Ann Swiler (1995 apud ALONSO, 2009, p. 79), para quem o entendimento das estratégias de ação, vinculadas à posição ocupada pelos agentes, seria crucial. Na acepção proposta por Swiler, a cultura adquiriria a condição de “caixa de ferramentas”, composta fundamentalmente por “símbolos, rituais e visões de mundo que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações”.

Trazendo a dimensão cultural para a teoria política, cientistas políticos como Inglehart e Welzel (2009) reconhecem a cultura como importante vetor de mudança social. Para os autores, os movimentos sociais, em qualquer escala, se articulam por meio da mobilização da expressividade e da contestação, pressionando por transformações em nível político-institucional e comportamental.

Baquero (2012) também reconhece que a dimensão legal-institucional da esfera política é dependente da cultura, em especial, da dimensão social. A dimensão social, explica o autor, leva em conta a resolução de problemas sociais, os quais, na América Latina, continuam por ser resolvidos. O autor lembra que desenvolvimento econômico sem justiça social – o que ele denomina de “sociedades materialmente não resolvidas” – perpetua um sistema político assentado em bases desiguais, desfavorecendo a construção da igualdade sociopolítica e a abertura de espaços para o exercício da cidadania ativa.

A dimensão cultural, como foi ressaltada, abriu um debate importante no estudo dos movimentos sociais nas últimas décadas, sendo de relevância teórico-empírica fundamental. Ainda que permaneçam em aberto os consensos, cabe conhecer a variedade das contribuições existentes, a fim de que o debate possa refinar-se e não perder de vista sua origem explicativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À Teoria Crítica abre-se novas perspectivas e aparatos teóricos e metodológicos que envolvem o estudo dos movimentos sociais. Antes de invalidar as contribuições dos teóricos críticos e o eixo filosófico-social de suas interpretações, deve-se conhecer seus pressupostos e ressignificá-los junto ao estudo das práticas sociais que se constituem como lócus de resistência aos processos de dominação presentes na sociedade atual. Conforme pontuam Bringel e Domingues (2014, p. 71), uma “rearticulação entre teoria crítica e teoria dos movimentos sociais pode retomar questões originais e avançar para além do ponto a que lhes conduziram os debates contemporâneos”.

É importante enfatizar a centralidade que a cultura ocupa na explicação e entendimento dos movimentos sociais, cuja gênese possui estreitas relações com a Teoria Crítica. Para tanto, as discussões aqui levantadas foram desenvolvidas a partir do estudo de matrizes conceituais, cujo fio condutor teve na sociologia da cultura aporte essencial. Essa leitura fornece chave explicativa relevante ao estudo da cultura em suas diferentes dimensões, principalmente quando a questão cultural assume centralidade no debate sobre os movimentos sociais.

De modo especial, o enfoque adotado levou em consideração a Teoria Crítica e a trajetória analítica dos movimentos sociais na teoria social, as quais levantam marcos teóricos necessários à sua compreensão na atualidade. A esse respeito, é importante sublinhar os desafios que estão implicados nesse estudo, uma vez que os movimentos sociais contemporâneos

mobilizam recursos, organização, adesão e expressão particulares – estas perpassam o uso de tecnologias de informação e comunicação, e acionam contextos transnacionais, dentre outros aspectos.

Por fim, espera-se que a discussão possa contribuir para o avanço do debate, trazendo sensibilização necessária à sua problematização, continuidade e aprofundamento. Cabe questionar a natureza e historicidade dos objetos e fenômenos sociais, uma vez que é essencial dar visibilidade às experiências históricas e culturais, a fim de que se compreenda a dinâmica que permeia a realidade social.

Recebido em agosto de 2016

Aprovado em outubro de 2016.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e desdobramento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 28 jan. 2016.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> Acesso em: 21 fev. 2016.

BAQUERO, Marcello. Avaliando o potencial de fatores culturais na construção da democracia na América Latina: uma comparação entre 2005 e 2010. **Revista Debates**, v. 6. n.1. jan-abril. 2012. Porto Alegre. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26663/17095> Acesso em: 06 jun. 2016.

BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

- \_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria da prática.** ORTIZ, Renato. (Org). *Bourdieu.* São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política e Sociedade**, v. 10. N. 18, p. 51-73, abr. 2011.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, J. Mauricio. Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- FILMER, Paul. A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p.371-396, 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1944/1582> Acesso em: 03 jul. 2016.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização do social.** São Paulo: Martins Fontes, 2012. Vol. 1
- \_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** 2 ed. São Paulo: 34, 2009.
- HOGGART, R. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora.** Lisboa: Editorial Presença, 1973. Vol. 1.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Chistian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis, 2009.
- MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo.** São Paulo: Unesp, 1998.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

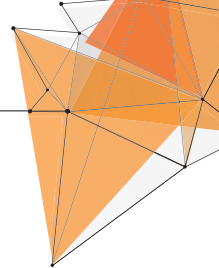
NOBRE, Marcos. Apresentação. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2 ed. São Paulo: 34, 2009.

ORTIZ, R. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. Rev. bras. **Ci. Soc.** v.1n.1. São Paulo. Jun.1986. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=314&Itemid=203](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=314&Itemid=203) Acesso em: 03 jul. 2016.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. ●





# A PRÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: ENTRE REALIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*Eder Adriano Pereira<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente ensaio resulta de uma análise confrontando as amostragens reais de violências ocorridas no meio comunitário escolar, com o modelo teórico de resolução de conflitos pela Justiça Restaurativa, no âmbito da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo entre 2010 e 2016. O resultado do trabalho possibilita apresentar e refletir sobre o estado real das várias formas de violência que assolam as escolas e a comunidade de forma cada vez mais crescente em todo o Estado paulista. Ainda, propõe como perspectivas preventivas as atuações conscientes e para além dos muros da Escola do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PEMEC) e do Grêmio Estudantil.

**Palavras-Chave:** Justiça restaurativa; desafios; perspectivas.

---

1 Graduou-se em História pela Universidade Estadual Paulista (2003). Possui pós graduação pela USP (Especialização em Gestão do Currículo); Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional (IEDA-INSTITUTO EDUCACIONAL DE ASSIS) ; Mestrando do Curso de Pós Graduação Strictu Sensu - História - UNESP-ASSIS. Professor efetivo da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo e Orientador de Estudos pela Diretoria de Ensino de Assis do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-MEC). E-mail: edercedap@gmail.com

# THE PRACTICE OF RESTORATIVE JUSTICE IN THE PUBLIC SCHOOLS OF THE STATE OF SÃO PAULO: BETWEEN REALITIES, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

## ABSTRACT

This paper results from an analysis comparing the actual sampling of violence occurred in the school community environment, with the theoretical model of conflict resolution by restorative justice within the Public Network of São Paulo State Education between 2010 and 2016. The result of the work makes it possible to present and reflect on the real state of various forms of violence plaguing the schools and the community increasingly throughout the São Paulo State. Still, it is proposed as preventive approaches conscious performances and beyond the walls of the School Teacher's School and Community Mediator (PEMEC) and Student Government.

**Keywords:** Justice Restorative; challenges; perspectives.

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio resulta de uma análise confrontando as amostragens reais de violências ocorridas no meio comunitário escolar, com o modelo teórico de resolução de conflitos pela Justiça Restaurativa, no âmbito da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo entre 2010 e 2016.

Para tal análise, esta pesquisa baseou-se no estudo e amostragens noticiadas no "Observatório da Violência" da APEOESP – Associação de Professores do Estado de São Paulo, especialmente, de 2010, ano em que a Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo instituiu por meio da Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, o Sistema de Proteção

Escolar, até este ano de 2016. Pelos fatos reais e noticiados dentro desse limite temporal, constata-se que, a prática de resolução de conflitos pela Justiça Restaurativa, em âmbito escolar, ainda é uma concepção não consciente e pouco desenvolvida pelos agentes que formalizam tal espaço institucional e comunitário.

A pesquisa explicita as formas em que são mobilizados os assuntos de violência relacionados à mídia, em especial, colhidos e organizados no site do “Observatório da Violência” mantido pela APEOESP. O resultado do trabalho possibilita apresentar e refletir sobre o estado real das várias formas de violência que assolam as escolas e a comunidade de forma cada vez mais crescente em todo o Estado paulista. Ainda, propõe como perspectivas preventivas as atuações conscientes e para além dos muros da Escola do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PEMEC) e do Grêmio Estudantil.

Por meio de qualificações positivas ou negativas dos alunos envolvidos em conflitos, as Instituições Escolares, principalmente, no Estado de São Paulo, foco desse estudo, promove há anos uma “cultura de punição”, estruturada em dispositivos de coerção e rotulação dos perfis sociais escolares. Essa cultura punitiva, pautada por meio de normas que, na maioria das Escolas, são desconhecidas pela clientela escolar, promoveram figuras de autoridade próprias de poderes policiais como o inspetor de aluno, diretores e vice-diretores, além dos próprios professores.

Convém ressaltar, que o espaço escolar sempre esteve articulado a uma estrutura de representações de poderes, as quais, subjetivamente ou intencionalmente, condicionaram os seus agentes a interagirem dentro daquilo que o autor francês Michel Foucault estabeleceu como o espaço social das microrrelações humanas. Sobre isso, Foucault nos complementa que,

[...] as relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos

enfrentamentos, micro lutas de algum modo. Se é verdade que estas pequenas relações de poder são com freqüência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. (FOUCAULT, 2003, p. 231)

Assim, a cultura escolar reproduziu e reproduz forças que, quando não conscientes, negociadas e dialogadas por seus constituintes, como pais, profissionais do Ensino, representações de alunos e comunidade geram uma cultura pautada em ações de um cíclico e vicioso “vigiar e punir<sup>2</sup>”, onde as dimensões dos problemas existentes ou que possam ocorrer intra e extra-escolar, dificilmente são levados a uma condição de mediação restaurativa eficiente e satisfatória para e pelas partes envolvidas. Vale lembrar que:

O fenômeno das violências nas escolas, sejam elas explícitas ou veladas, materiais ou simbólicas, representa uma ameaça aos princípios e fins da educação entendido pela sociedade, bem como contraria os quatro pilares do conhecimento reconhecidos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, ou seja, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (DELORS, 1998 apud SOARES, 2007, p. 11).

No que se refere à literatura sobre violência escolar, estudos como os de Abramovay (2006; 2004), Pereira (2002), Pontes (2007), Charlot (2002) entre outros (apud Mesquita, 2008), “permitem constatar que as diferentes manifestações de violência têm muitas implicações do ponto de vista da prática

---

2 Alusão à obra *Vigiar e Punir*. Michel Foucault.

educativa, assume dimensões mundiais, não sendo exclusivo daquela ou de uma região em particular.” (MESQUITA, 2008, p.05).

## **1. DESAFIOS DA MEDIAÇÃO ESCOLAR E COMUNITÁRIA DENTRO DO CONTEXTO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO**

As escolas públicas de todo o país, cada vez mais sofrem os reflexos positivos ou negativos da sociedade ou comunidade que as cercam. Um desses reflexos, a violência nas suas variadas formas, ainda se situa como uma prática antissocial muito comum entre e por entre os muros dessas instituições de ensino. Segundo a Organização Mundial da Saúde, define no “Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde” que:

Violência é o uso intencional da força física ou o poder, real ou por ameaça, contra a pessoa mesma, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar em ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação.

Dessa forma, tal órgão segue um conceito complexo de violência, abrangendo não somente os danos materiais ou psicológicos decorrentes da mesma, mas também a ameaça ou a intenção de causar dano a qualquer cidadão. Dentre essas formas de violência, uma tipicamente escolar, cresce sem precedentes entre todos que participam deste ambiente social de relações humanas. Segundo Dubet (1996), “tal sintoma aparece como expressão de um processo de desinstitucionalização, em que a escola vem perdendo progressivamente sua capacidade socializadora.”

Por caracterizar-se como um fenômeno complexo e reflexo das violências existentes no âmbito social, a violência institucional escolar pode

manifestar-se de diversas formas e sinais, incluindo agressões no campo do relacionamento interpessoal (violência física, verbal, psicológica ou sexual, ameaça de gangues), ações contra o patrimônio público (depredações, pichações, ameaça de bomba, arrombamentos, sabotagens), ações contra os bens alheios (furto, roubo, depredação) e uso/tráfico de drogas.

Segundo estudos realizados pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI), apontou em sete Estados brasileiros como Maceió, Fortaleza, Vitória, Salvador, São Luís, Belém e Belo Horizonte que, “a violência atinge em média, 42% dos alunos da rede pública dessas federações<sup>3</sup>”. Essa pesquisa só comprova o quanto o fenômeno da violência não se situa de forma localizada, mas atinge todo o Estado brasileiro sem limites e refletindo-se cada vez mais nos espaços escolares, onde a maioria das ocorrências acontece entre àqueles que interagem comunitariamente, pois, conforme a mesma pesquisa mencionada acima:

De acordo com 70% dos alunos, houve algum tipo de violência na escola em que estudam no último ano. Entre os violentados, 65% apontaram um colega como agressor. Mais de 15% alegaram que a agressão partiu dos próprios professores. Entre os tipos de violência praticada, o cyberbullying “ que engloba intimidações na internet e em aplicativos de conversa “ representa 28% dos casos. Roubo e furto representam 25% dos casos e ameaças, 21%.

No caso do Estado de São Paulo, no que tange a sua rede pública de ensino, há amostragens que também possibilitam enquadrá-lo nesse universo aonde, a violência vem permeando os espaços escolares de forma preocupante, crescente e movida, sobretudo, pelos reflexos ou sintomas

---

3 Disponível em: <http://flacso.org.br> Acessado em: 17 de março de 2015.

de uma degradação social não priorizada por políticas públicas eficientes e pautada na prevenção.

Outrossim, a violência não é tanto um conceito quanto um conjunto de situações interligadas, mas assumindo formas que não podem ser comparadas entre si. Essas situações estão relacionadas a comportamentos que tem como finalidade causar mal a outros – a seu corpo, a seu território, a seu ego afetivo. O que faz dela um fenômeno tão intolerável é que ela nega a aspiração individual e coletiva à inviolabilidade, à proteção, ao respeito e à justiça (GENDROT, 2002, p. 168).

O senso da Justiça Restaurativa no âmbito educacional paulista, principalmente, pela possível atuação do Professor Mediador Escolar e Comunitário, pode vir a contribuir para uma efetiva prática de prevenção e resolução de conflitos em nível intra e extraescolar, no entanto, é nítido nas Unidades Escolares, assim como os dados oferecidos pelo Observatório da Violência/APEOESP, o quanto é desconhecido por todos que formalizam a comunidade dentro e fora da Escola, do direito a justiça restaurativa e do papel ou funções do Professor Mediador Escolar e Comunitário na prevenção das violências.

Do ano de 2010 para 2016, as publicações do Observatório da Violência mantido pela Associação dos Professores do Estado de São Paulo, vêm denunciando a onda de violência que assola o perímetro escolar e comunitário em várias localidades do Estado. É visível por meio das amostragens, fatores que evidenciam a descentralização da violência, ou seja, é um fenômeno que assola não somente as áreas mais urbanas ou zonas periféricas da capital paulista, o contrário, é um sintoma que também acomete as áreas do interior e litoral.

Pelas amostragens de notícias oferecidas pelo Observatório, é visível a crescente intervenção da força ou ronda policial escolar, de forma

indiscriminada e truculenta, nas questões que envolvem os limites de violência na escola. Especialmente, sem critérios de abordagens e com posturas agressivas e vexatórias em público. Sobre isso, Both, nos referencia que:

Ao identificar como atribuição intencional da corporação policial a orientação dos bons modos e das boas maneiras aos alunos - prática comum nas intervenções, inclusive expondo os mesmos à vergonha e ao escárnio dos colegas - tomando o lugar de outros mediadores, como os docentes, por exemplo, a Patrulha Escolar, de certa forma, se investe de um caráter civilizador que, em síntese, justifica a disciplina imposta (que criminaliza) (BOTH, 2012, p. 11).

Assuntos que poderiam ser tratados pela figura do mediador escolar e comunitário, são invertidos para uma prática repressiva, punitiva e transgressora de direitos. Estes os quais deveriam ser negociados e refletidos colaborativamente, pela prática ativa e consciente da Justiça Restaurativa pelos agentes que compõe a comunidade escolar. Entretanto, para que esse senso prático de justiça moderna, solidária e compartilhada se desenvolva no espaço escolar e comunitário, é necessário que a sociedade aceite a responsabilidade pela produção de sua cultura de intolerância cotidiana, para que seja possível dar respostas humanizadas aos conflitos, em busca da reconciliação e da convivência pacífica. Aguinsky e Capitão (2008, p. 258) afirmam que,

A justiça restaurativa, através da afirmação de valores como responsabilização, inclusão, participação e diálogo, pode corresponder a anseios civilizatórios inadiáveis nos tempos presentes em que a violência teima em se impor como forma natural de sociabilidade.

Nesse sentido, com o aumento da desigualdade social e suas múltiplas repercussões, dentre elas a violência, uma resposta simplista para



fenômenos complexos se naturaliza no cotidiano das relações sociais. Ainda, ao estudar práticas de violência em escolas públicas paulistas, a professora Marília Spósito buscou definir o termo violência salientando, que ele implica a quebra de uma coerência social pelo uso coercitivo e arbitrário da força. Assim, para a autora a violência é uma ação que nega a possibilidade de relação social que instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. (SPÓSITO, 1998, p. 2-3). Assim, dominar com força policial, quando não criminalizar o ambiente escolar expressa claramente um equívoco, uma concepção de educação e de gestão referenciada na violência. Dar visibilidade as aberturas que configuram essa ambiguidade é tarefa urgente no contexto educacional paulista e brasileiro.

As amostragens a seguir, evidenciam em um total de 246 ocorrências desde o ano de 2010 até junho de 2016, os principais tipos de conflitos que permeiam a comunidade intra e extraescolar, no cotidiano das unidades públicas da Rede de Ensino do Estado de São Paulo.

Segundo amostragens do Observatório da Violência da APEOESP:

**09/11/2010** - Professores pedem política severa contra violência escolar em Marília, SP - Professores da rede estadual de Marília (SP) buscaram apoio dos vereadores na sessão da Câmara de segunda-feira (2). Eles reivindicaram uma política mais severa em relação aos casos de indisciplina e violência dentro das escolas. O estopim foi o caso recente de um pai de aluno que agrediu uma diretora da cidade por não concordar com o regimento escolar.

**18/05/2011** - Pancadaria entre alunos de escolas rivais preocupa pais - A velha rivalidade entre jovens faz da porta de escolas espaço para resolver diferenças na base da violência

**20/06/2013** - Um em cada 11 estudantes falta à escola por medo de violência. Entre 109 mil alunos do 9ª ano do ensino fundamental ouvidos pelo IBGE, 8,8%

deixaram de ir a pelo menos uma aula nos 30 dias anteriores à pesquisa.

**27/03/2013** - Diretora recolhe celular durante aula e apanha de mãe de aluna em Franca - Mulher ficou irritada com medida tomada pela representante da instituição. Ronda Escolar foi à Escola Estadual Lydia Rocha Alves registrar ocorrência.

**29/06/2016** - Grupo invade escola e assalta professores em Guarujá, SP.

Descrição: Homens armados entraram na E.E. Hugo Santos Silva e levaram pertences. Ninguém foi preso; polícia faz investigações para tentar achar criminosos.

**27/06/2016** - Ronda Escolar da PM prende e tortura estudante que chegou atrasado

Descrição: Na noite da última quinta-feira (16), um estudante ia entregar um trabalho e uma prova para, assim, entrar de férias numa Escola Estadual em SP. Mas chegou atrasado: acabou agredido, torturado, preso e ameaçado de morte.

**24/06/2016** - Professora denuncia agressão em escola- Diário do Grande ABC - 24.06

**23/06/2016** - Professora é agredida por mãe de aluna no Rudge Ramos após publicação no Facebook - TV Bernô - 22.06

**23/06/2016** - PM usa truculência para retirar estudante que chegou atrasado para assistir aula

Descrição: Jovem tentava assistir aula, no Jardim São Luís, zona sul de São Paulo, mas acabou no 47º DP (Capão Redondo). Escola estadual afirma não ter acionado a Polícia Militar.

**20/06/2016** - Professora de Ribeirão Preto relata cabeçada e ameaça de aluno em aula- G1 Ribeirão e Franca

**03/06/2016** - Aluna desmaia após agressão em banheiro de escola em Araçatuba - Descrição: Agressora entrou no banheiro e agrediu adolescente com socos e

pontapés. Secretaria de Educação informou que estudante foi suspensão das aulas.

Pelas notícias acima, notamos o quanto a violência em suas variadas contextualizações e formas são tratadas invariavelmente como casos estritos de polícia.

É nítido pelos números de casos de violência tornados em manchetes e organizados pelo Observatório da Violência/APEOESP, o não entendimento entre todos os sujeitos envolvidos direta e indiretamente nos conflitos, o que acaba generalizando o fenômeno da violência como uma singular criminalidade urbana. Nesse sentido, a solução ou o trabalho para o declínio da violência nos espaços de representação humana, como a escola, deve envolver os mais variados ramos da organização social intra e extraescolar como associações de bairro, associações de pais e mestres, conselhos comunitários e institucionais e, atribuições àqueles que formalizam um canal de comunicação e representação essencial no espaço escolar como um todo, ou seja, o Grêmios Estudantil e o Professor Mediador Escolar e Comunitário.

## **2. A PERSPECTIVA DE RESOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRA E EXTRAESCOLAR PELA ATUAÇÃO CONSCIENTE DO PROFESSOR MEDIADOR COMUNITÁRIO (PMEC)**

Há seis anos, desde 2010, a rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo instituiu por meio da Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, o Sistema de Proteção Escolar e Comunitário, o qual, entre muitas medidas, atribuía sobre o exercício da função de Professor Mediador Comunitário e Escolar (PMEC), nas unidades públicas de ensino. Segundo o Artigo 10 da Resolução SE nº 07, de 19-1-2012, este o qual, revogou o antigo Artigo 7, da lei inicial citada acima, o professor mediador passava a exercer a seguinte função:

- I - adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;
- II - orientar os pais dos alunos, ou responsáveis, sobre o papel da família no processo educativo;
- III - analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos;
- IV - orientar a família, ou responsáveis, quanto à procura de serviços de proteção social;
- V - identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;
- VI - orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos.

Tais atribuições, além do papel de apoio, orientação para os pais e filhos e análise de fatores negativos que possam interferir no processo do ensino e aprendizagem, na comunidade intra e extraescolar, cabe também, ao professor mediador exercer e dinamizar a prática do processo colaborativo de Justiça Restaurativa no contexto das representações humanas do espaço escolar. Sobre isso, o CNJ nos indica que:

Justiça Restaurativa é uma prática que está buscando um conceito. Em linhas gerais poderíamos dizer que se trata de um processo colaborativo voltado para resolução de um conflito caracterizado como crime, que envolve a participação maior do infrator e da vítima. Surgiu no exterior, na cultura anglo-saxã. As primeiras experiências vieram do Canadá e da Nova Zelândia e ganharam relevância em várias partes do mundo. Aqui no Brasil ainda estamos em caráter experimental, mas já está em prática há dez anos. Na prática existem algumas metodologias voltadas para esse processo. A mediação vítima-ofensor consiste basicamente em colocá-los em um mesmo ambiente guardado de

segurança jurídica e física, com o objetivo de que se busque ali acordo que implique a resolução de outras dimensões do problema que não apenas a punição, como, por exemplo, a reparação de danos emocionais<sup>4</sup>.

A concepção de Justiça Restaurativa, principalmente, fomentada pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça vem se transformando em uma tendência alternativa de resolução de conflitos desde 2004, visando e propagando por meio da figura de um agente mediador, seja ele social ou jurídico, o entendimento entre as próprias partes.

A figura do Professor Mediador Comunitário na Escola, quando exercido de forma consciente, pode auxiliar a desconstruir uma prática muito latente, há décadas, no espaço escolar, ou seja, a punição pela expulsão, advertência ou suspensão de aulas pela versão ou oitiva de somente uma versão dos envolvidos, no caso, “as supostas vítimas”. Uma criminalização geradora e reprodutora de uma cultura inquisitória onde se pune sem critérios, argumentos e, principalmente, sem relevar a natureza e a contextualização do conflito por adolescentes em fase de formação biológica, cultural, de aprendizagem, social e de direitos e deveres, estes por sua vez, por um senso de justiça para todos, libertadora e solidária. Complementar ao exposto, o educador Paulo Freire, nos referencia que, é necessário, no âmbito comunitário e de aprendizagem, não só um posicionamento e uma práxis (prática) libertadora do ponto de vista do oprimido, mas a solidariedade do opressor, sendo ela também consciência de uma estrutura de sociedade onde a desigualdade e injustiça prevalecem e mantêm uma sociedade desigual. Segundo Freire:

Solidarizar-se com estes é algo mais que prestar assistência a trinta ou a cem, mantendo-os atados, contudo,

---

4 <http://www.cnj.jus.br> Acesso em: 19 de abril de 2015.

à mesma posição de dependência. Solidarizar-se não é ter a consciência de que explora e “racionalizar” sua culpa paternalisticamente. A solidariedade, exigindo de quem se solidariza que “assuma” a situação de com quem se solidarizou, é uma atitude radical. (...) a solidariedade verdadeira com eles está em com eles lutar para a transformação da realidade objetiva que os faz ser este “ser para outro”. (FREIRE, 2014, p, 49).

Nesse contexto, a real possibilidade de mediação restaurativa realizada pelo Professor Mediador Comunitário Escolar e Comunitário, sem rotulações prévias, mas com orientações solidárias e conscientes com as partes envolvidas para a resolução dos conflitos, pode se tornar uma perspectiva para que as incidências cada vez mais crescentes de crimes cotidianos<sup>5</sup>, não invadam o espaço comunitário e escolar de forma banal, mal entendida e principalmente, punitiva e sem o senso de justiça para todos.

### **3. A PERSPECTIVA DE RESOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRA E EXTRAESCOLAR PELA ATUAÇÃO GRÊMIO ESTUDANTIL**

As sociedades enfrentam, hoje, o desafio de oferecer às gerações jovens, princípios éticos de convivência e ideais humanos que possam ser compartilhados por pessoas com diferentes antecedentes e formações. Uma representação convincente da democracia parece ser o caminho para o desenvolvimento de identidades autônomas, prontas para adaptar-se e responder a rápidas mudanças sociais, culturais e econômicas. Tal representação enfatiza a liberdade e a interdependência,

---

5 Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). Boris Fausto. Edusp, 2001. 2a edição.

a tolerância e o respeito mútuo, a iniciativa e a competência para o trabalho construtivo e cooperativo (SOUZA, 2003, p.25).

Transcorridos trinta anos da promulgação da Lei Federal nº 7398 que assegura a criação de Grêmios Estudantis, não houve nestes últimos decênios um investimento preciso na divulgação e incentivo para a criação desses órgãos colegiados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, o que ainda exige esclarecimentos sobre sua função e representatividade na escola e na comunidade. Nesse sentido, é grande o desconhecimento sobre os objetivos do Grêmios pelos alunos em e na comunidade intra e extraescolar em geral.

Atualmente, uma das inúmeras indagações dos agentes que se formalizam nas Instituições Escolares, se estabelece em como criar subsídios para que todos participem das atribuições estruturadas no espaço Escola, especialmente, sobre questões que podem modificar aspectos degenerativos das relações humanas, como os diversos tipos de violências que assolam, sobretudo os jovens e adolescentes em idade escolar.

Dar voz aos alunos e incentivar a sua participação em diferentes momentos e ações da vida escolar e comunitária com vistas ao senso de desenvolvimento cidadão, com certeza, constitui uma das principais preocupações dessas instituições. Entretanto, muitas vezes, por falta de um debate mais amplo sobre o assunto, essa participação se faz de maneira pontual, burocrática e restrita. Assim, há evidências indicadoras de que falta aos agentes ali envolvidos, em especial, as agremiações estudantis, maior apoio e incentivo no que concerne à construção associada de uma gestão participativa. Sobre isso, Heloisa Lück nos confere que:

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização

depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (1996, p.37).

Partindo desse pressuposto, na atual configuração de Escola, gerida pelo ideal participativo, é importante que os chamados Órgãos Colegiados como: APM (Associação de Pais e Mestres), Conselho e Grêmio Estudantil, estejam em evidencia e funcionando de forma interativa e produtiva com os interesses da comunidade dentro e além dos muros da escola. Pois, conforme, Paro, (2002, p. 17):

A gestão participativa (ou compartilhada), como o próprio nome sugere, compreende aquela em que todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. O que é Gestão Participativa? Dentro do processo democrático e descentralizador a gestão participativa escolar propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios.

Nesse aspecto, a gestão escolar precisa ser articulada como um trabalho que se desenvolve e se estabelece no coletivo, com a participação e engajamento de toda a comunidade.

O princípio e objetivo da gestão participativa precisam interagir com o conhecimento em que a escola está inserida. Pois, essa organização de relações que se estabelecem entre os gestores, órgãos colegiados, em especial, o Grêmio Estudantil e a comunidade é fundamental para a construção de uma escola democrática, interativa e movida dentro do ideário prático de justiça e cultura de paz. Nesse contexto, Andrade (2000, p.71-72), ressalta que,

[...] o que se pretende é que a escola, pela própria natureza do papel que possui no processo de socialização



de uma grande massa de pessoas, constitua-se num espaço de irradiação e consolidação de valores e atitudes configuradores desta “nova ordem” [...] o currículo deve encontrar-se orientado na direção de um vínculo mais orgânico com as mudanças correntes no mundo da produção, criando as condições para que os alunos participem de um processo de aprendizagem que possibilite um “acostumamento” destes com as ideias e princípios que embasam as formas contemporâneas de inovação tecno-organizacional.

Assim, a função ou papel do Grêmios Estudantis não é “acostumar-se” a uma função burocrática e obrigatória nas escolas, sua formalização pressupõe que já exista, no âmbito escolar, espaços e ambientes necessários para o seu acolhimento, ou seja, a vivência de práticas democráticas e o compromisso com uma educação voltada para a construção da cidadania e participação em projetos de combate à violência.

Os Grêmios estudantis podem e devem funcionar nas Unidades Escolares como “observatórios de estudos sobre as suas realidades”, possibilitando nas práticas escolares o estudo e a mobilização para uma solução viável e realista contra os diversos tipos de violência que assolam os arredores de suas relações cotidianas.

Fomentar nas escolas públicas, em especial, do Estado de São Paulo o protagonismo de seus estudantes, no conjunto de decisões e participações que regem a ideologia da Gestão Participativa e da Justiça Restaurativa, como recursos preventivos à violência ainda é um desafio que necessita de uma política pública planejada e explícita a aqueles que integram o ambiente escolar em sua totalidade social como os gestores, funcionários, professores, alunos e a comunidade.

Tendo em vista esse desconhecimento, as entidades representativas dos estudantes, órgãos governamentais e não governamentais precisam incentivar a participação estudantil, apoiando-se na necessidade de ampliação

do movimento estudantil, com vistas à participação no contexto sociopolítico e cultural das comunidades. Por meio disso, tal ambiente pode vir a perceber por meio da atuação mediadora dos Grêmios Estudantis, o polo irradiador de uma cultura e lazer atrelado ao senso da cultura de paz<sup>6</sup>, e acima de tudo, de defesa dos interesses sociais para a diminuição da violência nas escolas e seus arredores. O Grêmio ainda, a partir de diretrizes baseadas em uma ideologia de governo, é visto como um canal que assinala a participação, tendo em vista a democratização da escola pública.

Nesse âmbito, a União Brasileira de Estudantes Secundários, UBES ao lançar o Caderno explicativo “Se tem Grêmio, não tem grilo”<sup>7</sup>, aponta os caminhos para a edição do Grêmio Estudantil, situando a importância do mesmo para a organização estudantil:

Os Grêmios estudantis compõem uma das mais duradouras tradições de nossa juventude. Pode-se afirmar que, no Brasil, como surgimento dos grandes estabelecimentos de ensino secundário nasceram também os Grêmios estudantis que cumpriram sempre, um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude.

---

6 Termo Retirado do Primeiro Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz, também convocado pela UNESCO, que se realizou em El Salvador, em 1994, onde encontramos a associação de direitos humanos e paz, partindo da premissa de que só é possível a implementação dos primeiros num contexto onde se afirma a última; isto é, a paz exige a realização e proteção das necessidades básicas que estão garantidas pelos direitos humanos. Não há paz na dominação, na discriminação, na exclusão. A seguir transcrevemos algumas das conclusões gerais desse documento: a) O objetivo de uma cultura de paz é assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana. In: Diskin, Lia – Vamos ubuntar? Um convite para cultivar a paz, UNESCO, FundaçãoVale, Brasília, 2008.

7 Cartilha: Se tem Grêmio não tem grilo! UBES É MASSA. Publicação: UBES, 2002. Disponível em: <http://www.estudentenet.com.br> Acessada em 23-4-2013.

No entanto, este órgão colegiado juvenil ainda não exerce o papel consciente e protagonista nas Escolas e suas comunidades, ao contrário, firmam-se cada vez mais sobre uma ação de agenda para preenchimento burocrático pelas Escolas.

Essa inconsciência de função gerada pelo contexto escolar é fruto de uma política que não consegue de forma prática, colaborativa, entender e prevenir as violências que assolam seus espaços nas mais variadas formas e, promovidas por diferentes agentes.

O protagonismo juvenil potencializado à resolução das violências por meio do senso de Justiça Restaurativa via a atuação nos Grêmios Estudantis, deve ser entendido por todos os agentes da comunidade escolar como um serviço público, evidenciado sobre uma evolução de democracia representativa, participativa e permanente, na qual o poder local pode emergir, conforme assinala o professor Ladislau Dowbor,

“como um grande agente de justiça social. É no nível local que se podem realmente identificar com clareza as principais ações redistributivas. Essas ações dependem vitalmente de soluções locais e momentos políticos, e as propostas demasiadamente globais simplesmente não funcionam, na medida em que enfrentam interesses dominantes organizados e complexidades políticas que inviabilizam os projetos”. (DOWBOR, 1994, p.12)

Assim, não se pode pensar em buscar a justiça e democracia pelo âmbito global, mas fomentar localmente em espaços de representações humanas como o escolar e comunitário, propostas reais de atuação onde, o Grêmio Estudantil pode figurar como um dispositivo promotor de diálogos praticados pela justiça social, convivência pacífica, segurança humana, dignidade democrática e sustentabilidade ambiental, despertando nas comunidades locais e nos próprios envolvidos, alunos, professores, diretores, pais e et., novas percepções de si mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virtude da escola democrática está em focalizar a qualidade das relações entre os agentes da instituição escolar. De fato, as relações sociais efetivamente vividas, experienciadas, são os melhores e mais poderosos “mestres” em questão de moralidade. Para que servem belos discursos sobre o Bem, se as relações internas à escola são desrespeitosas? De que adianta raciocinar sobre a paz, se as relações vividas são violentas? E assim por diante. Então, o cuidado com a qualidade das relações interpessoais na escola é fundamental. Pesquisas psicológicas levam a essa conclusão. E mais ainda: relações de cooperação, de diálogo, levam à autonomia, ou seja, à capacidade de pensar, sem a coerção de alguma “autoridade” inquestionável. Relações de cooperação são relações entre iguais, baseadas e reforçadoras do respeito mútuo, condição necessária ao convívio democrático. A democracia é, portanto, um modo de convivência humana e os alunos devem encontrar na escola a possibilidade de vivenciá-la. Daí a importância de se promoverem experiências de cooperação no seu seio. (PCN, 1996, p.63)

Assumir na “Escola atual” o papel atuante de combate à violência via Justiça Restaurativa, sem dúvida, é responsabilizar-se por uma situação trabalhosa para todos, no entanto, a mesma pode ser instigadora na promoção de iniciativas renovadoras da prática harmônica educacional e cidadã dentro e fora do ambiente escolar.

Articular a posição dos adolescentes a posições de decisão e negociações é fazer contribuir para a instituição de uma prática de cultura de paz, fomentando-se dessa maneira uma discussão política ampla e inserida no modo como variadas questões atravessam a realidade cotidiana, atendendo-se assim, ao exercício da participação e a recuperação histórica de

conquistas anteriores, a fim de articular os resultados positivos e as experiências que podem ser construídas pelos representantes estudantis.

Diante das análises construídas, no que se refere ao Grêmios Estudantil, fica evidente que após trinta anos da promulgação da Lei nº 7398, de 4 de Novembro de 1985, a qual tornou legítimo este órgão colegiado de protagonismo adolescente, o não estabelecimento qualitativo e participativo dos mesmos. São latentes os discursos sobre a teorização ideal de uma escola alicerçada sobre os pilares da “participação de todos”, principalmente, no que tange o seu desenvolvimento como instituição de ensino e aprendizagem e formação cidadã de direitos e deveres.

No entanto, há muitos obstáculos e necessidades dentro da escola, pois, ainda há muito que avançar no que se refere ao protagonismo dos alunos sobre o contexto da consciência à prevenção das violências escolar e comunitária pela funcionalidade do Professor Mediador Comunitário e Grêmios Estudantil. Contudo, sabemos que não é possível resolver todos os problemas de uma única vez, mas, observando as escolas e seus discursos sobre as mais diversas participações e atuações, é explícito e necessária uma ação de conscientização e engajamento de todos na participação e decisões que são tomadas coletivamente pelos diversos órgãos colegiados e agentes comunitários. No que tange o papel de mediador de conflitos pelo professor mediador escolar e comunitário, infelizmente, as informações e planejamentos sobre a sua função e constituição nas escolas, só acontecem em momentos impostos e ilustrativos de imposição burocrática de uma espécie de “registrador” de ocorrências e advertências para os alunos rotulados de indisciplinados ou problemáticos. Para Gutmann,

[...] a participação e o engajamento em qualquer âmbito só tem razão de ser na medida em que promove a autonomia do ser. O teste de uma instituição democrática, não é a participação direta de todos e sim, a responsabilização efetiva de todos os que tomam decisões perante todos os que não as tomam. (1995, p. 24).

Finalmente, não se pode construir uma Escola pelo senso da Justiça Restaurativa, democrática e comunitária sem a clareza das funções exercidas por seus partícipes. Dentro dessa configuração, o Grêmio Estudantil, uma conquista que advém de construções e lutas estudantis desde a década de 1930, até a sua legal promulgação em 1985, deve configurar-se na Proposta Político Pedagógica das escolas, como um instrumento planejado e funcional, respeitando, sobretudo, a realidade em que o mesmo se inserir, especialmente, conjecturando-se como um bem público, coletivo e importante para o exercício da cidadania.

Recebido em agosto de 2016  
Aprovado em outubro de 2016.

## REFERÊNCIAS

Aguinsky, Beatriz; Capitão, Lúcia. **Violência e socioeducação: uma interpeção ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

BOTH, Laura Garbini. **A violência na escola e os caminhos da negociação e Repressão**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br>. Acesso em 13/08/2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPITÃO, L. C. D. **Sócio-educação em xeque: interfaces entre a Justiça Restaurativa e o atendimento a adolescentes privados de liberdade**. 2008, Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2008.

Cartilha: **Se tem Grêmio não tem grilo!** UBES É MASSA. Publicação: UBES, 2002. Disponível em: <http://www.estudentenet.com.br>. Acesso em 23/04/2013.

DOWBOR, Ladislav. **Poder Local**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **À L'école: sociologie de l'expérience scolaire**. Paris: Seuil, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 20ª ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GENDROT, Sophie. **Violência escolar: um olhar comparativo sobre políticas de governança**. Brasília: UNESCO, 2002.

GOMES, Antônio Carlos. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

GUTMANN, A. **A desarmonia da democracia**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, CEDEC, n. 36, 1995.

BRASIL. **Lei nº7.398, de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 04 de novembro de 1985. Atos do Poder Legislativo. Sancionada pelo Presidente da República em exercício José Sarney.

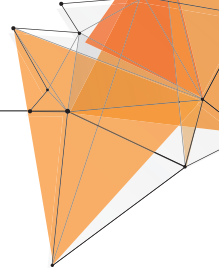
LÜCK, Heloisa et. al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

MESQUITA, Cláudia Maria Souza. **Violência escolar: um estudo em representações sociais de estudantes do ensino fundamental**. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2541\\_1905.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2541_1905.pdf) Acessado em: 01/07/2011.

APEOESP. **Observatório da Violência**. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia>. Acessado em 20/07/2016.

**Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Disponível em: <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude>. Acessado em: 05/05/2015.

SOARES, Vera Lúcia. [apresentação]. In: PONTES, Reinaldo Nobre. **Relações sociais e violências nas escolas** / Reinaldo Nobre Pontes (coordenador); Cláudio Roberto Rodrigues Cruz; Jane Simone Moraes de Melo. Belém: Unama, 2007. 151 p. ●



# JUVENTUDES EM DEBATE: UMA ANÁLISE TEÓRICA A PARTIR DA RELAÇÃO ESCOLA, CULTURAS JUVENIS E GÊNERO

*Ana Paula Leite Nascimento<sup>1</sup>*

*Maria Helena Santana Cruz<sup>2</sup>*

## RESUMO

O artigo realiza uma análise teórica sobre a relação escola, culturas juvenis e gênero, objetivando trazer para a arena da discussão os desafios do diálogo entre as juventudes e os demais sujeitos escolares, dada as contradições e tensões cotidianas preponderantes na relação escola e juventudes. Apresenta a intencionalidade de contribuir com referenciais teóricos para o entendimento das manifestações e estilos de vida das juventudes na perspectiva de demarcar as possibilidades de enfrentamento da invisibilidade das culturas juvenis na escola. Problematicamos sobre juventudes e sua cotidianidade na

---

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2009). Especialista em Escola e Comunidade (UFS/2010). Mestra em Serviço Social (UFS/2014). Doutoranda em Educação (UFS/2015). Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), lotada no Campus Lagarto. E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br

2 Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Doutora em Sociologia da Educação. Doutora e Mestra em Educação (Universidade Federal da Bahia – UFBA). Especialização em Psicologia; Especialização em Modelos de Prática nos Campos de Aplicação do Serviço Social; Especialização em Ciências Sociais. Atualmente é professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (NPGED) e Serviço Social (PROSS). E-mail: helenacruz@uol.com.br



escola e registramos os elementos teóricos que perpassam a relação escola, culturas juvenis e a categoria gênero. O trabalho caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica. Destacou-se como predominante a natureza qualitativa da pesquisa. A análise e interpretação dos dados foram realizadas a partir de categorias definidas durante o estudo à luz do referencial teórico. A pesquisa foi norteadada pelo método histórico dialético. Como resultados e aspectos conclusivos identificamos a necessidade da instituição escolar abrir campos ao entendimento das suas juventudes adotando a investigação e a escuta como ferramentas que possibilitem ao mesmo tempo a compreensão das identidades e do comportamento das juventudes, e, ainda atente-se para a necessidade de criar mecanismos que garantam maior visibilidade às culturas juvenis. Em se tratando da categoria gênero e seu entrecruzamento com as expressões das culturas juvenis, destacamos que os marcadores culturais das juventudes podem estar associados aos papéis sociais de homens e mulheres, os quais recebem influências no âmbito das relações sociais que se dão na família, na escola e na sociedade em geral.

**Palavras-Chave:** Juventudes; Escola; Culturas Juvenis; Gênero.

## **YOUTH IN DEBATE: A THEORETICAL ANALYSIS FROM THE SCHOOL RELATIONSHIP, JUVENILE CULTURES AND GENDER**

### **ABSTRACT**

This article presents a theoretical analysis of the relation school, youth culture and gender, aiming to bring to the arena of discussion the challenges

of dialogue between youths and other school subjects, given the contradictions and preponderant everyday tensions in the relationship school and youths. It shows the intention to contribute to theoretical frameworks for understanding the manifestations and youth lifestyles in perspective to demarcate the coping possibilities of the invisibility of youth culture in the school. We problematize about youths and their daily lives in school and record the theoretical elements that pervade school relationship, youth cultures and gender. The work was characterized as a literature search. It stood out as the predominant qualitative research. The analysis and interpretation of data were taken from the categories defined in the study based on the theoretical framework. The research was guided by the historical dialectic method. As results and conclusive aspects identified the need of the school open fields to the understanding of their youth by adopting research and listening as tools that enable the same time understanding the identity and behavior of youths, and also watch out for the need to create mechanisms to ensure greater visibility to youth cultures. In terms of gender and its intersection category with the expressions of youth culture, we emphasize that cultural youths markers may be associated with social roles of men and women, which are influenced in the social relationships that occur in the family, school and society in general.

**Keywords:** Youths; School; Youth Cultures; Genre.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo se propôs a realizar uma análise teórica sobre a relação escola, culturas juvenis e gênero, objetivando trazer para a arena da discussão os desafios do diálogo entre as juventudes e os demais sujeitos escolares, dada as contradições e tensões cotidianas enquanto características preponderantes na relação escola e juventudes. Também apresenta a intencionalidade

de contribuir com referenciais teóricos para o entendimento das manifestações e estilos de vida das juventudes na perspectiva de demarcar as possibilidades de enfrentamento da invisibilidade das culturas juvenis na escola. Nesse sentido, inicialmente problematizamos sobre juventudes e sua cotidianidade na escola. Em seguida, registramos os elementos teóricos que perpassam a relação escola, culturas juvenis e a categoria gênero.

O trabalho em pauta caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica. O estudo foi norteado pela combinação de elementos explicativos e descritivos. Destacamos como predominante a natureza qualitativa desta pesquisa.

Para a coleta de dados utilizou-se do levantamento bibliográfico, constituindo-se como procedimento metodológico por excelência na coleta de informações, baseado no objetivo proposto. A análise e interpretação dos dados foram realizadas a partir de categorias definidas durante o estudo à luz do referencial teórico, construído no decorrer da investigação.

Em se tratando dos métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação, a pesquisa utilizou-se do método histórico dialético<sup>3</sup>, o qual procura captar as mediações que explicam as relações dos complexos com a totalidade para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações. Para tanto, parte-se dos fenômenos aparentes e através de um processo de abstração, busca-se chegar à sua essência, reproduzindo-se a realidade pesquisada no plano do pensamento, enquanto real pensado. (KOSIK, 1995).

---

3 Sobre o método de pensamento convém demarcarmos que Marx “[...] inverteu de forma a que não mais procedesse do ‘pensamento puro’, mas dos ásperos fatos da realidade, dando assim ao materialismo o método histórico dialético e um ‘princípio energético’, que procurasse não apenas explicar a sociedade, mas transformá-la”. (MEHRING, 2013, p.139).

## 1. PROBLEMATIZANDO SOBRE JUVENTUDES E SUA COTIDIANIDADE NA ESCOLA

Observa-se que há uma diversidade conceitual sobre a categoria juventudes e isso se apresenta como “[...] consequência de determinadas condições sociais e de diferentes representações produzidas para e pelos jovens”. (MARTINS; CARRANO, 2011, p.50). A discussão acerca do que vem a ser a juventude deve começar a partir da desmistificação desta categoria enquanto somente natural e biológica, posto que se configura como uma construção social, variando conforme as diferentes culturas e ainda no interior de cada cultura. (CATANI; GILIOLI, 2008).

Tem-se em Costa (2010, p.95) que

ao longo da história, a concepção de juventude passou por inúmeros rótulos referentes ao comportamento dos jovens de cada época, ora estava relacionada a uma determinada faixa etária; em outros momentos, associado a problemas sociais (delinquência juvenil); noutras vezes, foram vistos, também, como alienados, passivos e, até mesmo, como uma juventude protagonista das transformações políticas, sociais e culturais em determinada época ou como aqueles que teriam a responsabilidade de transformar a sociedade.

Concordamos com Catani e Gilioli (2008, p.12) quando afirmam

que é possível perceber a categoria “juventude” ao menos conforme dois registros. Os sujeitos ou grupos sociais podem se auto-identificar como jovens ou portadores de uma cultura juvenil. Podem, também, ser identificados como tais por outros segmentos etários ou instituições (Estado, família, organizações), que os caricaturizam – elegem um ou alguns traços como

essência que caracterizaria a juventude. Nesse sentido, pode-se dizer que, para a sociedade, o desafio é definir o jovem, enquanto para o jovem é definir-se diante de si próprio, de seus pares e perante a sociedade. Ambas as formas de identificação costumam aparecer juntas na prática, mas sua distinção é útil para delimitar os contornos que a juventude pode tomar em diferentes contextos sociais, políticos e históricos.

Costa (2010, p.95) alude que “[...] os jovens têm se feito ouvir ou têm chamado a atenção de várias maneiras, com atitudes e hábitos diferentes”. Esta autora pondera ainda que a forma como os jovens desfrutam deste momento de vida é pessoal, demarcando que difere não apenas dos desfrutes, mas também por serem jovens integrados em grupos sociais que influem nos acontecimentos da vida.

Esse estudo parte do pressuposto que “não há apenas *uma* juventude e *uma* cultura juvenil, mas várias, que diferem segundo condições sociais e históricas específicas”. (CATANI; GILIOLI, 2008, p.11, grifos originais). Desta feita, tomaremos como base para o estudo proposto o termo juventudes, por conseguinte, trataremos de culturas juvenis, dada a ideia de multiplicidades que constitui a categoria juventudes.

Sabe-se que “nos territórios culturais juvenis delineam-se espaços de autonomia conquistados pelos jovens e que permitem a eles e elas transformar esses mesmos ambientes ressignificando-os a partir de suas práticas específicas”. (MARTINS; CARRANO, 2011, p.45). Nota-se que tal processo é presente no contexto das escolas, haja vista que as instituições escolares são espaços eminentemente juvenis.

Carrano (2013, p.190, grifos originais) assinala que

os jovens recebem espaços da cidade prontos e sobre eles elaboram territórios que passam a ser a extensão dos próprios sujeitos: uma praça se transforma em

campo de futebol, sob um vão de viaduto se improvisa uma pista de *skate*; o corredor da escola – lugar originalmente de passagem – faz-se ponto de encontro e sociabilidade.

Tem-se que os diferentes territórios juvenis são lugares simbólicos para o reconhecimento das identidades em comum. Logo, a depender de determinado território é que vai se constituindo o grupo de iguais, que notadamente cria suas próprias políticas de visibilidade pública expressadas pela roupa, pela mímica corporal, por um estilo musical, dentre outras categorizações. (CARRANO, 2013).

Na relação entre juventude e escola evidencia-se a dificuldade que “os jovens encontram para expressar sua maneira de ser e agir em seu cotidiano escolar”. (COSTA, 2010, p.94). Avalia-se que essa dificuldade se impõe em virtude dos significados negativos atribuídos ao ser ou comportar-se como jovem, dos quais podemos destacar: ter menos credibilidade, ser considerado menos capaz, menos experiente, precipitado, instável etc. (CATANI; GILIOI, 2008).

Salienta-se que

a escola conta com mecanismos de silenciamento que promovem a invisibilidade das práticas que não se encaixam nos cotidianos escolares institucionalizados e pouco abertos para as expressividades das culturas juvenis. Nesse contexto, o jovem é homogeneizado na condição de aluno que necessita responder positivamente aos padrões do “ser estudante” que a instituição almeja. (MARTINS; CARRANO, 2011, p.45).

No diálogo entre os sujeitos escolares constata-se que os limites e barreiras que se mantêm no espaço escolar não permitem que as reivindicações juvenis sejam ouvidas na medida em que o valor que elas possuem

é menosprezado, especialmente em decorrência dos representantes dos sistemas educacionais não conseguirem lidar com as diferenças juvenis e por não compreenderem a existência de diversidades de gênero, étnica, regional, religiosa, de orientação sexual, dentre outras, inerentes aos jovens como a todo ser humano (COSTA, 2010).

Cabe ainda registrar que

por mais paradoxal que seja, encontra-se ainda presente na concepção da maioria dos educadores das instituições de ensino brasileiras a visão estereotipada de juventude, que teve influência médica e biológica. Esses profissionais desconhecem, ou mesmo ignoram, as singularidades e diversidades presentes nos diversos tempos e espaços do ser jovem. Não os concebem como sujeitos construtores do seu processo de formação, no qual a expressão, a estética, a socialização, a música, os vínculos, o corpo, a afetividade, a forma de se vestir, de falar e de se organizar encontram-se imbricados nas tramas das relações sociais. (LIMA; LIMA, 2012, p.224).

Demarca-se que a invisibilidade imputada pela escola aos jovens “ao traduzi-los apenas à condição de alunos contribui para adjetivá-los negativamente sempre que expressem suas identidades através de marcadores culturais próprios desse período da vida”. (MARTINS; CARRANO, 2011, p.52).

Corroboramos com Carrano (2013, p.191) quando assinala que:

[...] marcas se relacionam com processos de representação, verdadeiras objetivações simbólicas que permitem distinguir os membros dos grupos no tempo e no espaço. As marcas podem ser objetivadas no próprio corpo (uma tatuagem) ou mesmo habitar o corpo como adereço de identidade, tal como acontece com os bonés que se transformaram em fonte de tensão

permanente em algumas escolas que não toleram seu uso, talvez por não enxergarem que esses são signos que representam a extensão da própria subjetividade dos jovens alunos, que reagem ao terem de deixar “parte de si” fora do espaço-tempo da escola.

Considerando o campo de tensões das práticas escolares é premente a necessidade de criar diálogo nas esferas educacionais que “não se baseiem em uma obediência autoritária que enquadre os jovens em normas disciplinadoras escolares, mas que se desenvolvam nesse espaço escolar um equilíbrio [...] entre as partes” (COSTA, 2010, p.99).

## **2. TRAZENDO À BAILA ELEMENTOS TEÓRICOS QUE PERPASSAM A RELAÇÃO ESCOLA, CULTURAS JUVENIS E A CATEGORIA GÊNERO**

Na perspectiva de atender ao propósito deste artigo, cabe registrarmos neste tópico o marco teórico preliminar relevante para o estudo em discussão. Desta feita, trataremos de algumas categorias<sup>4</sup> e reflexões teóricas que nos apropriamos no decurso da pesquisa bibliográfica.

A problematização acerca da relação entre escola e juventudes nos remete ao entendimento sobre a vida cotidiana. De acordo com Heller (2008, p.31-32, grifos originais):

---

4 Para Marx “as categorias são formas de ser, determinações da existência”. As categorias, diz ele, “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias [...]. (NETTO, 2009, p. 685).



a vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade. A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo, no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade.

No caso deste estudo a ênfase centra-se na percepção de como as juventudes participam da vida cotidiana, particularizando as evidências desta participação no contexto da escola, espaço de diferentes manifestações das juventudes. A escola é tomada pela lógica da cultura do adulto, a cultura dominante, e, atribuímos ao imperativo desta cultura a razão da invisibilidade das culturais juvenis nas instituições escolares.

Alude-se que “o adulto deve dominar, antes de mais nada, a manipulação das coisas (das coisas, certamente, que são imprescindíveis para a vida da cotidianidade [...])”. (HELLER, 2008, p.33). Assim, convém salientar que o que se procura “padronizar como sendo a principal característica da juventude – a rebeldia – pode ser explicada como uma forma de assumir alguma postura diante da cultura dominante, no caso, a dos adultos e, porque não dizer, a escolar”. (MARTINS; CARRANO, 2011, p.52-53).

Em se tratando da legitimidade e importância do estudo das expressões e manifestações culturais das juventudes, corroboramos com Guimarães e Duarte (2011, p.144-145, grifos originais):

a investigação das diferentes manifestações grupais e individuais dos jovens nas sociedades contemporâneas exige, em virtude das transformações operadas nas várias dimensões da vida cotidiana, esforços teórico-metodológicos dos estudiosos para *decifrar os modos de sociabilidade* criados e recriados por esses agentes [...]. As instituições formais têm profunda influência sobre os processos sociais, à medida que socialização envolve aspectos abrangentes da condição humana, e cada sociedade seleciona o que as novas gerações irão aprender de forma complexa. Qualquer processo de aprendizagem supõe uma seleta esfera de significados, valores e práticas, de acordo com o que se considera como necessário aprender na dinâmica das relações de forças de uma sociedade.

A escola enquanto território constituído majoritariamente por juventudes abriga uma série de conflitos e tensões entre os sujeitos jovens e os demais sujeitos escolares, haja vista a invisibilidade imputada pela escola às suas diferentes juventudes. Isso, portanto, nos leva a referendar o questionamento assinalado por Carrano (2013, p.192): “até que ponto os jovens podem se identificar com o espaço escolar, considerá-lo interessante e habitar uma instituição que não permite que suas culturas se realizem ou mesmo sejam visíveis?”. Frente a este contexto concordamos que “a compreensão do processo de socialização contemporânea dos jovens pode contribuir para o diálogo intergeracional no cotidiano escolar”. (CARRANO, 2013, p.192-193).

Em Barral (2006, p.47-48) tem-se que:

[...] a experiência temporal é marcadamente qualitativa, e o tempo é percebido pelos indivíduos a partir de marcos significativos que particularizam momentos do fluxo cotidiano. A descontinuidade entre o tempo social e o tempo vivenciado pelos jovens é um dos problemas enfrentados [...] na definição da juventude. Isso reflete, por exemplo, no problema da definição das faixas etárias. Empiricamente, muitos indivíduos caracterizados, bio-fisiologicamente, como jovens, podem estar vivenciando experiências sociais ligadas à faixa etária adulta ou à infância. Essa dualidade temporal, presente na vida dos jovens, torna difícil a demarcação de conteúdos próprios do que se poderia separar, metodologicamente, como um ethos juvenil homogêneo, ou característica genérica da juventude, pois se os jovens trazem e vivenciam o novo, também apreendem e se orientam pelo antigo, pelo tradicional, através do complexo processo de socialização.

Endossamos, portanto, a assertiva da juventude como “um período da vida impossível de ser contemplado como uniforme, pois ele é constituído por diversas maneiras de ser e viver que variam de acordo com o gênero, a faixa etária, a classe, a raça, dentre outros” [...]. (COSTA, 2010, p.95). Deste modo, concordamos que os estudos sobre os jovens devem considerar as diferentes possibilidades de expressão desses sujeitos, isto é, a existência de juventudes.

Como nos propomos ao estudo da relação entre escola e juventudes, é imperativo que abordemos brevemente sobre processos culturais, culturas juvenis e identidade, a fim de compreendermos a multiplicidade dos marcadores culturais e estilos de vida das juventudes.

A respeito de processos culturais temos a dizer que

[...] genericamente envolvem construção de símbolos, de representações sociais, de significados e de práticas constituintes e constituídas do mundo social. As

culturas se realizam em processos simultâneos, como produção simbólica objetivada em instituições sociais, valores, normas, crenças, e como processos de subjetivação que configuram singularidades de agentes sociais. (GUIMARÃES; DUARTE, 2011, p.145).

Para Laraia (2004, p.101) “[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos”. A necessidade de compreender a dinamicidade dos sistemas culturais é indispensável no contexto escolar, posto que neste território manifesta-se a diversidade cultural, com destaque para a diversidade dos sistemas culturais juvenis.

Acerca das culturas juvenis convém demarcar que são configuradas enquanto resultado de formas específicas que os grupos juvenis possuem de resistir, de responder aos padrões sociais excludentes (desses mesmos grupos), como mecanismo de expressar suas identidades, de chamar a atenção para seus problemas, suas necessidades. Além desta configuração, as culturas juvenis são resultado de relações intergeracionais que numa conjuntura de reprodução social dão continuidade às culturas de gerações precedentes. (MARTINS; CARRANO, 2011).

Pais (1993 apud MARTINS; CARRANO, 2011, p.51, grifos originais) indica que:

a juventude possui duas tendências de análise. Uma delas está relacionada a uma fase da vida, de caráter transitório que parece responder de maneira uniforme e homogênea às questões que se apresentam para a sociedade. É o sujeito que será sem nunca ter sido. Corresponde a um período de preparação, de gestação do ser adulto, por onde todos deverão necessariamente passar para ter direito a uma *nova vida* – o mundo adulto. Desse modo, pode-se crer que a juventude seria o mais longo *rito de passagem* que o homem

estaria destinado a vivenciar. A outra possibilidade está relacionada ao fato de que cada grupo juvenil pode ser constituído a partir das diferentes realidades sociais nas quais estão submetidos. O desenho de cada cultura juvenil poderá ter não só o contorno como também as cores determinadas pelas questões de classe, relações de poder, diferentes inserções sociais, econômicas, políticas e culturais assim como pelos interesses específicos de cada grupo. Essas questões estão postas no espaço escolar e precisam ser enfrentadas para que o jovem torne-se sujeito no processo educacional e sinta-se como parte importante nesse contexto.

Não obstante o cenário escolar seja marcado por tensões entre os sujeitos escolares, cabe registrar que a escola é também um espaço em que a sociabilidade se manifesta, a exemplo do que pode ser observado nas relações entre amigos mais próximos (que muitas vezes são considerados até mais próximos do que um irmão), através de uma cumplicidade entre professor e jovens, bem como através daqueles relacionamentos mais distantes entre colegas. (COSTA, 2010). Destacamos que essa sociabilidade é mediada pelos processos de identificação e ao mesmo tempo de diferenciação entre os sujeitos e grupos que tais sujeitos estão inseridos.

Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). (CUCHE, 2002, p.177).

Desta feita, concordamos que “a necessidade de pertencimento, de certo exclusivismo, de segurança, de desindividualização e de regras,

emoções, sentimentos e compromissos comuns aproxima os jovens em tribos, gerando assim um diferencial identitário” (TOMAZI, 2013, p.54).

A identidade é

um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações. (BARTH 1969 apud CUCHE, 2002, p.182).

Segundo Moura (2005, p.89) a identidade “nunca é uma certeza dada, nem resulta simplesmente traço do fenótipo, ou seja, da aparência”. Tem-se que “[...] ao longo da vida [...] em meio às interações e identificações com diferentes pessoas e grupos com que convivemos ou travamos contato, construímos nossas identidades [...]”. (MOREIRA; CÂMARA, 2013, p.41).

Na escola a necessidade de pertencimento, os desejos e os sentimentos das juventudes também se impõem, levando, por sua vez, à constituição dos grupos juvenis a partir de elementos e marcadores culturais que possibilitam identificação e diferenciação dos jovens estudantes, associados, por conseguinte, aos estilos de vida das juventudes presentes no contexto escolar. Verifica-se em Bennet (2000, p.26 *apud* CAVALCANTE; PINEZI, 2011, p.9) que “o apelo ao consumismo posiciona o poder que dá ao jovem construir estilos de vida alternativos que poderiam ser vividos fora ou em torno da tradicional base de classes sociais e instituições como família, escola e lugar de trabalho”.

Tratando mais especificamente dos estilos de vida das juventudes presentes na escola, na esteira de Peregrino (2007, p. 1 *apud* Costa, 2010, p.98, grifos originais) podemos compreender

as diversas maneiras de ser jovem nos espaços escolares, que os diferenciam uns dos outros nas maneiras de se expressar e apreciar a vida em meio às múltiplas possibilidades que caracterizam o termo *juventude*, como, por exemplo, roqueiros, funkeiros, forrozeiros, *punks*, pagodeiros; revolucionários, conformistas, “rebeldes sem causa”, militantes; “aviões”, trabalhadores, estudantes, estagiários; tatuados, modernos, *clubbers*, *darks*; “mauricinhos”, “patricinhas”, “favelados”, “manos”, “minas”, “sanguês” [...]. Inumeráveis expressões de inumeráveis condições de vida.

Carrano (2013, p.185) alerta que “estar atento para os grupos de identidade com os quais os jovens se identificam ou dos quais fazem parte ativamente torna-se condição para o entendimento dos sentidos do agir dos alunos”. Por esta razão concordamos com Dayrell (2007 *apud* LIMA; LIMA, 2012, p.225):

[...] é preciso diminuir a distância entre o mundo juvenil e o mundo escolar, pois os jovens, na sua diversidade, apresentam características, práticas sociais e modos de vida dentro de um universo simbólico todo próprio. Nesse sentido, cabe aos educadores favorecerem vivências significativas, buscando compreender quem são esses atores e como é constituída a condição juvenil. Os jovens precisam ser compreendidos num contexto mais amplo, como uma categoria sociológica e historicamente constituída. É necessário entender que não existe jovem, mas jovens, nem cultura juvenil, mas culturas juvenis, com suas especificidades, histórias, contextos, necessidades, tempos e espaços próprios e diversos.

É imprescindível confirmar que “a escola não pode mais desconsiderar os jovens, nas suas manifestações e nas suas formas de organização, interação, comunicação e expressão”. (LIMA; LIMA, 2012, p.224).

Convém demarcarmos que a categoria gênero perpassa a cotidianidade das representações das juventudes, implicando, por sua vez, na necessidade de nos apropriarmos da categoria gênero como elemento teórico norteador desse estudo. Trataremos mais especificamente do debate relacionado aos papéis sociais de homens e mulheres por avaliarmos que as manifestações das expressões juvenis se dão também a partir deste referencial.

Sobre o debate com relação aos papéis sociais de homens e mulheres registramos que o processo de compreensão e identificação destes papéis ocorre já na mais tenra idade no convívio familiar, bem como nas relações estabelecidas na escola e nos diferentes espaços de relações sociais em que os sujeitos sociais estão inseridos. Dias (2014, p.47) assinala que “[...] a discussão entre os lugares masculinos e femininos e o papel que esses poderiam exercer dentro e fora da esfera doméstica foram demarcados historicamente”. Nesse sentido, é importante pontuarmos que:

em muitas [...] “culturas ocidentais” as pessoas começam a aprender desde cedo alguns aspectos relativos à questão do gênero, como a de que a feminilidade está relacionada à responsabilidade pelo lar e pela prole enquanto que a masculinidade está relacionada à responsabilidade pelo sustento do lar. A partir de construções como estas, surgem os estereótipos e preconceitos relacionados a vários aspectos da vida, entre eles, aqueles relacionados ao trabalho, como por exemplo, qual tipo de trabalho deve ser realizado por homens e qual tipo de trabalho deve ser executado por mulheres. (FERREIRA, 2000 *apud* FEITOSA et al, 2013, p.84).

Heilborn (1999 *apud* BELO; SOUZA; CAMINO, 2010, p.24) aponta que

em muitas [...] “culturas ocidentais modernas”, por exemplo, as pessoas aprendem desde cedo concepções como a de que as meninas são dóceis, enquanto



os meninos devem ser assertivos. Daí, são reforçadas as diferenças sob a forma de estereótipos sexistas relativos aos mais diversos aspectos; o trabalho é um deles.

Acerca da diferença de papéis sociais de homens e mulheres referendamos os argumentos elencados por Cruz (2005, p. 41):

o caráter da diferença atribuído às mulheres se situa especialmente no campo representacional e, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho é um processo que não se limita a indicar o lugar de homens e mulheres nas estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho. A qualificação é uma construção social fortemente sexuada e o sistema de sexo/gênero é uma dimensão fundamental do processo de construção de categorias que estruturam a definição de postos de trabalho e de perfis de qualificação e de competências a eles associados.

Desta feita, vale ressaltarmos que a escolha da área da qualificação e/ou da profissão tem uma série de influências que certamente perpassa pela questão de gênero. Neste ponto corroboramos com Santos, Canever e Frotta (2011, p.348, grifos nossos):

dentre os fatores que podem ser considerados influenciadores dessa escolha [*profissional*], podemos citar o ambiente familiar, os amigos, a situação social, a empregabilidade, a experiência profissional (se tiver) e a questão de gênero. Este último fator parece bastante pertinente nas escolhas, visto que apesar de os cursos de graduação [*e de qualificação profissional*] não apresentarem mais exigências quanto ao gênero de seus futuros acadêmicos, as mulheres ainda tendem a escolher profissões consideradas femininas e os

homens a escolher profissões que atendem à comunidade masculina.

O debate dos papéis sociais de homens e mulheres implica na necessidade de entendimento da divisão sexual do trabalho<sup>5</sup>. Com relação à divisão sexual do trabalho demarcamos que “[...] é uma categoria de análise marxista que procura explicitar as relações sociais de gênero e a divisão sexual presentes nas relações de trabalho”. (CRUZ, 2005, p.40). Para esta discussão nos apropriamos do estudo de Hirata e Kergoat (2007, p.599-600):

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). Sobre essa definição, todo mundo, ou quase, está de acordo. Contudo, do nosso ponto de vista, era necessário ir mais longe no plano conceitual. Por isso, propusemos distinguir

---

5 Partimos da prerrogativa que “o trabalho [...] é uma categoria central para compreensão do próprio fenômeno humano-social”. (NETTO; BRAZ, 2006, p.29). Para Marx “o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza”. (BARROCO, 2006, p.26). O trabalho é “constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho”. (NETTO; BRAZ, 2006, p.43, grifo dos autores). O trabalho configurado como “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens”. (LUKÁCS, 1972, p. 16).

claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.

Cumpramos salientarmos ainda que

a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho.

A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. (LOBO, 1991 apud CARLOTO, s.d, n.p).

Com relação à categoria gênero endossamos a assertiva de que gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1990, p.21). Tem-se em Dias (2014, p. 70) que “as relações de poder têm um significado natural de ação dominadora”, haja vista que “o poder pode ser visto sob duas perspectivas: o poder como capacidade de *agir sobre as coisas* e o poder como capacidade de *determinar o comportamento de outros*”. (PARO, 2010, p.33, grifos do autor apud DIAS, 2014, p.70). Essas relações de poder também são latentes no cenário escolar e permeiam as relações cotidianas das juventudes e dos demais sujeitos escolares, determinando significativamente o processo de normatização da conduta de meninos e meninas na escola.

Nas relações sociais cotidianas identificamos que a predominância da ideologia patriarcal ainda perdura, o que não é diferente nas relações sociais estabelecidas na cotidianidade da escola. Quanto ao debate da ideologia patriarcal, cabe destacarmos as reflexões teóricas de Cruz (2005, p.40) que trata do patriarcado identificando-o “como sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade, que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho” e de Castells (1999, p.169) que alude a respeito do patriarcalismo classificando-o como “[...] uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”.

Em se tratando das relações de poder entre os gêneros no campo da educação, concordamos com a afirmativa de Dias (2014, p.69, grifos originais):

o pensamento de Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), contribui com outros olhares para explicar as relações de poder entre os gêneros no campo da educação, através da análise da normatização da conduta de meninos e meninas, professores e professoras, bem como a produção dos saberes sobre sexualidade e os corpos nos múltiplos processos educativos, dando forte contribuição para o campo da educação.

Alertarmos aqui que gênero não se refere ao sexo, pois são conceitos distintos e a apropriação teoricamente e criticamente desses conceitos possibilita ressignificar as relações de poder presentes na sociedade, relações, que, por sua vez, exercem determinações na definição dos papéis sociais de homens e mulheres. Na esteira de Musskopf (2008, n.p) sinalizaremos a diferenciação entre sexo e gênero. Vejamos:

Sexo refere-se ao dado físico-biológico, marcado pela presença de aparelho genital e outras características fisiológicas que diferenciam os seres humanos como machos e fêmeas; além destas, a partir de pesquisas recentes, também o código genético precisa ser considerado na constituição do sexo, o que complexifica as definições neste âmbito, cujo principal exemplo são as inúmeras formas de intersexualidade. Gênero refere-se ao dado social, formado por um aparato de regras e padrões de construção corporal e comportamento que configuram a identidade social das pessoas a partir do substrato físico-biológico, do que resultam identificações como masculino e feminino, bem como as múltiplas variantes que desviam da norma, como androginia, travestismo, efeminação ou masculinização, por exemplo.

Isto posto, nos cabe referendar que o termo gênero foi proposto como “uma alternativa ao termo sexo, pois homens e mulheres, masculino e

feminino são categorias sociais historicamente produzidas que não devem ser reduzidas a uma categoria biológica". (MACHADO, 1999 *apud* SANTOS; CANEVER; FROTTA, 2011, p.349). É *mister* demarcarmos que gênero não se resume a uma "categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual". (SAFFIOTI, 2004, p. 45, grifo original).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Asseveramos que "desde a primeira reação da sociedade em classificá-los [*as juventudes*] como 'desviantes', 'anormativos', 'exóticos', passaram-se décadas até que começassem a ser reconhecidos como sujeitos sociais legítimos e relevantes". (CATANI; GILIOLI, 2008, p.105, grifos nossos). Avaliamos que a escola também deve ser este espaço em que as juventudes possam ter suas expressões e manifestações reconhecidas como legítimas e relevantes. Isso nos impulsiona a ratificar que as instituições escolares devem "repensar a realidade dos sujeitos, tanto nos aspectos materiais como simbólicos, vendo as manifestações juvenis como legítimas, dignas de estudo, de compreensão ou de apropriação educativa". (GUIMARÃES; DUARTE, 2011, p.145).

Urge, portanto, a necessidade da instituição escolar abrir campos ao entendimento das suas juventudes adotando a investigação e a escuta como ferramentas que possibilitem ao mesmo tempo a compreensão das identidades e do comportamento das juventudes, e, ainda atente-se para a necessidade de criar mecanismos que garantam maior visibilidade às culturas juvenis.

No que se refere ao debate acerca da categoria gênero e seu entrecruzamento com as expressões das culturas juvenis, destacamos que os marcadores culturais das juventudes podem estar associados aos papéis sociais de homens e mulheres, os quais recebem influências no âmbito das

relações sociais que se dão na família, na escola e na sociedade em geral. Identificamos que a depender das bases que fundamentam tais influências os resultados da caracterização dos papéis sociais de homens e mulheres são diferentes, podendo ter resultados de reforço ao escopo das posturas discriminatórias centradas no patriarcalismo, que acabam por segmentar escolhas e cargos profissionais das juventudes em função apenas da diferença biológica entre os sexos. Como resultado também podem aparecer determinadas posturas que partem do pressuposto de que gênero pode designar diferenças entre os sexos, mas também se relaciona às características individuais de cada grupo sexual, ou seja, o gênero não fica restrito somente a questão biológica.

Desta feita, ponderamos que se apropriar teoricamente e criticamente de alguns conceitos nos possibilita ao mesmo tempo significar e ressignificar relações de poder latentes na sociedade, o que se apresenta como primordial mais especificamente em se tratando da compreensão das relações de gênero em virtude de historicamente sempre terem se constituído como guetos sexuais.

Recebido em agosto de 2016  
Aprovado em outubro de 2016.

## REFERÊNCIAS

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. **Espaços de lazer e culturas jovens em Brasília: o caso de bares**. 2006. 144 f. Dissertação. Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BELO, Raquel Pereira; SOUZA, Tâmara Ramalho de; CAMINO, Leoncio. Análise de repertórios discursivos sobre profissões e o sexo: um estudo empírico na cidade de João Pessoa. In: **Psicologia & Sociedade**, n. 22, 2010, p.23-31.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm). Acesso em: 07 jul. 2015.

CARRANO, Paulo. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.182-211.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLO, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CAVALCANTE, Alexandre Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Estilo de vida, juventude e música pop. In: **ENCONTRO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS,** 11., 2011, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2011.

COSTA, Mariane Brito da. **As diferentes manifestações da juventude na escola: uma visão dos impasses e das perspectivas.** Conjectura, Caxias do Sul: UCS, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010, p.93-105.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DIAS, Alfrancio Ferreira. **Representações sociais de gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e à qualificação.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

FEITOSA, Caroline Mauriz de Moura Costa et al. Trabalho e gênero: um levantamento sobre as profissões e gênero na cidade de Parnaíba-PI. In: **Perspectivas em Psicologia,** v. 17, n. 1, jan/jun, 2013, p.83-100.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventude e educação: novos processos de socialização. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 5, n. 8, jan./jun. 2011, p. 143-155.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez., 2007, p. 595-609.



KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de; LIMA, José Milton de. As culturas juvenis e a cultura corporal de movimento: em busca de interlocução. **Revista Teias**, São Paulo, v. 13, n. 27, jan./abr. 2012, p.219-241.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 1, jan./abr. 2011, p. 43-56.

MEHRING, Franz. **Karl Marx: a história de sua vida**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.38-66.

MOURA, Milton. Identidades: construção de identidades, identidade local, regional, nacional, baianidade, brasilidade, identidade e militância. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org). **Cultura e atualidade**. Salvador: EDUFBA, 2005, p.77-91.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. In: Gênero: da desigualdade à emancipação?** Publicação Virtual de Koinonia (ISSN 1981-1810). Ano 3, n. 8, Abril de 2008. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=161&cod\\_boletim=9&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo). Acesso em: 07 jul. 2015.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

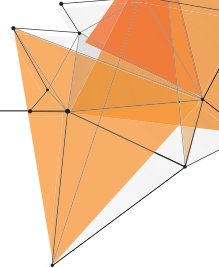
NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Volume 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Aline Coêlho dos; CANEVER, Cristini Feltrin; FROTTA, Paulo Rômulo de O. **A** influência do gênero na escolha profissional de pré-vestibulandos: estudo de caso na cidade de Criciúma/SC. In: **Travessias**, v. 5, n. 2, 2010, p.347-364.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Mulher e realidade: mulher e educação**. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

TOMAZI, Gilberto. **Juventude: protagonismo e religiosidade**. São Paulo: Paulinas, 2013. ●



# O (DES)ENCANTAMENTO JOVEM NO MUNDO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

*Rildo Ferreira Costa<sup>1</sup>*

## RESUMO

No presente artigo a temática abordada é a relação entre jovens e o uso das tecnologias de informação e comunicação. O objetivo do estudo consiste em refletir sobre a influência que as Novas tecnologias de Informação e Comunicação exercem nas relações cotidianas de jovens na atualidade. Metodologicamente o trabalho foi realizado com base em uma pesquisa bibliográfica, a partir da mobilização de uma literatura pertinente ao tema, destacando Lévy (1999); Virilio (2001); Wolton (1999); Marcel (2001); Buber (2001), assim como alguns dados foram mobilizados em sites da internet. O estudo permitiu concluir que as novas TICs tem facilitado a comunicação entre pessoas, vislumbrando um novo mundo espetacular mediado por imagens; jovens registram *selfies* como estratégia de busca de aprovação; isolamento de jovens de suas relações e atividades habituais; a reprodução

---

1 Discente do curso de Doutorado em sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Especialista em Gestão escolar pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Historiador pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro (discente) do Grupo de Pesquisa IMAGEM, ARTE, ÉTICA E SOCIEDADE da Universidade Federal do Pará - Cnpq. E-mail: rildoremo@gmail.com

de sua própria imagem em fotos ou vídeos nas NTIC's representa a possibilidade de se destacarem nos seus ambientes sociais; Um dos mais graves perigos a que estão expostos as crianças e jovens nesse contexto é definido por *sexting*; Algumas vítimas desse tipo de atitude eticamente destrutiva, chegam ao extremo de praticar suicídio Esse cenário evidencia a quebra do encantamento do mundo maravilhoso das tecnologias de informação e comunicação.

**Palavras-Chave:** Jovem; Tecnologias de Informação; Comunicação; Internet.

## THE (DIS)ENCHANTMENT YOUNG IN NEW TECHNOLOGIES WORLD INFORMATION AND COMMUNICATION

### ABSTRACT

In this article the issue addressed is the relationship between young people and the use of information and communication technologies. The objective is to reflect about the influence that the new information and communication technologies have on everyday relationships of young people. Methodologically the work was based on a literature research, from the mobilization of literature concerning the matter, highlighting Lévy (1999); Virilio (2001); Dominique (1999); Marcel (2001); Buber (2001), as well as some data have been found in the internet sites. The study found that new ICTs have facilitated communication between people, glimpsing a new spectacular world mediated by images; youth take selfies, which strategy for approval; isolation of young people from their relationships and daily activities;

reproduce his own image in photos or videos in NTIC's is the ability to highlight themselves in their social environments; One of the most serious dangers that children and young people are exposed in this context is defined by sexting; Some victims of such ethically destructive attitude, even go so far that they do suicide This scenario shows the breakdown of the wonderful world of enchantment of information and communication technologies.

**Keywords:** young people; Information and communication technologies; Internet.

## INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, o mundo contemporâneo tem sido marcado por transformações de tamanhas dimensões, que afetaram profundamente a forma de organização da vida do homem em diversos aspectos de sua cotidianidade. Nesse contexto, são evidenciadas as mudanças no campo tecnológico, com o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), que de modo muito contundente, interferem na forma dos indivíduos, sobretudo jovens, estabelecerem relações entre si, no processo de construção de suas relações sociais, produção de conhecimento e concepção de mundo.

Diferentemente da forma tradicional como víamos o mundo por meio de livros, revistas e outros materiais impressos, o que demandava muito tempo, hoje a geração 'on line' abre as portas do mundo pelos polegares, evidenciando as(os) polegarzinhos(as) que, utilizando suportes materiais da tecnologia digital, acessam com os dedos um gigantesco espaço de informação e comunicação, denominado de ciberespaço, pelo qual descobrem um novo mundo, novas pessoas e formas de relacionamento que os colocam em contato com outras experiências proporcionada pela própria inventividade humana.(SERRES, 2013)

As NTIC's se constituem em suportes materiais que suscitam na população, sobretudo, jovens adolescentes, um extraordinário sentimento de encantamento frente às novas possibilidades de comunicação mediadas pela internet, que potencializam o desenvolvimento de novos comportamentos que tem redimensionado as relações entre os homens na contemporaneidade. As novas tecnologias de informação e comunicação evidenciam uma importância singular no mundo ocidental e prenunciam o nascimento de uma nova sociedade. (WOLTON, 1999)

Essa trama que é construída pela relação homem-NTIC's-internet, forma um gigantesco espaço de interconexão mundial, denominado de ciberespaço por Lévy (1999), tem representado um universo extremamente atrativo para muitos jovens, que se entregam às possibilidades da comunicação virtual, numa dimensão desterritorializada que independe da noção de tempo e espaço, possibilitando uma forma de comunicação mediada por tecnologias digitais, que provocam a interação entre pessoas de diferentes partes do mundo, para além das especificidades locais de cada um dos internautas conectados.

AS NTC's se fazem presentes em praticamente todos os aspectos do cotidiano de nossas vidas e vem crescendo de forma exponencial, sobretudo entre os jovens, que se sentem cada vez mais compelidos a fazerem parte dessa 'tribo' cibernética. Essas novas tecnologias tornaram as relações mais rápidas e acessíveis, com uso do *iPhad*, *iPhone*, *Smartphone*, celular, *tablet* e o computador, são usadas por pessoas de todas as idades, sobretudo, jovens em maior evidência, registrando seus interesses e necessidades em rede virtual, fazendo da máquina um meio de construção de identidade. Por meio da mediação tecnológica, muitos jovens e adolescentes, criam ou camuflam formas de identidades que garantem a sua socialização.

Essas reflexões acerca do uso das Novas tecnologias de Informação e Comunicação fustigaram-me a uma questão investigativa que orientou o desenvolvimento deste estudo: Como as novas Tecnologias de Comunicação e Informação influenciam nas relações cotidianas entre jovens na atualidade?

O objetivo deste estudo consiste em refletir sobre a influência que as Novas tecnologias de Informação e Comunicação exercem nas relações cotidianas entre jovens na atualidade, a fim de construir uma reflexão acerca da experiência vivenciada nesse processo comunicacional.

A relevância desta pequena incursão justifica-se pela urgência em atentarmos de forma mais efetiva para a necessidade de debater numa perspectiva ética e sócio educacional a forma como os jovens estão utilizando as novas tecnologias e informação e comunicação e, como as mesmas estão influenciando no comportamento da juventude em relação ao outro e ao mundo.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira apresento algumas reflexões sobre o deslumbramento do jovem e as possibilidades de interconexão mundial frente às novas tecnologias digitais de informação e comunicação; na segunda, faço algumas incursões éticas acerca das condições que provocam o desencanto humano no mundo das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs); na última parte construo algumas reflexões finais acerca do estudo realizado.

## **1. O JOVEM E O MUNDO ENCANTADO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Desde os tempos mais remotos da história dos homens, em razão da necessidade de sobrevivência, estes sempre desenvolveram formas estratégias tecnológicas para mediação da comunicação entre si. Na contemporaneidade, o sistema de comunicação entre as pessoas tem ocorrido de diversas maneiras, sendo mediadas pelo rádio, televisão, telégrafo, telefone e o mais desenvolvido e atual sistema de comunicação se estabelece por meio de uma interconexão mundial, que é a internet. Este sistema de informação e comunicação que se constitui em um “conjunto de redes de computadores interligados que tem em comum, protocolos e serviços, de uma forma que

os usuários conectados possam usufruir de serviços de informação e comunicação de alcance mundial". (BOGO, s/d)

De acordo com Lévi (1999) esses serviços são injetados em rede via internet, de forma extremamente rápida, possibilitando a mobilização de um volume extraordinário de informação e comunicação que são disponibilizados num gigantesco espaço virtual denominado de ciberespaço, ao qual o autor citado se refere da forma a seguir:

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17)

Esse poderoso universo de comunicação, viabilizado pelas tecnologias digitais favorece um eficiente sistema comunicacional entre as pessoas, cujos comportamentos e visões de mundo são fortemente influenciados pelas novas relações construídas virtualmente, provocando eventualmente um processo de desrealização do homem.

O sistema de comunicação atual se expandiu de diversas formas, sobretudo pelas redes sociais, mediadas por suportes da tecnologia digital. Essas mídias tecnológicas tem facilitado incondicionalmente a comunicação entre pessoas, pois já existem aplicativos que podem ser instalados, que possibilitam aos usuários processarem diversas informações em uma só tecnologia, vislumbrando um novo mundo espetacular mediado por imagens. "O espetáculo não é um mundo de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizadas por imagens. O espetáculo não pode ser compreendido como abuso do mundo da visão ou produtos de técnicas da visão massiva de imagens". (DEBORD, 2003, p. 14)



Entusiasmados com esse novo mundo espetacular, os jovens de hoje, ocupam mais tempo conectados em redes sociais, do que envolvidos com a realidade de seu próprio cotidiano, ficando mais ligados no mundo virtual. Em casa, no trabalho, no trânsito e outros espaços, percebe-se muitas pessoas conectadas virtualmente, por meio de uma rede social. Isso acaba interferindo no modo de vida e no cotidiano das pessoas, que muitas vezes são levadas a um processo de isolamento e distanciamento de suas relações e atividades habituais.

la interactividad nos acerca a lo lejano, nos aleja de lo próximo, del amigo, del pariente, del vecino, y los transforma en extraños. Una nueva tecnología del control nos confina a una inercia domiciliaria, a un sedentarismo terminal y definitivo. Un proyecto que aspira a la creación de un hombre válido, sobreequipado de prótesis interactivas, cuyo modelo es el inválido, equipado para desplazarse en su entorno. (VIRILIO, 2001, p. 7)

O autor nos chama atenção para o estado de isolamento e estranheza que muitas vezes a comunicação virtual pode provocar. Muitos jovens se isolam de suas relações de amigos, familiares e outras comunidades, mergulhando num mundo virtual de dimensões ilimitadas, que provocam a transformação do internauta em um alienígena em seu próprio mundo, visto que ele perde a noção de sua própria condição humana situada num ambiente social específico.

Desse modo, é importante orientar nossos jovens à utilização dos meios de digitais de comunicação como ferramenta de aproximação entre as pessoas e um meio de discussão acerca da forma como as relações sociais podem ser mais humanizadas e auxiliarem no desenvolvimento ético das relações construídas pela juventude.

É válido ressaltar, que diante do crescente processo de inovação tecnológica, as pessoas tendem a adaptar-se a elas em todas as dimensões de sua vida. Entre os jovens e adolescentes, no seio dos quais, o uso das novas tecnologias é de extrema recorrência, é muito comum, em espaços públicos ou privados, cenas de registros de momentos considerados interessantes, como o autorretrato (*selfie*), troca de imagens entre amigos, as vezes mais ousadas, sob ponto de vista do corpo.

Com o surgimento de diversas redes sociais, se tornou muito comum entre jovens o registro de *selfies*, visto que as redes sociais são espaços de interação e socialização entre jovens que sentem necessidade de mostrar sua imagem como estratégia de busca de aprovação, sobretudo mediada pelo número de pessoas que curtem a imagem, que tecnologicamente expressa a aceitação da pessoa por determinados grupos em evidência nas redes sociais. “Importa notar que em sua vida social os homens buscam a estima e a aprovação alheias, o outro” (MENDONÇA, 2013, p. 126).

Nesse contexto, jovens que não se mostram nas redes sociais são considerados antissociais, e são relegados ao anonimato por não se expressarem nesse mundo virtual.

Muitas pessoas, sobretudo jovens se alienam de suas relações sociais presenciais com família e amigos em função da imersão em novas relações proporcionadas pelas redes sociais, que não demandam a experiência face a face.

Além disso, é uma fase em que os jovens ainda estão buscando a sua identidade, a fim de saber quem são, e quem pretendem ser, por meio da aceitação e aprovação. A imagem está relacionada ao seu autoconceito construída por um imaginário, que pode ser entendido como “uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável” (MAFFESOLI, 2001, p. 75).

Foi nessa concepção de imaginário que a comunicação digital entrou na vida dos jovens como uma forma de demonstração de ostentação, ou seja, vale mais quem tem o melhor aparelho, e esse modo de pensar também

atinge muitos adultos que utilizam desses recursos para promover a própria imagem, entrando em estado de deslumbramento. Eles projetam uma imagem de beleza esteticamente perfeita, em busca de alcançar maior proximidade possível com o padrão de beleza evidenciado pelo paradigma hegemônico de estética. Para isso utilizam intensivamente os aparelhos das novas tecnologias digitais de informação e comunicação, evidenciando uma relação de poder e interesse. “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, estratégias de poder, toda gama de jogos dos homens em sociedade”. (LÉVY, 1999, p. 24)

Na construção dessas novas relações em redes sociais, mediadas pelas novas tecnologias digitais de informação e comunicação, muitos jovens, impulsionado pelo sentimento de ‘liberdade’ que são acometidos se autofo-gram (*selfie*), mostrando parte ou por inteiro seus corpos de forma espetacularizada, para milhões de pessoas por meio da internet. Isto é possível, graças aos avanços da tecnologia, com modelos eletrônicos de última geração, que proporcionam facilidades de utilizar várias informações simultaneamente, com aplicativos que estimulam e favorecem o interesse de muitas pessoas.

Um mundo virtual pode simular fielmente o mundo real [...]. pode permitir ao explorador que construa uma imagem virtual muito diferente de sua aparência física cotidiana. Pode simular ambientes físicos imaginários ou hipotéticos submetidos a leis diferentes daquelas que governam o mundo comum. (LÉVY, 1999, p. 72)

O cenário elucidativo da relação que jovens estabelecem como as novas tecnologias de informação e comunicação, remetem à ideia de que os mesmos querem ser vistos e aceitos por outras pessoas. E uma das estratégias para desenvolver essa expectativa é por meio do registro de sua própria imagem e compartilhamento em uma rede social. Entretanto, muitas vezes é algo superficial, sob ponto de vista da dimensão humana, pois penso que a expressão virtual da imagem não revela a essência humana da pessoa.

Para esses jovens, a reprodução de sua própria imagem em fotos ou vídeos nas NTIC's representa a possibilidade de se destacarem nos seus ambientes sociais, ganhando popularidade ou como dizem em sua própria linguagem, serem mais "descolados". Isso provoca muitas vezes o distanciamento desses jovens, de qualquer valor moral ou ético, na medida em que traçam como objetivo conseguir alcançar suas pretensões e espaços no grupo em foco. A conquista do objetivo é vista como um troféu.

Atualmente, quase todo jovem tem um aparelho com tecnologia avançada de última geração. Quando o jovem não possui um desses aparelhos das NTIC's, com o qual possa entrar nas redes sociais como *facebook*, *whatsapp*, *stagan*, *Twitter*, dentre outros, se sente excluído de seu grupo de amigos. Quando ele tem acesso aos referidos meios de comunicação digital, ele posta suas imagens e atividades para os amigos como uma forma de demarcar território entre eles. O jovem quer ser reconhecido e aceito pelo seu grupo, atrair atenção dos seus pares, inclusive seus familiares, com os quais muitas vezes perderam de vista o diálogo, o que os transforma em estranhos quando se encontram presencialmente, não experienciando relações de afetividade humana com o outro, na dimensão Eu-Tu, que na perspectiva buberiana "consiste em um ato essencial do Homem, atitude de encontro entre dois parceiros na reciprocidade e na confirmação mútua". (BUBER, 2001, XLIV)

Aparentemente, nas redes sociais há uma grande demonstração de autoimagem, estética, beleza corporal etc. como se o fato de seus amigos dessas redes fossem os seus críticos de beleza estética, evidenciando um comportamento narcísico. Percebe-se no imaginário dos jovens que os mesmos tentam passar por meio das tecnologias digitais a busca de uma aproximação estética com personagens famosas idolatradas nas redes de comunicação como televisão, cinema. Isto pode ser uma forma de chamar atenção de amigos ou uma forma de resistência aos valores orientados pelos pais.

Nesse ambiente de inovação tecnológica a identidade é construída socialmente sob forte influência cultural. A autoimagem é uma forma que

os jovens têm encontrado para se comunicar e interagir com o mundo. E com auxílio das novas tecnologias de comunicação, esse processo de construção de identidade tem ganho bastante dinamismo nas relações entre a juventude.

Considerando a adolescência como uma fase de formação da concepção de mundo e autoafirmação do ser, das descobertas sobre si, e sua forma de se relacionar com o mundo, o jovem se sente impulsionado ao uso da tecnologia na expectativa de destacar-se em determinados grupos sociais.

Considerando o homem como um ser social de relação, entendo que todo ser humano sente necessidade de compartilhar com outros, o que pensam e o que estão fazendo. No contexto atual de desenvolvimento tecnológico, isto é possível, visto que qualquer pessoa pode se auto fotografar e postar sua imagem na internet por meio de uma rede social levando ao conhecimento de qualquer internauta. Isso já se tornou um hobby. Existe também a disputa por “likes” ou curtidas. Quanto mais curtidas ou número de seguidores a pessoa conseguir é um sinal indicador de popularidade.

É cada vez mais comum encontrarmos jovens tirando foto com amigos, sozinho ou em frente a espelho e postando nas redes sociais, na internet, compartilhando com os amigos ou com outras pessoas conectadas. Para alguns jovens, utilizar as redes sociais é apenas um entretenimento ou modismo. Alguns jovens buscam nos ‘*selfies*’ se ver ou se mostrar de uma forma esteticamente bonita e fortalecer a autoestima

Tal prática desenvolvida principalmente por jovens evidencia que, de alguma forma, existe uma demanda emocional que necessita de um olhar mais humanizado. É uma estratégia de testificar o quanto uma pessoa precisa da outra.

Por outro lado, devo lembrar que muitas vezes as redes sociais, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação tem obnubilado o olhar de alguns jovens, conduzindo-os por um labirinto, onde se perdem os valores humanos que poderiam ser o fio ético e moral condutor de relações mais humanizadas.

## 2. A QUEBRA DO ENCANTO NO MUNDO VIRTUAL

O sistema de comunicação entre os homens na sociedade contemporânea tem se manifestado por meio de diversas experiências e técnicas resultantes da inventividade humana. Na sociedade hodierna o mais avançado meio de comunicação é a Internet, que por meio das novas tecnologias de informação e comunicação coloca os homens em condições de permanente estado de interconexão mundial, socializando os mais diversos tipos de informação e interesses, tornando os homens beneficiários e reféns da tecnologia digital. “a cultura que se cria em torno da web é fascinante e, ao mesmo tempo miserável. Fascinante porque nos envolve em seus tentáculos, mas nos torna servos desse novo grande senhor dos tempos eletrônicos”. (MARCONDES FILHO, 2012, p. 9)

Esse pensamento remete a uma reflexão sobre a experiência humana que perpassa nos liames da comunicação entre os homens por meio da internet, mediada pelas tecnologias digitais, possibilitando um volume gigantesco de troca de informações que provocam um enredamento de relações fascinantes, mas cujas tessituras são extremamente vulneráveis e perigosas, nas quais o indivíduo pode não encontrar saída, tal como podemos perceber na reflexão a seguir:

A Internet. Esta red que hoy fascina e ilustra sin duda mejor que cualquier otra cosa los peligros y las esperanzas, significa em realidad, por el sufijo “net» (en inglés) la red; y “Web» (también en inglés), la «ielc de araña». Lo que simboliza el advenimiento de la libertad individual designa en realidad una redcilla y una tela de araña. Es decir, eso de lo que todo el mundo, intuitivamente, quiere librarse. (WOLTON, 1999, p. 238)

Essa forma de comunicação virtual mobiliza imediatismo e independência em relação a espaço e temporalidade, mas perde a dimensão do face a

face entre os interlocutores, perdendo-se de vista o olhar, cuja expressividade é profundamente impactante em nossas relações de comunicabilidade.

Toda técnica, sobre todo de comunicación, consiste en reemplazar una actividad humana directa por una actividad mediatizada por una herramienta o un servicio. Y se suprime entonces: una experiencia humana, cuyo contenido no se recupera siempre en las técnicas. Hoy, ninguna de las promesas técnicas hace referencia a lo que se pierde en esta comunicación mediatizada por las nuevas técnicas. Decir que consiguen mejorar la comunicación humana se queda un poco corto... Discernir lo que se pierde como contrapartida a lo que se gana por cada nuevo servicio de comunicación es, pues, esencial para evitar utópicos decepciones. (WOLTON, 242)

Essa reflexão é elucidativa, na medida em que, atualmente, com irrestrito acesso à internet nas redes sociais por meios das tecnologias digitais de informação e comunicação, são cada vez mais corriqueiras, histórias de jovens que expõem sua vida e de outros de maneira leviana e irresponsável. Entendo que, entre outras razões, essas atitudes expressam o perfil de uma sociedade cada vez mais distante dos valores que nos humanizam, como o diálogo, alteridade, escuta, os jovens estão cada vez mais sem base familiar, ética e moral que oriente a sua conduta em relação ao outro. Por meio da técnica entram em estado de aviltamento no sentido marceliano, obnubilando a sua visão de relação com o outro, tal como pode ser constatada na reflexão a seguir:

Entendo por técnica de aviltamento processos intencionais para atacar e destruir em indivíduos de categoria determinada o respeito de si mesmos, transformando-os pouco a pouco em resíduos que se considera tal

e só pode desesperar não só intelectualmente, mas até vitalmente, de si próprio. (MARCEL, 2001, p. 89)

Essa reflexão de Marcel nos remete a um olhar para noticiários nos meios de comunicação, sobre jovens são expostos em redes sociais sem o seu consentimento, gerando situações de constrangimento. Mas o que levam a tais comportamentos? Não existe uma única razão, trata-se de um contexto onde o homem é dominado pela técnica que ele próprio criou, tornando-se escravo da mesma. A mídia, por meio de novelas, campanhas publicitárias, programas de entretenimento, alimentam a reprodução por parte dos jovens em poses e gestos ousados e espetacularizados, que muitas vezes os tem levado a um profundo estado de depressão, degradação e morte.

Pode ser evidenciado nessa relação, a simples busca do entretenimento, na postagem fotos e vídeos para amigos assistirem, estando isso também relacionado a dimensão da sexualidade. Há uma questão muito séria de degradação física e muitos jovens adolescentes do sexo feminino e masculino tiram fotos sensuais (*sexting*) para enviar pra namorado (a) ou 'ficante', e muitos acabam publicando essas fotos, o que leva a degradação psíquica do outro, evidenciando o estado de aviltamento elucidado pro Marcel (2001).

Essa situação está em evidência em muitos lugares. A utilização de novas tecnologias de comunicação, em muitas situações tem fomentado a emergência de novas formas de violências decorrente da ausência de conduta ética na forma de uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. Formas de violência praticadas sob estado de consciência ou não, mas que ferem o outro na sua mais profunda dimensão humana. Esse cenário tem sido mostrado em casos de jovens que matam em salas de cinema, em escolas ou que constroem formas de relações virtuais de degradação do outro.

O avanço das novas tecnologias de informação e comunicação tem provocado entre jovens, sobretudo adolescentes, um descontrole acerca do uso dessas tecnologias, e que os tem colocado em grande risco. "As verdadeiras relações não são criadas entre a tecnologia e a cultura, mas sim entre



um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas”. (LÉVY, 1999, p. 23)

Um dos mais graves perigos a que estão expostos as crianças e jovens nesse contexto é definido por *sexting*, que consiste em uma prática desenvolvida, sobretudo entre jovens, cuja característica é a veiculação de fotos, vídeos pornográficos, e muitas vezes com cenas de sexo explícito ou não, por meio das novas tecnologias de comunicação disponíveis no mercado cibernético.

Etimologicamente o termo resulta da combinação de duas palavras em inglês: “sex” (sexo) e “texting” (envio de mensagens). Para praticar o “sexting”, os adolescentes exibem os corpos desnudados utilizando as novas tecnologias digitais de comunicação.

sexting es un neologismo compuesto por los términos en inglés: sex (sexo) y texting (acto de enviar textos por teléfono celular). En este nuevo contexto, el sexting surge para denotar el envío de imágenes, como fotografías y vídeos, explícitamente sexuales de sí mismo o misma y, en ocasiones, de otros. En un principio, el celular es la tecnología base sobre la que se elabora el término. Lo cierto es que la disponibilidad de múltiples tecnologías y espacios virtuales permiten la difusión de las imágenes más allá del mismo celular. (OCHOA, 2010, p. 2)

Essas imagens são geralmente de jovens adolescentes que fazem exposição em rede local ou mundial de seus corpos ou de outros em posições erótico sensuais. Essa nova forma de relação com a tecnologia pode ser constada na citação a seguir:

“En los últimos años, expertos en tecnología han acuñado un nuevo término para definir el uso de imágenes y textos de índole sexual, es el ‘sexting’, al que recurren una alarmante cantidad de jóvenes, sobre todo

adolescentes". ([www.abc.es/20120923/sociedad/rc-peligros-sexting-201209230934.html](http://www.abc.es/20120923/sociedad/rc-peligros-sexting-201209230934.html))

Nessa nova forma de exposição do corpo, muitas vezes adolescentes tiram fotos de si mesmo (Selfies) e colocam em rede, considerando que a *internet* hoje é acessível às pessoas de todas as faixas etárias. "Bastam alguns cliques para ver adolescentes em poses provocantes, se exibindo em imagens postadas por eles mesmos em álbuns de fotos, sites pessoais e vídeos. Vale tudo para chamar a atenção". (<http://www.crimespelainternet.com.br/o-que-cada-pai-deve-saber-sobre-sexting/>)

O uso dessas novas tecnologias tem fomentado novas formas de violência colocando em cheque o valor da própria vida. Nesse sentido a violência perpassa pela exploração sexual na forma de prostituição, pedofilia, sexo de risco, "cyberbullying no caso de estas imagens serem usadas para comentário, e provocação pública". (<http://www.crimespelainternet.com.br/o-que-cada-pai-deve-saber-sobre-sexting/>)

Devo lembrar também a relação de distanciamento de muitos pais que não realizam um acompanhamento dos que seus filhos fazem, não estabelecem uma relação alicerçada no diálogo, e nem tampouco orientam os seus filhos para cultivarem a noção da ética e da responsabilidade consigo mesmo e com o outro, contribuindo para que os mesmos se limitem a considerar imagens ou mensagens ofensivas postadas na internet, com o divertimento e inofensivas.

Alguns jovens reproduzem suas imagens a fim de se autopromoverem, postando fotos sensuais, nus ou seminus, dentre outros para conseguir reconhecimento e popularidade. Outros, como forma de vingança, para provocar humilhação, praticar *bullying* de forma irresponsável, sem pensar nas consequências que essa ação pode trazer para o outro, revelando o estado de aviltamento em que estão imersos.

Postam vídeos de brigas, fazem ameaças, considerando-se fortes e indestrutíveis por meio de um computador, que os mantém virtual e

supostamente blindados. Alguns jovens, muitas vezes, têm consciência e outros não, das consequências que um vídeo ou uma foto ofensivos moralmente podem provocar no outro. Algumas pessoas, vítimas desse tipo de atitude eticamente destrutiva, entram em estado de depressão, perdem a vontade de viver, sentem vergonha de sair e continuar suas relações de convívio normal, em razão da publicização de sua privacidade, chegando algumas vezes ao extremo de praticar suicídio, como temos tomado conhecimento, pelos próprios meios de comunicação em foco neste estudo.

Esse cenário evidencia a quebra do encantamento do mundo maravilhoso das tecnologias de informação e comunicação. A relação virtual estabelecida por meio das tecnologias digitais rompe com a dimensão humana dos usuários, que distante de valores éticos e de uma relação “Eu-Tu” no sentido buberiano, conscientes ou não do mal que podem causar a alguém, postam na internet mensagens, vídeos e fotos ofensivas que agriem o outro, cuja vida física e psico-social, muitas vezes entra em estado de degradação.

Portanto, não podemos adotar um posicionamento de indiferença acerca dos avanços que as novas tecnologias de informação e comunicação proporcionaram para a vida dos homens no mundo contemporâneo, no entanto, nos mostrar indiferentes aos perigos a que os homens estão expostos, se não adotarem uma postura ética alicerçada na alteridade, no diálogo e valorização do o outro, poderá nos levar a um quadro de aviltamento no sentido marceliano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo pretendido neste estudo foi analisar a influência que as Novas tecnologias de Informação e Comunicação exercem nas relações cotidianas entre jovens na atualidade, a fim de construir uma reflexão acerca da experiência humana vivenciada nesse processo comunicacional.

As pesquisas realizadas acerca da referida relação possibilitaram perceber que as NTICs tem facilitado incondicionalmente a comunicação entre pessoas, pois já existem aplicativos que podem ser instalados, que possibilitam aos usuários processarem diversas informações em uma só tecnologia, vislumbrando um novo mundo espetacular mediado por imagens.

Com o surgimento de diversas redes sociais, se tornou muito comum entre jovens o registro de selfies, que reproduzem sua imagem como estratégia de busca de aprovação, sobretudo mediada pelo número de pessoas que curtem a imagem, que tecnologicamente expressa a aceitação da pessoa por determinados grupos em evidência nas redes sociais.

Os jovens de hoje, ocupam mais tempo conectados em redes sociais, do que envolvidos com a realidade de seu próprio cotidiano. Isso acaba interferindo no seu modo de vida, que muitas vezes são levadas a um processo de isolamento e distanciamento de suas relações e atividades habituais.

Para esses jovens, a reprodução de sua própria imagem em fotos ou vídeos nas NTIC's representa a possibilidade de se destacarem nos seus ambientes sociais, ganhando popularidade ou como dizem em sua própria linguagem, serem mais "descolados.

Por outro lado, Essa forma de comunicação virtual mobiliza imediatismo e independência em relação a espaço e temporalidade, mas perde a dimensão do face a face entre os interlocutores, perdendo-se de vista o olhar, cuja expressividade é profundamente impactante em nossas relações de comunicabilidade.

O avanço das novas tecnologias de informação e comunicação tem provocado entre jovens, sobretudo adolescentes, um descontrole acerca do uso dessas tecnologias, e que os tem colocado em grande risco. Um dos mais graves perigos a que estão expostos as crianças e jovens nesse contexto é definido por *sexting*, colocando em cheque o valor da própria vida.

Alguns jovens, muitas vezes, têm consciência e outros não, das consequências que um vídeo ou uma foto ofensivos moralmente podem provocar no outro. Algumas pessoas, vítimas desse tipo de atitude eticamente

destrutiva, entram em estado de depressão, perdem a vontade de viver, sentem vergonha de sair e continuar suas relações de convívio normal, chegando algumas vezes ao extremo de praticar suicídio.

Esse cenário evidencia a quebra do encantamento do mundo maravilhoso das tecnologias de informação e comunicação.

Mediante esses resultados entendo que é de fundamental importância, que as famílias busquem retomar com seus jovens uma relação alicerçada no diálogo, alteridade e ética, a fim de possibilitar uma formação mais humanizada para os mesmos, contribuindo para formar uma sociedade, na qual as pessoas sejam mais sensíveis uma com as outras numa perspectiva da relação Eu e Tu.

Recebido em agosto de 2016  
Aprovado em outubro de 2016.

## REFERÊNCIAS

BUBER, Martin. **EU e TU**. 8ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo. Contraponto. 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 1999.

MAFFESELLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre • nº 15 • agosto 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Fascinação e miséria da comunicação na cibercultura**. Porto Alegre: editora sulina, 2012.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **Arte como Experiência Estética e como Experiência Ética**. In: MENDONÇA, Kátia Marly Leite. Valores para Paz (Vol. 2). Belém: UFPA / EditAEDI, 2013.

MARCEL, Gabriel. **Os homens contra o homem**. Madrid: Caparrós Editores. 2001.

OCHOA, Mauricio Menjívar. El sexting y l@s nativ@s neo-tecnológic@s: apuntes para una contextualización al inicio del siglo XXI. **Revista Electrónica "Actualidades Investigativas em Educação"**. Instituto de Investigación en Educación Universidad de Costa Rica Volumen 10, Número 2, Año 2010, ISSN 1409-4703.

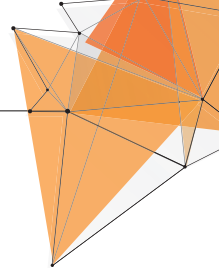
SERRES, Michel. **Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia, de pensar as instituições, de ser e de saber**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

WOLTON, Dominique. **Sobre la comunicación: una reflexión sobre sus luces y sus sombras**. Madrid: Acento Editorial, 1999.

VIRILIO, Paul. **El procedimiento silencio**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2001.

([WWW.abc.es/20120923/sociedad/rc-peligros-sexting-201209230934.html](http://WWW.abc.es/20120923/sociedad/rc-peligros-sexting-201209230934.html))

(<http://www.crimespelainternet.com.br/o-que-cada-pai-deve-saber-sobre-sexting/>) ●



## ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo da avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve(m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d) *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa);
- e) *keywords*;



- f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente para o e-mail:  
**cadernosdecienciassociaisufrpe@yahoo.com.br**

***Editor da Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.***

*Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva*

